

**Apoio à Revisão do Plano Diretor de
Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de
Niterói**

Prefeitura Municipal de Niterói

**Produto 8 – Resultado da Primeira Fase de
Audiências Públicas**

8 de dezembro de 2015

FICHA TÉCNICA

Objeto do Contrato	Apoio à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói
Data de Assinatura do Contrato	13 de outubro de 2014
Prazo de Execução	15 (quinze) meses
Contratante	Prefeitura Municipal de Niterói
Contratada	Fundação Getulio Vargas
Coordenador Geral	Edson Américo Brasílico
Coordenadora Técnica	Sílvia Finguerut

Sumário

INTRODUÇÃO	4
1. PRIMEIRA FASE DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	5
1.1 O PROCESSO PARTICIPATIVO	7
1.1.1 CÂMARAS TEMÁTICAS.....	8
1.1.2 CAPACITAÇÃO DAS LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS.....	9
1.1.3 REUNIÃO OFICIAL PÚBLICA PARA ANÚNCIO DAS FASES DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	10
1.1.4 CATEGORIAS UTILIZADAS PARA ANÁLISE DAS CONTRIBUIÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	10
1.1.5 ROTEIRO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	11
1.2 CONTRIBUIÇÕES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS POR REGIÃO	13
1.2.1 REGIÃO NORTE	13
1.2.1.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES	14
1.2.2 REGIÃO OCEÂNICA.....	17
1.2.2.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES	18
1.2.3 REGIÃO PRAIAS DA BAÍA	21
1.2.3.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES	22
1.2.4 REGIÕES LESTE E PENDOTIBA	24
1.2.4.1 SISTEMATIZAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES	25
ANEXO 1 - FOLDER DISTRIBUÍDO NO LANÇAMENTO DO PROCESSO PARTICIPATIVO DA REVISÃO DO PLANO DIRETOR E DURANTE AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	28
ANEXO 2 - LISTAS DE PRESENÇA DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS (EM CD ROM).....	52
ANEXO 3 – ATAS DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	70
ANEXO 4 - MODELO DE INSCRIÇÃO PARA USO DA PALAVRA (INTERVENÇÃO ORAL).....	141
ANEXO 5 - MODELO DE CONTRIBUIÇÃO ESCRITA	143
ANEXO 6 - APRESENTAÇÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	145
ANEXO 7 - CÂMARAS TEMÁTICAS	173
ANEXO 8 – LISTA DE PRESENÇA NA OFICINA DE CAPACITAÇÃO (EM CD ROM).....	202

INTRODUÇÃO

Este documento corresponde ao **Produto 8 – Resultado da Primeira Fase de Audiências Públicas** referente ao Projeto de **Apoio à Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) do Município de Niterói**, como parte do contrato de prestação de serviços, celebrado entre a **Fundação Getulio Vargas** e a **Prefeitura Municipal de Niterói**.

O presente relatório foi desenvolvido por equipe multidisciplinar de técnicos da **FGV** que tomou como ponto de partida o Diagnóstico Técnico apresentado nos produtos anteriores, bem como as contribuições obtidas nas reuniões do Conselho Municipal de Política Urbana de Niterói (COMPUR), nas Câmaras Temáticas e nas audiências públicas

Este relatório reúne todos as apresentações, publicações e atas das reuniões, das oficinas e das audiências públicas realizadas até o momento e que conclui a Primeira Fase de consultas para a Revisão do Plano Diretor da cidade. Na parte analítica do presente documento são sistematizadas as principais contribuições pelos temas definidos pelo COMPUR e que possibilitarão à Prefeitura, com o apoio dele, redigir a Leitura Comunitária da Cidade, que consistirá em relatório complementar ao Diagnóstico Técnico, traçando, assim, um perfil multifacetado da cidade em 2015.

A Leitura Comunitária da Cidade não contempla apenas as contribuições resultantes das audiências públicas realizadas nas diversas regiões da cidade de Niterói. Trata-se de um processo contínuo iniciado a partir da realização das câmaras temáticas (vide seção 1.1.1), no qual os principais temas intrínsecos à revisão do PDDU começaram a ser discutidos pelos participantes de cada uma das câmaras temáticas, das oficinas de capacitação das lideranças comunitárias, que primaram pelo alinhamento conceitual dos conteúdos abordados na primeira fase de audiências públicas e, por fim, as audiências públicas – conforme sintetizado na figura 1.1.1.

1. PRIMEIRA FASE DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

As audiências públicas¹ são reuniões com duração média de 3 horas (manhã, tarde ou noite) cuja organização e coordenação ficam a cargo da **Prefeitura**². Via de regra, são organizadas com o objetivo de colher subsídios e/ou debater conteúdos que favorecem uma visão holística e próxima à realidade daqueles que vivem nas cidades.

Essas reuniões **podem ser gerais**, organizadas **por região e por temas**, e os assuntos polêmicos e os pontos de conflito podem merecer debates ou audiências específicas³. Nesta primeira fase de audiências públicas relativas à revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Niterói foram apresentados os resultados da **Leitura Técnica** da cidade e, concomitantemente, coletadas as contribuições da sociedade civil sobre Niterói – seus principais problemas e potencialidades - imprescindíveis ao processo de revisão do plano diretor.

O Diagnóstico Técnico oferece informações sobre a situação atual de Niterói nas suas diferentes dimensões socioespaciais e áreas da administração pública, obtidas a partir do levantamento de um conjunto de estatísticas públicas provenientes de fontes de dados oficiais e registros administrativos. No **Produto 7 - Diagnóstico Técnico**, organizado em dois volumes e um caderno de mapas⁴, as informações foram reunidas em seções que tratam de diversos aspectos, quais sejam: demográficos, ambientais, sociais, culturais, territoriais, habitacionais, infraestruturais e urbanísticos (localização dos usos, como: moradia, comércio, indústria, área de lazer).

As audiências foram divulgadas com no mínimo 15 dias de antecedência via plataforma *online*⁵ com a indicação de data, local e horário. Todas as reuniões foram em locais que possibilitaram a realização de projeção, montagem de equipamento de som e de mesa para os representantes da **Prefeitura** fazerem as apresentações e espaço adequado para a acomodação dos participantes.

No decorrer das audiências, foram apresentados os temas que estavam previstos na convocação, ou seja, os resultados da Leitura Técnica da Cidade. Após a abertura oficial e a apresentação do

1 Instrumento de participação determinados pelo art. 40, § 4º, I, do Estatuto da Cidade

2 Os assuntos polêmicos e os pontos de conflito podem merecer debates ou audiências específicas

3 De acordo com o artigo 10 da resolução 25/05 do Concidades,

4 O relatório elaborado pela Prefeitura está organizado em 2 volumes de textos, apresentado com gráficos, tabelas e imagens e um Caderno de Mapas, contendo 200 mapas que foram disponibilizados pela plataforma *online*, durante as audiências públicas e na Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade.

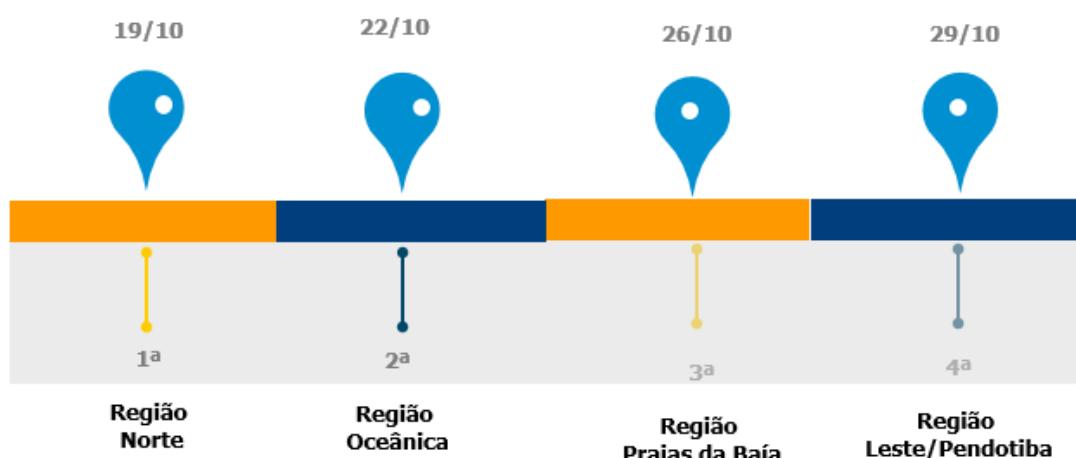
5 www.urbanismo.niteroi.gov.br/planodiretor

trabalho, a palavra foi franqueada a todos que manifestaram interesse em contribuir oralmente e, ainda, através de fichas para escrever contribuições. Ressalte-se que também foi disponibilizada uma plataforma *online* para a inserção de contribuições e/ou demais observações.

Cabe salientar que a audiência pública corresponde a uma prestação positiva, o que leva a **Prefeitura** não apenas a garantir a entrada do cidadão para construção coletiva e discussão quanto às políticas públicas, mas, sobretudo, a incentivar tal participação, escolhendo locais e horários acessíveis à maioria da população.

Nesta primeira etapa foram realizadas quatro audiências públicas, distribuídas conforme a figura a seguir:

Figura 1.1 – Dias e Regiões das Audiências Públicas



Fonte: Elaboração FGV

O mapa a seguir mostra a divisão político-administrativa da cidade de Niterói segundo as regiões de planejamento definidas no Plano Diretor de 1992 e os seus respectivos bairros.

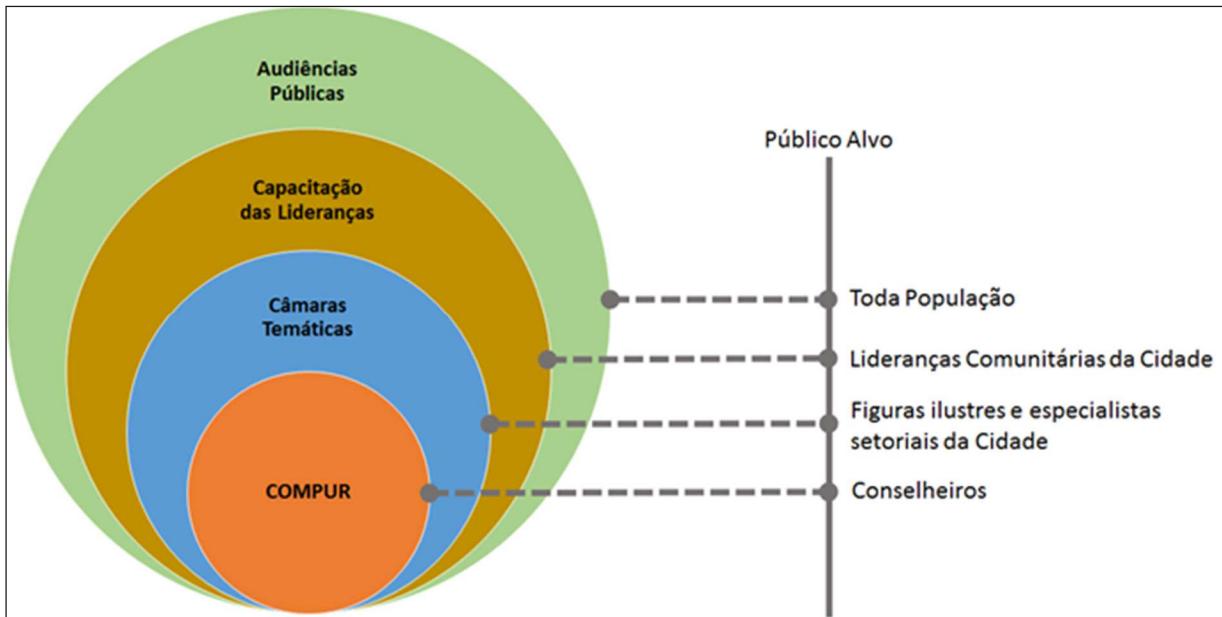
Figura 1.2 – Divisão político-Administrativa de Niterói segundo as Regiões de Planejamento



1.1 O processo participativo

Conforme estabelecido no Estatuto da Cidade, o processo de revisão de um Plano Diretor deve contar com ampla participação da sociedade, representada pelos mais diversos segmentos da cidade e por quatro fóruns de Niterói: o Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR); as câmaras temáticas; a capacitação das lideranças; e as audiências públicas. O COMPUR é o elemento central do processo participativo que reúne representantes de todos os níveis, conforme ilustrado na Figura 1.1.1 a seguir.

Figura 1.1.1
Fóruns de Participação – Camadas de Participação Social



Fonte: Elaboração FGV.

A seguir são detalhadas as atividades a serem realizadas para consolidar os fóruns participativos elencados.

1.1.1 Câmaras Temáticas

Com o objetivo de promover o diálogo e o fluxo de informações entre as câmaras temáticas e as câmaras técnicas – estas últimas instituídas em reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR/Niterói) –, optou-se por adequar os temas das câmaras temáticas aos das câmaras técnicas de modo a alinhar conceitualmente as discussões que, por sua vez, apoiaram o diagnóstico técnico.

As câmaras temáticas, conforme apresentado no **Produto 3 – Plano de Comunicação** ocorridas no mês de maio/2015, atuaram como instância de participação social de caráter consultivo temporário, estruturada pela Prefeitura e pelo Conselho Municipal de Política Urbana da cidade de Niterói, cujo objetivo foi a promoção da discussão acerca do processo de revisão do Plano Diretor, a partir dos seguintes temas:

- Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade;**
- Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura urbana e social; e**
- Habitação e regularização fundiária.**

Objetivando uma análise mais fluida das questões transversais às diferentes camadas de participação social, apresentadas na Figura 1.1.1, optou-se por sistematizar as contribuições reunidas na primeira fase de audiências públicas tomando por base as categorias utilizadas nas câmaras temáticas, como poderá ser visto nas seções adiante.

1.1.2 Capacitação das lideranças comunitárias

A capacitação das lideranças comunitárias envolve, entre outros, a apresentação aos representantes da sociedade civil (em especial lideranças comunitárias e representantes de associações de moradores) dos conteúdos objetos das três diferentes fases de audiências públicas, quais sejam: diagnóstico, cenários e, por fim, diretrizes da minuta de projeto de lei do Plano Diretor.

Além de informar os participantes quanto aos conteúdos, a capacitação busca, sobretudo, o alinhamento conceitual para que eles atuem como multiplicadores de conhecimento junto a outros moradores. Durante os eventos de capacitação, busca-se ainda coletar informações e dialogar com os diferentes atores e segmentos de modo captar a sua percepção quanto aos principais problemas da cidade, sua região e bairro, e questões inerentes à cada fase de audiências públicas.

Até o momento, foram realizadas duas oficinas, nos dias 09 de setembro e 14 de outubro de 2015, que versaram sobre o que é um Plano Diretor e o seu processo de elaboração. Os encontros permitiram apresentar também o que abrange o Diagnóstico Técnico e da necessidade de se analisar a cidade como um coletivo, buscando identificar ações que envolvam um conjunto amplo da população.

1.1.3 Reunião oficial pública para anúncio das fases de audiências públicas

O lançamento do processo participativo da Revisão do Plano Diretor aconteceu dia 21 de setembro, das 18h30min às 22h30min, no Teatro Municipal de Niterói. Na ocasião, foram apresentados os seguintes temas:

- A importância da revisão do plano para o desenvolvimento urbano da cidade;
- As etapas do processo até o presente momento;
- A metodologia utilizada;
- As atividades que envolveram as análises técnicas;
- Os conteúdos abordados;
- As atividades inerentes às próximas etapas;
- A realização da primeira etapa das audiências públicas; e
- Oportunidades e mecanismos de participação da comunidade e as datas dos principais eventos internos e externos que foram realizados sob a coordenação e o monitoramento da Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade Urbana.

Nesse primeiro evento, o prefeito, a secretaria de urbanismo e suas equipes reiteraram os esforços que estavam sendo realizados para dar andamento ao processo de revisão do Plano Diretor e apresentaram suas próximas etapas até o envio do Projeto de Lei para o Legislativo municipal. Na ocasião foi distribuído um folheto ilustrado e que explica o processo participativo (Anexo 1).

1.1.4 Categorias utilizadas para análise das contribuições das audiências públicas

As categorias utilizadas para análise das contribuições apresentadas nas audiências públicas são apresentadas a seguir, segundo os três temas abordados:

1) Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade:

- Uso e ocupação do solo

Reúne as contribuições acerca da importância da incorporação de parâmetros urbanísticos objetivos na orientação da regulamentação do uso e ocupação do solo na cidade de Niterói que deverão orientar as alterações no Plano Diretor, tais como: perímetro urbano; macrozoneamento e legislação do uso, ocupação e parcelamento do solo, análise do zoneamento das áreas centrais, sítios históricos, áreas de proteção ambiental e acesso à terra urbanizada.

Mobilidade e acessibilidade

Abrange todas as demandas acerca da necessidade diária de deslocamento – de pessoas e bens – no espaço urbano, não se restringindo aos meios de transporte.

2) Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura urbana e social:

Infraestrutura urbana e social

Envolve as informações sobre as infraestruturas sociais, tais como equipamentos de educação, saúde, lazer, cultura e patrimônio, além das demandas de infraestrutura urbana voltadas para o saneamento básico, fornecimento de energia, coleta e tratamento de resíduos e rede de dados

3) Habitação e regularização fundiária

Reconhecida como direito básico e condição essencial para sobrevivência no meio urbano, a habitação adequada constitui uma questão central a ser enfrentada, especialmente no atendimento aos segmentos populares. Com o estabelecimento da Função Social da Propriedade, a moradia de interesse social ganhou relevância em intervenções relacionadas à urbanização e à regularização fundiária. As contribuições referentes às questões habitacionais da cidade serão anotadas neste item.

1.1.5 Roteiro das Audiências Públicas

As audiências públicas seguiram o seguinte roteiro:

Abertura

O mediador convidou os integrantes da mesa para compô-la e leu os procedimentos a serem observados no decurso da audiência pública.

Em momento posterior, a secretaria de Urbanismo e Mobilidade Urbana fez a abertura da reunião contextualizando o tema e explicando os objetivos e a importância da audiência pública no processo de revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Niterói. Em seguida, os componentes da mesa fizeram os seus respectivos pronunciamentos.

□ Exposição sobre o relatório do Diagnóstico Técnico do processo de revisão do Plano Diretor

A apresentação do conteúdo do Diagnóstico Técnico da cidade foi realizada pelo Diretor de Urbanismo e pela Secretaria de Urbanismo e Mobilidade de Niterói.

□ Manifestações oral e escrita

Foi acordado o tempo de 3 minutos para os inscritos fazerem as considerações acerca do processo. Foram realizados blocos de cinco perguntas as quais foram respondidas pelos expositores. As perguntas poderiam ser entregues também por escrito.

□ Encerramento da audiência pública

Os expositores informaram que a documentação produzida será apensada ao processo administrativo da tramitação da revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Niterói.

1.2 Contribuições das audiências públicas por região

1.2.1 Região Norte

Mapa 1.2.1.1

Mapa da Região Norte



Fonte: Elaboração FGV

A primeira audiência pública a respeito do Processo de Revisão do Plano Diretor de Niterói foi realizada na Região Norte, no dia 19 de outubro de 2015, na sede do **Fonseca Atlético Clube**, localizado na Alameda São Boaventura, nº 1042, em Fonseca. As imagens a seguir ilustram a audiência.

Foto 1.2.1.1

Apresentação do relatório do Diagnóstico Técnico



Foto: Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade

1.2.1.1 Sistematização das contribuições

De forma resumida, a seguir são apresentadas as principais contribuições dos participantes da Primeira Audiência Pública da Região Norte.

Quadro 1.2.1.1.1

Síntese das Contribuições – Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade

Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade		
Uso do solo	Regulamentação do uso e ocupação do solo	Aprofundamento do debate do adensamento da cidade
	Macrozoneamento	Criação de distrito industrial entre o bairro Barreto e uma localidade denominada Vila Conceição
	Divisão político-administrativa	Desmembramento da região Leste, incorporando uma parte à região Pendotiba e outra à região Oceânica
Mobilidade e acessibilidade	Transporte público	Criação de estação de barcas em São Gonçalo para desafogar o trânsito de Niterói
		Implantação de BRT para melhorar o transporte

Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade	
	Ligações hidroviárias para São Gonçalo
	Ônibus adaptados para pessoas com deficiência locomotora
	Plano de mobilidade que considere a cidade na sua totalidade
	Retorno do ponto de ônibus para local anterior, pois o novo ponto, por estar longe, dificulta o acesso da população
Acessibilidade	Reforma das calçadas para facilitar o deslocamento dos transeuntes

Quadro 1.2.1.1.2

Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura urbana

Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Infraestrutura Urbana e Social		
Meio Ambiente	Risco ambiental	Contenção de encostas na Vila Ipiranga
		Contenção de encostas nas áreas de risco (Engenhoca, Nova Brasília e Coronel Leôncio)
		Pedra de grandes proporções em comunidade no Barreto
Saneamento ambiental	Abastecimento de água	Instalação de água no PAC da Vila Ipiranga
Infraestrutura urbana e social	Equipamentos de lazer	Criação de áreas de lazer
		Construção de ponte na parte alta da Vila Ipiranga
		Reforma de praças
	Equipamentos de educação	Facilitação do acesso às creches
		Retorno de equipamentos escolares que ofertem alfabetização e cursos
		Instalação de universidade
	Equipamentos de saúde	Construção de postos de saúde
	Equipamentos culturais	Criação de espaços culturais
	Equipamentos assistência social	Reforma do prédio da Fundação Leão XIII

Quadro 1.2.1.1.3
Habitação e Regularização Fundiária

Habitação e Regularização Fundiária

Aprofundar as discussões sobre a questão habitacional na cidade em razão do extremo contraste entre a riqueza e a pobreza

Condições de moradia mais digna

Quadro 1.2.1.1.4

Outras sugestões

Outras sugestões

Elaboração de estratégia para reduzir a perda populacional na região Norte

1.2.2 Região Oceânica

Mapa 1.2.2.1
Região Oceânica



Fonte: Elaboração FGV, 2015

A segunda audiência pública foi realizada na Região Oceânica, no dia 22 de outubro de 2015, no Colégio Itapuca, na Rua Professor Ernani Faria Alves, nº 124, Piratininga. As imagens a seguir ilustram a audiência.

Foto 1.2.2.1

Apresentação do relatório do Diagnóstico Técnico



1.2.2.1 Sistematização das Contribuições

De forma resumida, a seguir são apresentadas as principais contribuições apresentadas pelos participantes da Primeira Audiência Pública da Região Oceânica.

Quadro 1.2.2.1.1

Contribuições – Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade

Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade	
Uso do Solo	<p>Regulamentação do uso e ocupação do solo</p> <p>Avaliação das mudanças normativas da cidade</p> <p>Esclarecimento sobre os impactos das obras de intervenção urbanística</p> <p>Mitigação do crescimento desordenado ocorrido na região</p> <p>Recusa à proposição de maior adensamento da região Oceânica</p> <p>Proibição de construções irregulares</p> <p>Proibição de loteamentos em áreas não previstas pelo PUR</p>

Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade	
Mobilidade e acessibilidade	Fiscalização, regularização e licenciamento das obras que desrespeitam os parâmetros vigentes Construção de ciclovias Desenvolvimento de transporte de massa como o VLT Estímulo ao uso da bicicleta como modal Integração entre a Av. Central e a ciclofaixa Melhoria do sistema de transporte Melhoria do trânsito (redução dos engarrafamentos) Plano mais completo para a mobilidade interna da região Revisão da hierarquia viária Segurança para aos ciclistas Sinalização na ciclofaixa
Transporte público/ Sistema viário	

Quadro 1.2.2.1.2

Contribuições – Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura urbana

Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Infraestrutura urbana e social		
Meio Ambiente	Aproveitamento da lagoa de Piratininga como local de lazer Aproveitamento dos recursos hídricos em todos os projetos aplicados a cidade de Niterói Fiscalização na Serra da Tiririca para conter os processos de invasão e degradação em curso Incorporação da preocupação com os efeitos da mudança climática, na sustentabilidade das obras e na questão da crise hídrica Preservação da Serra da Tiririca Preservação da Lagoa de Piratininga que está sendo loteada (avanço no espelho d'água) Preservação das áreas verdes da região Proteção das áreas ambientais com e sem populações tradicionais que encontram-se ameaçadas Proteção de áreas úmidas e de preservação permanente (dunas, vegetação de dunas) Proteção e cuidado com as Lagoas de Itaipu e Piratininga Recuperação da RESEX (Reserva Extrativista) que está abandonada Revisão e adoção de critérios para as novas construções em áreas preservadas da região. Utilização das lagoas como recurso turístico	
Sane amen	Abastecimento de água	Projeção de oferta hídrica para o futuro abastecimento da cidade

Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Infraestrutura urbana e social		
	Tratamento de Esgoto	Aumento do número de elevatórias para conduzir o esgoto sanitário às estações de tratamento
	Drenagem das águas pluviais urbanas	Construção de piscinões para conter as inundações que ocorrem no bairro Santo Antônio
		Drenagem das ruas
Infraestrutura urbana e social	Equipamentos públicos	Arborização urbana por parte do poder público
		Criação de áreas de lazer e de recreação
		Criação de praças públicas
		Pavimentação das ruas
		Planejamento de rede de praças
	Equipamentos de educação	Melhoria da qualidade da educação
	Equipamentos de saúde	Agilidade no atendimento e cirurgias
		Melhoria dos hospitais
		Saúde pública de qualidade
	Equipamentos culturais e de lazer	Criar um parque urbano na orla das praias da região Oceânica
		Construção de praças nos bairros
		Ativação das rampas para a prática de BMX
	Equipamentos desportivos	Criação de área para prática desportiva
		Investimento em esportes náuticos
	Patrimônio natural	Proteção da paisagem natural
		Preservação da paisagem
	Segurança	Segurança nas ciclovias
		Segurança no trânsito

Quadro 1.2.2.1.3

Contribuições – Habitação e regularização fundiária

Habitação e Regularização Fundiária
Planejamento de construções que prevejam o aproveitamento de recursos hídricos
Regularização fundiária de moradores tradicionais da região Oceânica que estão sofrendo pressão de grileiros e desapropriação

Quadro 1.2.2.1.4

Outras sugestões

Outras sugestões
Intensificação do diálogo do Poder Público e as comunidades
Contenção e revisão do processo de crescimento para garantir infraestrutura urbana, da mobilidade, oferta de água, coleta de esgoto, de preservação do meio ambiente, como fatores centrais
Criação de impostos a partir do uso dos ativos ambientais (Parque da Cidade)
Plano Diretor que respeite os mais pobres
Prefeitura deve comunicar melhor a realização das audiências públicas
Plano Diretor que privilegie a garantia dos direitos humanos
Previsão de equipe técnica na secretaria de urbanismo para viabilizar o Plano Diretor
Realização de escuta nas comunidades através da realização de reuniões nos bairros
Redistribuição dos recursos públicos para os órgãos que precisam

1.2.3 Região Praias da Baía

Mapa 1.2.3.1
Região Praias da Baía



Fonte: Elaboração FGV, 2015.

A terceira audiência Pública a respeito do Processo de Revisão do Plano Diretor de Niterói foi realizada no dia 26 de outubro de 2015 na Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), na rua General Andrade Neves, nº 31, Centro.

1.2.3.1 Sistematização das contribuições

De forma resumida, a seguir são apresentadas as principais contribuições apresentadas pelos participantes da Primeira Audiência Pública da Região Praias da Baía.

Quadro 1.2.3.1.1

Contribuições – Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade

Uso do solo, mobilidade e acessibilidade urbana		
Uso do solo	Regulamentação do uso e ocupação do solo	Discussão do Centro (objeto de uma operação urbana consorciada)
		Legislação específica para regulamentar coexistência de usos não residenciais e residenciais em alguns locais.
		Aplicação dos benefícios da OUC na resolução de gargalos em todas as regiões da cidade em prol do interesse coletivo
		Demarcação de todos os assentamentos da região e de terrenos livres para que se possa apontar aonde serão construídas habitações sociais
		Mapeamento de vazios urbanos
		Requalificação dos espaços urbanos
		Atração de empresas para Niterói
Mobilidade e acessibilidade	Transporte público	Criação de um Polo de Desenvolvimento econômico na Região Leste
		Região Leste entre no Plano Diretor como área especial de interesse econômico
		Construção de um terminal de barcas em São Gonçalo para diminuir o impacto desta população sobre o transito de Niterói e facilitar a vida dos usuários do transporte coletivo
		Construção do terminal de ônibus de Varzea das Moças.
		Reavaliação da conexão Leste-Pendotiba
		Diamante: retirada dos canteiros para ocupar com novas pistas
		Destinação do lado oposto da entrada da Ilha para faixa exclusiva para ônibus que fazem o percurso em direção ao Rio de Janeiro

Uso do solo, mobilidade e acessibilidade urbana		
		Criação de tarifa social no catamarã de Charitas
	Acessibilidade	Construção de passarela para facilitar a travessia no túnel que dá na entrada do Morro do Cavalão

Quadro 1.2.3.1.2

Contribuições – Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura urbana e social

Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Infraestrutura urbana e social		
	Meio Ambiente	Criação de um parque costeiro à Baía de Guanabara, iniciando em Jurujuba até a estação das Barcas.
Saneamento ambiental	Abastecimento de água	Criação de uma nova estação de águas para tratamento
	Tratamento de Esgoto	Tratamento de esgotos na cidade
	Drenagem das águas pluviais urbanas	Construção de grandes reservatórios de agua potável e para captação de aguas de chuva
Infraestrutura urbana e social	Áreas públicas	Implantação de um centro de exposições
		Investimento na infraestrutura de todas as praias de Niterói (banheiros públicos, postos de salva-vidas acessibilidade da informação)
		Criação de áreas de lazer na comunidade Preventório
		Construção de uma padaria comunitária no Preventório
	Equipamentos de educação	Criação de uma escola do empreendedorismo em Niterói.
	Patrimônio	Preservação dos prédios antigos do centro (criação de lei específica para definir possibilidade de retrofit para diferentes usos)
	Segurança	Tratamento deste tema no PDDU
		Melhoria do patrulhamento local

Quadro 1.2.3.1.3

Contribuições – Habitação e Regularização Fundiária

Habitação e Regularização Fundiária
Construção de habitações populares no morro do Cavalão
Empreendimentos do MCMV devem atender aos interesses da população das ZEIS.
Verificação de terrenos na rua Joaquim Távora
Regularização fundiária

Quadro 1.2.3.1.3

Outras sugestões

Outras sugestões
Criação de grupos para debates, e que as audiências públicas deveriam ser cinco como as regiões
Mudança na estratégia das audiências públicas
Organização de reuniões participativas mais pedagógicas e dinâmicas para facilitar a compreensão

1.2.4 Regiões Leste e Pendotiba

Mapa 1.2.4.1
Região Leste e Pendotiba



Fonte: Elaboração FGV, 2015.

A quarta audiência pública ocorreu no dia 29 de outubro de 2015, no CIEP 450 Emilio Di Cavalcanti, Estrada Monan Pequeno, nº 898, Badu.

1.2.4.1 Sistematização das contribuições

De forma resumida, a seguir são apresentadas as principais contribuições apresentadas pelos participantes da Primeira Audiência Pública da Região Pendotiba.

Quadro 1.2.4.1.1

Contribuições – Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade

Uso e ocupação do solo, mobilidade e acessibilidade	
Uso do solo	Regulamentação do uso e ocupação do solo
	Criação de um polo tecnológico que consiga acolher a mão de obra especializada que é formada na cidade
	Observação das vocações locais para estruturar o novo Plano Diretor
	Redefinição da divisão dos bairros
Mobilidade e acessibilidade	Revisão dos limites da região Leste em relação a região Pendotiba
	Transporte público
	Construção de terminal rodoviário no bairro de Várzea das Moças
	Disponibilização de linhas de ônibus no Sapê
	Elaboração de Plano de Mobilidade antes do projeto do terminal rodoviário
	Instituir mão dupla na estrada de Itaipu

Quadro 1.2.4.1.2

Contribuições – Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura urbana e social

Meio Ambiente, Saneamento Ambiental e Infraestrutura urbana e social	
Meio Ambiente	Transformação das áreas preservadas do Sapê, Macapá e Fazendinha em um parque, uma unidade de conservação ou “área de preservação ambiental”
Saneamento ambiental	Abastecimento de água
	Melhoria na oferta do serviço de abastecimento de água
Energia elétrica	Melhoria na oferta do serviço de energia elétrica
Infraestrutura urbana e social	Construção de áreas de lazer
	Utilização do CIEP localizado na comunidade Cantagalo como área de lazer

Quadro 1.2.4.1.3

Contribuições – Habitação e regularização fundiária

Habitação e Regularização Fundiária
Construção de empreendimentos imobiliários em locais inhabitados ou mal aproveitados do ponto de vista urbanístico e não em áreas antes preservadas na região Pendotiba
Identificação de imóveis privados e públicos de grande porte no Plano Diretor passíveis de serem definidos como áreas de especial interesse social
Utilização dos vazios urbanos sob a ótica das áreas de especial interesse social

Quadro 1.2.4.1.4

Contribuições – Outras sugestões

Outras sugestões
Divisão das reuniões pelas regiões da cidade
Execução de Seminários para discussão de temas polêmicos do Plano Diretor
Inclusão das questões levantadas no Plano Urbanístico em elaboração no Plano Diretor
Inclusão na pauta de audiências das reuniões divididas por região da cidade
Levantamento dos vazios demográficos para que haja maior mistura entre classes sociais
Maior atenção para a região Norte
Maior divulgação das audiências públicas
Maior mobilização da população junto aos presidentes de associações
Realização de audiências após o mês de janeiro de 2016
Realização de audiências em outras localidades
Realização de audiências na zona Sul
Realização de seminário para discussão do tema “adensamento”

ANEXOS

Anexo 1 - Folder distribuído no lançamento do processo participativo da Revisão do Plano Diretor e durante as Audiências Públicas

Anexo 2 - Listas de presença das audiências públicas (em CD ROM)

Anexo 3 – Atas das Audiências Públicas

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA DE NITERÓI
ATA DA PRIMEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE NITERÓI
GESTÃO 2013 – 2016
REGIÃO NORTE

A primeira fase de Audiências Públicas a respeito do Processo de Revisão do Plano Diretor de Niterói foi realizada no Fonseca Atlético Clube, que fica localizado na Alameda São Boaventura, nº 1042, Fonseca, no dia 19 de outubro de 2015, tendo início às 19h30min. A mesa foi composta pela Secretária de Urbanismo Verena Andreatta, o Secretário de Participação Social Anderson Pipico e o Vice-Prefeito de Niterói Axel Grael. Iniciando a audiência, o secretário Anderson Pipico agradece a presença dos presentes e passou a palavra para a Secretaria de Urbanismo. Com a fala, Verena Andreatta ressaltou a importância da zona norte, a qual chamou de o “berço de Niterói” e comentou da importância de ouvir os presentes, e que estes dessem sua leitura da zona norte. Agradeceu também a presença dos deputados, secretários e conselheiros presentes e pediu para que se iniciassem os slides de apresentação. A secretaria explicou que o Plano Diretor é um instrumento para mostrar todo o desenvolvimento básico do município, que era usado para analisar o uso das leis públicas e privadas na construção do espaço urbano da cidade. Frisou que tentaria também mapear os serviços públicos que não podem faltar na cidade, e contou a história do Plano Diretor, que data de 1992, e com as reformas foi alterado pela última vez em 2002. Verena então retoma: como será feita a revisão do Plano. Através de um diagnóstico prévio, será visto o que se necessita, de acordo com as necessidades de toda a população, e, por isso, a participação pública é fundamental. Na leitura da apresentação serão analisados quantos são os habitantes, quem são eles, como vivem, como se deslocam e como se organizam as atividades econômicas. Explica que uma nova reunião será marcada no mês seguinte (novembro) e que irão ver qual o cenário de desenvolvimento desejado para a região norte de Niterói. Comenta também que estão previstas novas audiências públicas para Março e Abril de 2016. Explica que todas as informações das audiências estão disponíveis no site www.urbanismo.niteroi.gov.br/planodiretor. A secretaria então avisa que irão ser apresentados slides referentes à leitura da Secretaria de Urbanismo sobre a região norte, e passa a palavra para o diretor de urbanismo Fabrício Silveira. Fabrício então inicia a apresentação, comentando que irá apresentar um resumo do diagnóstico onde foram selecionados os temas mais relevantes, mostrando nos slides como está disposta a ocupação atual da cidade e a legislação urbanística decorrente do Plano Diretor de 1992, que separou a cidade em

5 regiões diretrizes para planos urbanísticos específicos para cada região. Apresenta o zoneamento decorrente dos planos urbanísticos e ressalta o fato das regiões Leste e Pendotiba ainda não terem plano urbanístico (essa última já conta com projeto de lei do plano urbanístico em análise na Câmara de Vereadores). Comenta que 100% das áreas planas da cidade já são ocupadas. Com a popularização do automóvel, não só a cidade, mas como a região metropolitana do Rio de Janeiro e todo o Brasil, sofreram um processo de espraiamento em direção a Maria Paula e a região oceânica, com um padrão de ocupação de baixa densidade. Falando sobre a demografia, Fabrício comenta que Niterói tem, nos dias de hoje, uma população de aproximadamente 500 mil habitantes, um crescimento relativamente baixo, de apenas 0,6%. Comenta que a maior parte da população se encontra nas regiões Norte e Praias da Baía, e a região norte foi a única a perder população, com -0,3%. O destaque de crescimento foi a região oceânica, com 2,1% e Pendotiba, com 1,3%. Os chamados movimentos pendulares (população entra e sai para estudar e trabalhar todos os dias): todo dia saem da cidade 85 mil pessoas e entram 176 mil. Além desses pontos, nota-se um grande fluxo da população de São Gonçalo e do leste metropolitano em direção ao Rio de Janeiro. A densidade populacional é como a população está espalhada pela cidade, onde é possível ver uma concentração muito grande em Icaraí e Ingá, onde ficam localizados os setores de maior densidade demográfica da cidade. Encontram-se também na região norte e nas favelas um padrão de densidade relativamente médio, e um padrão de densidade relativamente baixa na região Oceânica e Pendotiba. Há uma alta na densidade da população de crianças na faixa de 0-12 anos também nas regiões Praias da Baía e Norte. A taxa de crescimento de crianças em Niterói entre 2000 e 2010 foi negativa (-1,5% a.a.), tendo forte decréscimo do número de crianças em alguns bairros Itaipu, Baldeador, Caramujo e Gragoatá. População idosa cresceu 2,8% ao ano, bem acima da média do município (0,6% a.a.) entre 2000 e 2010. A taxa de envelhecimento chega a 12,2%. A maior concentração de idosos reside nos bairros da Praias da Baía (53%). Os bairros com a maior proporção de idosos são – Icaraí, Fonseca, Santa Rosa, Centro e Ingá. Nos próximos anos poderá ser notado que a população envelheceu. Com a palavra, a Secretária de Urbanismo Verena, ela comenta que como dito anteriormente, é necessário dar uma atenção especial à questão de mobilidade na cidade. Novamente com a palavra, Fabrício, ele comenta que Niterói se destaca pela relação veículo-habitante alta, e mostra os pontos críticos no mapa do slide. Com a fala, Verena mostra alternativas para melhor utilização do solo baseado nas infraestruturas já existentes. Aproveitando, Fabrício apresenta os dados do IBGE sobre infraestrutura: 97% dos domicílios são ligados a rede de abastecimento de agua, o que evoluiu bastante desde 2010, 890 km para 1.200 km. Além disso, existe uma obra em curso para melhorar rede de coleta de esgotos das regiões Pendotiba e Leste com previsão de 100% de atendimento até 2017. [Por volta de 34min, acontece

uma conversa paralela grudada ao áudio, somada à baixa qualidade da gravação e os instrumentos da escola de samba do andar inferior, novamente fica muito complicado discernir o que está sendo dito por Verena]. Fabrício comenta das atividades econômicas da cidade que geram mais empregos: condomínios, ensino superior, indústria naval, a administração pública geral, (executivo, judiciário e legislativo), etc. Com a fala, Verena comenta sobre a região norte e suas tradicionais principais atividades econômicas que poderiam ser elencadas, quais seriam essas atividades, e lembra que estão ali para ouvir a opinião pública sobre estas. [42min começam a cantar no andar inferior e batuca mais alto, novamente o áudio fica completamente prejudicado] Fabrício retoma e explica que irá falar sobre o mapeamento dos equipamentos urbanos de educação, saúde e assistência social. Comenta que contam atualmente com 103 estabelecimentos de educação, 42 sendo na região norte. Comenta que todos os mapas e informações estão no site do Plano Diretor, e lá podem ser consultados com calma. Na questão das bacias hidrográficas, que são cinco no total, há uma diferença entre a delimitação das bacias hidrográficas e das regiões de planejamento. Com a palavra, o secretário Anderson Pipico avisa que irá começar a parte em que os participantes inscritos terão direito a dar suas falas, com 3 minutos para tal. O primeiro inscrito, Gelson Pereira, representando a Agenda 21 Niterói. O inscrito faz um apelo ao vice-prefeito em relação à empresa de ônibus que atende sua comunidade, pedindo a volta do ponto de ônibus que ficava localizado na Rua Teixeira de Freitas, pois agora o ponto novo está extremamente distante e que tenha um ônibus adaptado para levar cadeirantes, pois sua comunidade tem diversos e eles tem dificuldade para acessar o transporte público. Sua outra reivindicação é que reformem as calçadas da mesma rua, pois o acesso está muito prejudicado pela ausência e falta de reestruturação destas. O inscrito seguinte, Davi Barreto, [aparentemente da “Bica” ou “Pipa”, áudio começa em 54min 54seg], incompreensível pelo volume da escola de samba, o que ele solicitou ficou de igual incompreensão pelo que é possível entender], fala sobre a visita de três urbanistas, mal organizados, sobre a densidade muito grande e sobre imobiliárias. Outra reivindicação é sobre o Plano Diretor, e gostaria de saber se a prefeitura vai realmente levá-lo a sério e ajudar a população. A próxima inscrita, Rita, presidente da Associação dos Moradores da Rede Jardim que fala sobre o Bairro Barreto e sua falta de postos de saúde, pois nesta localidade só tem um, e numa área de tal dimensão, é inconcebível. Também comenta de uma pedra de grandes proporções que fica acima de casas da comunidade, e que ela aparenta poder deslizar a qualquer momento e ninguém faz nada a respeito. O inscrito seguinte Igor Maltez [checar nome dito em 59min 23seg] representante da Secretaria de Administração de Niterói [completar, 59m40seg] e veio fazer uma sugestão: a criação de distrito industrial na área compreendida entre o Bairro do Barreto, Vila Conceição. Onde tem uma concentração muito grande de empresas. O inscrito seguinte, o vereador Paulo Eduardo. O

vereador comenta que é importante lembrar de como era Niterói, lembrando que está nela há 24 anos. Comenta que Niterói cresceu muito, que o plano de mobilidade precisar considerar Niterói como um todo, pois é necessário considerar a Niterói de ontem e a de hoje, e ver que tipo de Niterói se quer. Fala que grande parte da Niterói desenvolvida que é estampada nas propagandas, está concentrada entre a Rua Gavião Peixoto até a Praia de Icaraí. Diz que não acredita que estejam todos dispostos a abrir mão da qualidade de vida pelo desenvolvimento industrial. Frisa a importância de participarem das Audiências Públicas, pois são iniciativas como essa que definem o futuro da Niterói das futuras gerações. A inscrita seguinte, Regina Bienenstein, professora da UFF. Regina acredita que a revisão do Plano Diretor é muito importante, mas crê que considerando a quantidade de informação discutida, seriam necessárias pelo menos cinco audiências públicas. Diz que é preciso encontrar uma forma mais eficaz de discussão, pois um único encontro em que cada morador tem três minutos para participar não é um bom método de participação. Quer aprofundar as questões de habitação, pois os presentes sabem que existem problemas no município todo, pelo contraste extremo da pobreza com a riqueza. Chama atenção que cobertura por rede não é abastecimento de água, usando como exemplo São Gonçalo. Propõe alargar o número de audiências. O próximo inscrito é o deputado Flávio Serafini, que ressalta a importância da discussão acerca da audiência. Gostaria de destacar dois aspectos que considera relevantes: o primeiro é a questão do adensamento da cidade, um debate central. Diz que tem cada vez mais gente morando no mesmo lugar, onde antes tinha uma família, agora tem 50. Fala que questões como mobilidade urbana, água, rede de esgoto, tudo isso é impactado pelo modelo atual de cidade. Comenta que desde o início do atual governo, vê duas questões sendo apresentadas e desenvolvidas antes do Plano Diretor: a operação urbana consorciada, e a discussão ao redor do Plano Urbanístico de Pendotiba. Fala que Niterói tem que repensar suas estratégias de continuar alimentando a especulação mobiliária e dar continuidade a seu crescimento desordenado, deixando a cidade caótica. Comenta que mesmo as pessoas usando mais transporte coletivo, o mesmo continua não sendo suficiente para suprir a demanda. Fala de duas regiões que afunilam a mobilidade urbana: a zona norte e São Gonçalo, e defende uma estação de barcas em São Gonçalo, mesmo sabendo que pode ser muito difícil. Argumenta que o fluxo para pegar a barca é grande demais, e essa poderia ser uma solução que faria o trânsito poder fluir melhor. Acredita que essa pode ser a principal mudança no trânsito da zona norte. A próxima inscrita é Marta, representante da Rua Cristina de Freitas, que gostaria de pedir a volta a da alfabetização e condições de moradia mais dignas, e que o conjunto habitacional de sua área tem os espaços muitos pequenos, pois as moradias estão mal aproveitadas, assim como a área de lazer à volta. Também gostaria de falar para que facilitassem o acesso às creches. O inscrito seguinte, Rodrigo [ver sobrenome em

1h23m10s], que agradece a oportunidade de falar e diz que gostaria de ver a implantação de projetos como BRT para melhorar os meios de transporte, apesar de saber, afirma, do momento ruim da economia em todo país. Comenta de ter trabalhado no Plano Diretor de 1992, e se lembra ter sido o secretário responsável pela aprovação de tal plano. Baseado nisso, gostaria de fazer umas observações críticas: a primeira é sobre terem dito de rever os limites das regiões, pois, por exemplo, a região leste, que ninguém se identifica como morador dela. Propõe que uma parte da região seja incorporada à região oceânica e a outra a região de Pendotiba, o que facilitaria a identificação, apesar de saber que muitos podem discordar. Acredita também que o Cubano deveria pertencer à região das praias da baía. Explica que a região que mais perde população é a região norte. Fala que o Plano tem uma diretriz muito forte, e por isso mesmo tem que dar prioridade neste ponto. O inscrito seguinte, Jansen, presidente da Associação Teixeira de Freitas, que ressalta a importância do espaço aberto que é a audiência, e aproveita que já foi falado como assunto a Rua Cristina de Freitas. Fala do colégio municipal que se encontra ali, e que os pais dos estudantes reclamaram que têm que pagar a passagem, pois fica caro demais. A próxima inscrita, Cíntia, que faz parte do mandato de Paulo Eduardo, comenta que gostaria que houvesse tido melhor divulgação da audiência, pois apesar de não conhecer todos os presentes, acredita que a maioria sejam presidentes de associações de moradores de suas respectivas, e que gostaria que tivessem mais presentes no encontro, sendo presidente ou não. Gostaria de solicitar, encarecidamente, que ainda dá tempo de ter uma divulgação maior, achando que 100 pessoas não são o suficiente. Acha que deveria diversificar e trabalhar de uma ligação hidroviária para São Gonçalo, e o túnel que ligaria ao Rio de Janeiro, que está no papel desde 1877, e que acredita que já está em tempo de realizar essa ligação. Gostaria também de sugerir também que fechassem os encaminhamentos, para facilitar para a próxima reunião, no dia 22 de outubro. A inscrita Andrea, presidente da Associação de Moradores do Caramujo, agradece o convite e a participação. Comenta que todos do Caramujo estão sabendo de sua presença ali, e que estão participando ativamente. Fala sobre as perguntas de se ela tem receio de morar lá, mas diz que não, e que é parte da comunidade. Ela fala sobre a ausência de opções de lazer na localização, exemplificando com coisas que vê diariamente. Pede para olharem mais para o Caramujo, pois apesar de presidente, precisa do auxílio da prefeitura para que algo aconteça ou mude. Pede para abrir cursos no Figueira, e reformar a praça. O último inscrito, vereador [1h49min9seg, ver nome], agradece e cumprimenta a mesa e fala que os moradores do Fonseca, onde foi criado, sabem que a região precisa de mais espaços culturais. Comenta que sua região diversos espaços abandonados e não aproveitados, e que é uma região que tem força. Gostaria de pedir para que reformem o Fonseca, que é abandonado pelo Estado. Sugere aos deputados presentes que façam um abaixo-assinado e reformem as barcas de São

Gonçalo. [Participante não identificado, voz em 1h53m47s] saúda todos os presentes na audiência, fala que foi nascido e criado no Fonseca, e agora que tem a oportunidade de estar onde se encontra agora, e diz que o prefeito tem feito muito pela sua região. Diz que o hospital novo atende muitas pessoas, e que ele faz com que a população da zona norte se sinta mais valorizada. Diz que pro Fonseca, isso é um grande prestígio, e baseado, nela, faz uma sugestão: Trazer uma universidade pública para a zona norte. Não concentrar todas no Centro, e deixar essa sugestão, pois seria mais um ganho para população e seria de extrema importância para valorizar esse bairro, o qual está lá para defender. Com a palavra, a Secretária de Urbanismo Verena Andreatta fala que gostaria de informar que todas as observações foram anotadas, agradece a todos que vieram colaborar, sejam em questões de reforma, espalhamentos, lazer, enfim, tudo. Todas as comunidades e regiões representadas e que todas as sugestões serão consolidadas e planejadas, agradecendo a todos que estão ajudando. Em suas considerações finais, o vice-prefeito Axel Grael agradece a participação de todos, e lembra, como dito por Verena, que esta é apenas a primeira audiência pública de uma série, e que irão apresentar o projeto do Plano Diretor para a Câmara, para que a população seja ouvida. Fala também que, independente dessas audiências públicas, cada comunidade pode dar suas propostas e opiniões para serem incorporadas durante este processo. Comenta ter anotado todas as sugestões, e que estão fazendo um investimento significativo para a ampliação da rede de esgoto, na construção e novas estações de tratamento e também fazendo o programa "Se Liga", que é contato feito imóvel por imóvel para que os moradores e proprietários façam suas observações. Explana da importância de continuar investindo em equipamentos, continuar essa ação de organização e ampliação da rede de esgoto. Fala também sobre a questão das pedras nas encostas, e que para tratar da estabilidade das encostas está sendo feito um entendimento com a universidade para que se seja feito um detalhamento técnico da situação, e com esse novo mapeamento, conseguirão um retrato muito mais detalhado. Na questão do reflorestamento, comenta que foi feito uma reunião, e que a prioridade é justamente com a zona norte da cidade. O vice-prefeito também fala da questão da divulgação, e que foi feito um esforço para que continue a aparecer na mídia notícias sobre as audiências. Na questão do Caramujo, comenta que existe, além dos investimentos feitos, está sendo desenvolvido um projeto que vai prever a implantação de equipamentos esportivos, comunitários e uma série de investimentos que serão feitos na comunidade para atendê-la. Axel Grael agradece a atenção de participação de todos, e que os ajudem a divulgar as próximas reuniões do Plano Diretor, e tem certeza que esse é um momento fundamental para que se construa coletivamente a Niterói que queremos. Agradece novamente, e encerra a Primeira Audiência Pública do processo de revisão do Plano Diretor de

Niterói. A audiência teve seu término às 21h30min. Eu, Frederico de Paiva Medeiros, lavrei a presente ata.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA DE NITERÓI
ATA DA SEGUNDA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE NITERÓI
GESTÃO 2013 – 20166
REGIÃO OCEÂNICA

Anderson Pipico: Eu só gostaria de pactuar umas coisas, então a gente tem agora a abertura, logo depois a gente vai ter o pronunciamento da Secretaria de Urbanismo sobre a contextualização do tema do Plano Diretor e seus objetivos. Logo em seguida a gente vai fazer a exposição do Plano Diretor, que vai ser a Secretaria Verena e o Fabricio, e a gente pede o seguinte: as pessoas que estejam interessadas em fazer as suas falas que se inscrevam. A Cristina Barbosa vai estar pegando as inscrições. Então, durante a exposição da Verena e do Fabrício, seria interessante que os senhores já fossem se inscrevendo para fazer o uso da palavra, como também as pessoas que querem fazer as suas perguntas por escrito, possam também com a Cristina pegar as suas papeletas e ali colocar. Quem preferir fazer a pergunta por escrito e não quiser fazer o uso da palavra, vai poder fazer também nessa papeleta. E a gente combinando assim tempo de 3 minutos para que cada um possa expor a sua pergunta, a sua observação, a sua reivindicação sobre a questão colocada sobre o Plano Diretor. A Cristina é aquela senhora que está no telefone ali, então as pessoas que queiram se inscrever, por favor, procurem a Cristina, deem o nome para que a gente possa estar em ordem e convocando as pessoas para fazerem as suas falas. Para começar, eu vou passar a palavra para a nossa Secretária de Urbanismo Verena Andreatta, para que ela possa dar início a audiência pública.

Verena Andreatta: Boa noite a todos e a todas, senhoras e senhores, é um prazer estar aqui com os senhores hoje apresentando aqui a leitura da cidade feita pela Prefeitura de Niterói com o apoio da Fundação Getulio Vargas, uma leitura técnica, leitura essa que vai se somar à leitura da cidade, que será realizada pelos senhores. Então, esse é um processo participativo, a opinião dos senhores, as sugestões, as proposições serão todas muito bem vindas, como propôs aqui nosso querido secretário Anderson Pipico, mediador dessa audiência. E além das perguntas que poderão ser feitas oralmente, as sugestões e comunicações dos senhores, essa audiência está sendo gravada, então todas essas colaborações que virão, advirão do que os senhores falarem, estão compondo documentos de leitura participativa. Além de vocês poderem falar suas colocações hoje, temos

também uma página na web – planodiretor.niteroi.rj.gov.br – onde tem uma aba onde os senhores poderão ler mais informações sobre o Plano Diretor, sobre a revisão deste Plano Diretor, poderão também colocar suas sugestões ali, e acompanhar o cronograma das próximas audiências públicas em outras regiões da cidade. Primeiro para começar nós gostaríamos de explicar o que é o Plano Diretor. O Plano Diretor... Rafael... O Plano Diretor, então, é o instrumento básico da política de desenvolvimento do Município de Niterói, é o instrumento básico desse desenvolvimento urbano, a finalidade é orientar a atuação dos agentes públicos e privados na construção do espaço urbano e também na oferta dos serviços públicos essenciais para a vida da cidade, sobretudo visando assegurar melhores condições de vida para todos. O plano de Niterói é um plano que nasceu em 1992, fruto de uma decisão constitucional, da constituição de 1988. Ele foi realizado também no âmbito daquele momento da agenda ambiental, da conferência do meio ambiente, a Rio-92. O plano de 92 dividiu a cidade em cinco regiões de planejamento. Esse plano de 92 também definiu diretrizes para o planejamento regional e local, chamados PUR, além de ter criado o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo, e também instituiu com salteado com aquele valor que a construção deveria pagar, que os construtores deveriam pagar para a cidade. Em 2004, passados 12 anos da prorrogação do Plano Diretor de 92, o plano da cidade de Niterói foi revisto e foi adequado aos instrumentos dos estatutos da cidade, um estatuto que foi publicado em 2001. Aquele conselho que eu falei de Meio Ambiente, passou a ser o Conselho Municipal de Política Pública, o COMPUR, que funciona sob a nossa coordenação, da Secretaria de Urbanismo, e o solo criado se transformou em um instrumento, a forma onerosa do direito de construir e foi criado o ponto de habitação de interesse social, o COHAB, e os pontos de conservação ambiental. Então como faremos essa revisão desse Plano Diretor? É uma revisão que nós faremos de forma participativa e por isso nós estamos aqui fazendo a leitura da cidade hoje, junto com os senhores. Na realidade já temos o nosso site com diagnóstico com quase 800 páginas. Todos poderão baixar e ler, quem se interessar em ler com mais detalhe. Hoje nós vamos dar uma breve explicação da nossa leitura técnica da cidade, mas a ideia é saber quantos somos, como vivemos na cidade, como nos deslocamos, quais são as atividades da cidade econômicas, culturais, sociais e também como se organiza o nosso quadro político, como Niterói se posiciona em relação a outras cidades. Passada essa etapa da leitura da cidade, nós faremos então uma fase de cenários, quer dizer, o diagnóstico técnico somado com a leitura da cidade que nós incorporaremos as sugestões dos senhores, será redigido em um documento. E após essas audiências públicas, então, nós construiremos, preparamos dois cenários. Um cenário inicial, se nada ocorrer, se a revisão não for levada a cabo o que vai acontecer com Niterói, e o cenário desejado. Esse cenário desejado é a Niterói que queremos para o futuro, para os próximos 10 anos, que é o prazo legal de quando o plano é revisto. E a partir do cenário

construído entre todos, nós partiremos para as diretrizes que serão colocadas nessa revisão do Plano Diretor. E estamos prevendo essa nova série de audiências para debater as diretrizes em Março, Abril do ano que vem, de 2016. E os cenários nós marcaremos já para a segunda semana, na segunda quinzena de Novembro. Para que esse plano? Esse Plano, o desafio da revisão desse Plano Diretor, principalmente na estruturação e qualificação da vida urbana, como proteger o meio ambiente, na promoção do desenvolvimento econômico, na promoção e revisão de todo patrimônio cultural, da memória da cidade, como proteger mais, e também como fazer a gestão de um plano. Esse plano, assim que ele volta da Câmara Municipal, quando ele for aprovado na Câmara, ele tem que ter uma gestão adequada dentro dos órgãos municipais. Sobre esses desafios, sobre esses itens e a leitura mais técnica da cidade, eu vou passar a palavra para o diretor, Fabricio Silveira que vem acompanhando esse plano, mas antes de passar a palavra para o Fabricio, Pipico ele vai chamar outra pessoa.

Anderson Pipico: Eu queria aproveitar também e chamar para compor a mesa o Secretário, Administrador Regional Boechat, para estar compondo a mesa aqui com a gente. E registrar a presença do vereador Henrique Vieira do PSOL.

Verena Andreatta: Antes de passar a palavra para o Fabricio, falar sobre o uso de ocupação de solo é falar sobre o que diz respeito ao zoneamento, sobre os usos e o parcelamento de solo, análise dos sítios históricos e as áreas de proteção ambiental, como ter acesso à terra urbanizada, sobre a localização das atividades econômicas no espaço urbano na cidade, estamos falando também de moradia, equipamentos e serviços públicos, e também sobre restrições relativas a dimensões dos lotes, dimensões dos edifícios, gabaritos e ocupação. Falar também sobre o uso e ocupação do solo é falar sobre mobilidade e infraestrutura. Com vocês a palavra do Fabricio.

Fabrício Silveira: Boa noite, a gente vai apresentar agora um breve resumo do relatório que foi feito do diagnóstico técnico. Esse relatório está disponível no site planodiretor.niteroi.rj.gov.br, na íntegra, com quase 1.000 páginas de texto, e 140 mapas. E isso tudo está em PDF, é só baixar para vocês analisarem com calma. E tem uma aba para deixar críticas e sugestões, eventuais erros. Essa fase é um pouco para isso também, é a resposta que a gente espera. Vou começar falando do Plano Diretor de 92, que dividiu a cidade em 5 regiões de planejamento, Praias da Baía, Norte, Pendotiba, Leste e Região Oceânica. O Plano Diretor, além de dividir a cidade em regiões de planejamento, deu diretrizes para o plano urbanístico de cada uma dessas áreas. Cada uma dessas regiões tem que ter um plano urbanístico específico para elas, seguindo as diretrizes do Plano

Diretor, e é isso que a gente vai fazer agora nessa revisão também. Então a gente vê aqui, ainda a divisão em cores das regiões, os remanescentes florestais em verde. E essas divisões são os zoneamentos de cada plano urbanístico feito em cada área. A Região Oceânica, por exemplo, ela é separada em frações urbanas. O plano urbanístico por Região Oceânica separou a Região Oceânica em diversas frações urbanas, cada uma com seus parâmetros de gabaritos, afastamento, enfim, e indicando a densidade, onde estão os centros de bairro e etc.. Aqui é a ocupação atual da cidade, nós temos quase 50% das áreas urbanizadas, 100% das áreas planas já ocupadas e ocupando as encostas. A cidade começou no núcleo inicial, no centro, Icaraí e numa parte da região Norte. E permaneceu assim até meados dos anos 60. Depois com o advindo da Ponte Rio-Niterói e com a popularização do automóvel, como ocorreu em várias outras cidades e regiões metropolitanas do Brasil todo, a cidade se espalhou com a popularização do automóvel, e em Niterói ocorreu principalmente em Pendotiba, ao longo da Caetano Monteiro, e na Região Oceânica. A gente vai ver mais tarde que tem um padrão de ocupação de solo diferente nas regiões mais antigas.

Falando um pouco de demografia atual, a população atualmente está em quase 500 mil habitantes, teve um crescimento relativamente baixo, 0,6%, em relação ao Estado e a região metropolitana. A distribuição da população pelas regiões, nota-se aqui um acúmulo da população na região Norte e Praias da Baía. Juntas, eles têm 73% da população da cidade, seguidas pela Região Oceânica que tem 55 mil, depois Pendotiba e região Leste que tem pouca significância. Em relação ao crescimento, a região Norte foi a única que perdeu população. E por outro lado a Região Oceânica foi a que mais cresceu em população, está com 2,1% bem acima da média do município, seguida por Pendotiba, que cresceu também acima da média, Praias da Baía , que seguiu a média do município, Leste também com pouco significância. ... Outra coisa que também achamos interessante trazer para esse resumo foi a questão dos movimentos pendulares que causam surpresa para muita gente. São os movimentos em que todo dia uma população entra na cidade para estudar e trabalhar, e outra população sai da cidade para trabalhar ou estudar. Uma coisa que causa muita surpresa é que Niterói recebe mais pessoas todo o dia do que saem para trabalhar e estudar. Todo dia de manhã saem oitenta e cinco mil pessoas para trabalho e estudo em outros municípios do Rio de Janeiro, e chegam na cidade para trabalhar ou estudar cento e setenta e seis mil pessoas. E isso é um impacto enorme da questão de mobilidade. E aliado a isso tem o fluxo de pessoas que chegam do Leste Metropolitano em direção ao Rio, então toda população de São Gonçalo, Itaboraí, Maricá se descola em direção ao Rio de Janeiro e passa pelo centro de Niterói, ou pela zona norte em direção a Ponte. Isso é um mapa da distribuição de população de território, a densidade populacional. E eu volto àquela questão do histórico de ocupação nas regiões mais

antigas. Temos um acúmulo de densidade em Icaraí e no Ingá. São as áreas de maior densidade populacional. Região Norte e uma parte de trás da Baía tem uma densidade média, e vemos em Pendotiba e na Região Oceânica o padrão de baixa densidade, média-baixa pra baixa, relativo em relação ao município. E nas áreas de interesse social, como favela, houve uma densidade maior, a gente observa, que na média. Separamos também a população de 0 a 14 anos, a distribuição segue mais ou menos a mesma lógica da população geral. Um dado que é significativo é que a população vem se reduzindo nessas faixas etárias, -1,5%, forte decréscimo, destaque para alguns bairros, Itaipu, Baldeador, Caramujo, Gragoatá. 70% das crianças estão na praia da Baía e região norte e em praias da Baía, em contrapartida a população acima de 65 anos vem aumentando bem acima da média do município, 2,8% ao ano. Assim como outras em regiões do Brasil, no geral, a população está envelhecendo. Em Niterói, pelo perfil de renda. isto está ocorrendo de forma bem significativa, a taxa de envelhecimento está chegando a 12%. A maior concentração de idosos está nos bairros atrás da Baía, Icaraí, Fonseca na região norte, Santa Rosa, Centro e Ingá, e essa região mais escura.

Verena Andreatta: Bom o segundo aspecto que deve ser incorporado na revisão do plano diz respeito à mobilidade urbana sustentável. Então é importante pensar como priorizar o transporte público coletivo. No caso da Região Oceânica, já temos o projeto da Transoceânica que já está em obras. Mas com prioridades para a situação de pedestres, de ciclistas, quais as medidas para encurtar a distância e tempo de deslocamento e que outras medidas nós podemos adotar para reduzir também o transporte individual motorizado? E como melhorar a situação das vias, como ter alternativas para outros tipos de transportes? São questões para as quais nós gostaríamos de suas sugestões.

Fabricio Silveira: Aqui alguns dados de mobilidade urbana. Niterói apresenta um índice alto de veículos por habitantes, o mais alto da região metropolitana do Estado. E isso foi perfil de renda com classe média forte, com uma presença significativa da classe média. E um baixo crescimento da frota relativo, mas porque a frota já é muito grande. Além disso, o maior índice de viagem por habitante para trabalho, para lazer, para estudo, porque pela sua dinâmica econômica, Niterói tem um alto índice de geração de viagens, e um alto índice também de transporte motorizado individual, muito uso do carro, então, muitos automóveis por habitantes, muita utilização de carro. Aqui um mapa da hierarquia da estrutura viária da cidade com alguns pontos críticos. Como a gente viu no mapa de densidade, a ocupação em baixa intensidade de Pendotiba e Região Oceânica gera uma dependência do carro. Isso é um fato que a gente já verificou em números: as pessoas dependem

mais de carro. Muita gente sai dessas regiões de carro e confluem para esse mesmo ponto que todos já conhecem, Largo da Batalha, com vários pontos críticos. E depois toda essa frota desce em direção para uma área de alta densidade populacional que complica ainda mais esse problema e gera vários pontos críticos aqui. Além disso, você tem toda a população se deslocando para a região metropolitana, vindo pela Alameda, aí por cima pelo Barretos, em direção à ponte e em direção ao centro de Niterói para trabalhar também, muita gente vem de São Gonçalo, Itaboraí, para trabalhar no centro de Niterói, o que gera todo esse problema aqui.

Verena Andreatta: Bom, vamos falar sobre a rede de espaços públicos, também diz respeito ao plano, em como valorizar as ruas, praças, ofertas de serviços e segurança, como organizar pedestres, ciclistas e veículos. As ruas da cidade, como essa rede, também articula com as praças e com os parques. Falando sobre esse tema, gostaria de registrar a presença da Sonia Mendes, que participou do Plano de 92 e registrar a presença também no nosso Deputado Estadual Flávio Serafini. Muito obrigada pela presença. E o também do vereador Henrique Vieira que foi mencionado aqui, gostaria de registrar a presença e agradecer a presença. A Sonia Mendes deixou alguns livros sobre o meio ambiente, estarão disponíveis e quem quiser poderá levar um exemplar. Obrigada Sonia!

Fábio Silveira: Bom, agora vamos falar sobre o tema de infraestrutura urbana, alguns dados do IBGE de 2010. Município ligado à rede geral de água em quase 100%. Bom, a gente tem a rede... Agora, o abastecimento que vem lá da Cedae é uma outra questão que pode ser discutida no Plano Diretor também. A proporção de domicílios com esgotamento sanitário corresponde a 92%. Esse dado do IBGE tem que ser mais bem analisado, porque [...] ele lida com... As pessoas declaram, muita gente declara que tem esgoto adequado, mas não sabe que não tem. Sabe que tem um cano que sai, mas não sabe para onde ele está indo. Então vamos ver no mapa a seguir como está essa situação. Esse dado não é um dado que exatamente retrata a realidade. Quase 98%, fornecimento de energia elétrica também quase 100%.

E um dado interessante é que figura entre as 50 cidades com maior potencial de consumo de serviços derivados de novas tecnologias, pelo padrão econômico que já falamos, banda larga e telefonia.

Aqui a questão da rede de esgoto a gente vê e está em lilás aqui a rede atual. E esses pontinhos são as estações de tratamento. E vemos um grande vazio na região de Pendotiba e região Leste,

que ainda não têm rede de esgoto. Mas, por outro lado, Niterói já tem um projeto e já está em obra grande parte dele. A meta é atender 100% dessas regiões com 3 estações de tratamento, uma em Maria Paula, no Badu e no Sapê [...] até 2017. O mapa da macrodrenagem da cidade, são três bacias de macrodrenagem, entre os rios Alcântara e Aldeia que drenam em direção a São Gonçalo, a Região Oceânica que drena aqui para as lagoas e para a Baía de Guanabara direto, e Praias da Baía e uma parte da região norte que drena direto para a Baía de Guanabara. E aqui apontam alguns pontos críticos de alagamento em relação à macrodrenagem. Aqui na Região Oceânica, a gente pode ver alguns, e lá na Zona Norte. E a questão da microdrenagem foi identificada nos bairros de urbanização mais antigos, onde tem elevada impermeabilização do solo e pouca cobertura natural, observa uma frequência maior de eventos de enchentes. Então, parte da zona norte, central e Praias da Baía a gente encontra uma concentração muito grande de pontos com problemas de drenagem.

Verena Andreatta: Então em relação há esse outro aspecto, sobre desenvolvimento econômico da cidade, diz respeito também a distribuição equitativa da oferta de emprego no território. Gostaríamos também de ouvi-los sobre a criação de áreas aptas para a atração da cidade produtivas. Que estímulos poderiam ser dados às atividades econômicas? Que atividades econômicas poderiam ser selecionadas para serem estimuladas e entrarem no território? Quais as vocações locais também com potencial para atração de negócios e atividades econômicas? Quais as atividades produtivas poderiam ser geradas a partir da implantação de infraestruturas? E também identificar as atividades tradicionais, vocações com potencial para atração de turismo. Turismo é uma indústria limpa, estabelecimento também de pesca, turismo ambiental. Enfim, são questões também que poderíamos ouvi-los e poderiam ser incorporadas nessa revisão do Plano Diretor. A outra questão é a economia criativa, a inovação e as atividades sustentáveis que têm como foco o potencial intelectual para a geração de novos negócios, fomenta a capacidade intelectual e criativa de sinergia com o polo de intensidades locais. Hoje o ideal é ter um polo de universidades potente e com potencial e conhecimento tecnológico e científico importante e que pode ajudar a fomentar essa economia criativa para Niterói.

Fábio Silveira: Bom, aqui tem um mapa de onde está o emprego formal na cidade. Tem uma concentração muito grande em Icaraí e no Centro, e ao longo de algumas estradas: Alameda, Caetano Monteiro, Francisco da Cruz Nunes, Avenida Central. Ou seja, tem uma concentração maior de empregos nessa região. O que gera também, pelo fato de esses eventos estarem concentrados ali e pelos problemas de mobilidade que falamos anteriormente, eles às vezes são

agravados por conta disso, pela questão dos movimentos pendulares por conta da população que chega para trabalhar. Entre as principais atividades econômicas, também uma certa surpresa: são os condomínios prediais que mais empregam no município, seguido pela educação superior com a presença, que a Secretaria falou, das universidades como a UFF e várias particulares instaladas na cidade, seguido da indústria naval, ensino fundamental, administração pública, os três poderes como está falando, defesa pela presença das bases militares, construção de edifícios, restaurantes, e por aí a diante. Além da localização dos empregos formais, tem os que geraram a maior massa de salário, aí a gente inverte um pouco. Educação superior foi a primeira que gerou mais massa de salário, seguida por defesa, depois a indústria naval, administração pública, os condomínios prediais, e etc.

Verena Andreatta: Bom, agora vamos a esse tema, que dá acesso ao direto à cidade, que diz respeito ao acesso à moradia digna, moradia com todos os serviços totais, serviços básicos de infraestrutura, atendido pelos serviços públicos essenciais, equipamentos sociais e comunitários associados, também, a essa moradia. E, principalmente, desejamos também estabelecer regras para preservar espaços, e ocupar espaço por moradia digna de forma compatibilizada com a infraestrutura. Não adianta a gente querer colocar moradia em locais onde não haja infraestrutura. E também outra questão que diz respeito à habitação de interesse social é a priorização da produção de moradia para a baixa renda em terrenos vazios ou subutilizados, em áreas qualificadas. E, sobretudo, a questão da recuperação fundiária de assentamentos precários é um item a ser considerado na revisão do Plano Diretor. O plano de urbanização para os assentamentos de favelas, assentamento subnormais como chama o IBGE, sobretudo integrando essa moradia na cidade. Em relação à função especial da propriedade, essa questão diz respeito a critérios que indiquem aqueles imóveis que serão considerados subutilizados, não eficazes, não utilizados, como vamos estabelecer normas e critérios para usar esses imóveis que estão disponíveis, e regulamentar os instrumentos disponíveis que estimulem as propriedades a cumprirem a sua função social.

Fábio Silveira: Aqui o mapa de favelas e aglomerados subnormais, termo que o IBGE utiliza. A população atualmente nas favelas é de quase 80 mil pessoas, 16% da população, que é uma porcentagem bastante alta até comparada à região metropolitana e ao Estado. A gente tem uma produção significativa de mercado de meia vida na cidade, principalmente nas regiões de Norte e Pendotiba. Chamo a atenção para a questão da desigualdade de renda no território, em 40% dos domicílios da região Norte tem renda de até um salário mínimo, ao passo que em quase 40% dos

domicílios das Praias da Baía com renda acima de cinco salários mínimos. Nós vemos uma concentração de favelas na região norte, um pouco em Pendotiba, no Largo da Batalha, Ititioca, algumas aqui na região de Praias da Baía. E agora a questão dos equipamentos públicos, que a gente fala de equipamentos de saúde, habitação e assistência social principalmente, a gente fez alguns cruzamentos de localização da população com os equipamentos que podem servir para balizar as políticas públicas desses setores. Aqui são as escolas municipais, como elas estão espalhadas no município. A gente vê uma concentração grande na região Norte, e Praias da Baía também pela própria concentração populacional que tem ali, 42% na região Norte. Ainda em relação à educação, aqui é a localização das creches no município, e a concentração da população de idade de 0 a 3 nos setores censitários do IBGE. Pré-escolar 4 a 6 anos, mesmo tipo, a gente identificou aqui duas áreas de concentração da população tanto de 0 a 3 como 4 a 6 anos e algumas áreas com concentração que ainda não são servidas da escola, isso pode ser utilizado. A distribuição dos equipamentos de saúde, de vários tipos, cinco tipos: proteção básica, ambulatorial, especializada, hospitalar, urgência e emergência, e assistência social, ao todo são 35 instituições de diversos tipos.

Verena Andreatta: Esse capítulo teve uma grande relevância na confecção do plano de 92, temos até alguns ativistas aqui da cidade presentes que participaram desse plano de 92 com essa grande preocupação da preservação desse patrimônio natural e paisagismo tão importante que Niterói tem. Eu acho que o nosso desafio na revisão do Plano Diretor é como proteger as áreas ambientalmente frágeis de interesses paisagistas-ecológicos, que regras serão estabelecidas. Preocupação também com zonas de amortecimento entre área construída e área ambiental, critérios que devemos traçar para preservar mais ainda esse patrimônio tão extraordinário da cidade.

Fabrício Silveira: O mapa atual das áreas de proteção ambiental, destaque aqui para a Serra da Tiririca e Reserva Darcy Ribeiro, que junto com a Reserva da Viração formam um grande cinturão verde ao redor da Região Oceânica, Morro do Morcego, mais recentemente as áreas debilitadas do SIMAPA, da região Norte, os remanescentes florestais, esse é o estado atual. Aqui em Pendotiba tem umas áreas que no projeto de lei na Câmara, que estão sendo propostas para essa área também. Esse aqui é o mapa do relevo da cidade feito a partir do voo que tivemos no ano passado em 2014. Foi feito um perfilhamento a laser a partir de um avião que permitiu ter um mapeamento exato de todo o relevo do município. A gente vê aqui várias faixas onde já tem urbanização e os maciços rochosos da cidade, a área de Pendotiba e no Largo da Batalha, no centro e na descida da Caetano Monteiro, e aqui o mapa das bacias hidrográficas, são 5 bacias, aqui a Lagoa de Itaipu,

Lagoa de Piratininga, são duas áreas que drenam direto para a Baía de Guanabara, Rio Aldeia, Alcântara, são essas duas, São Gonçalo e Baía de Guanabara.

Verena Andreatta: Bom, esse é um tema também de grande interesse. Temos aqui a presença do Prof. Vagner Mota, que está nos cobrando como preservar mais e mais a memória da cidade, o patrimônio histórico. Então, esse tema diz respeito à valorização de áreas e imóveis de interesses histórico, cultural, arquitetônico, paisagístico, tornando os pontos de referência de interesse não só para a população como para os visitantes de Niterói. Como definir também mais áreas de preservação do ambiente urbano? Como ampliar as áreas de preservação com indicações estratégicas para revitalização e usos dessas áreas e imóveis? E também a questão da preservação dos bens materiais e imateriais, como preservar e recuperar esses bens culturais? E também esses bens imateriais que muitas vezes surgem da própria cultura da cidade.

Fábricio Silveira: Aqui o mapa de equipamentos culturais da cidade. São 88 equipamentos culturais, entre bibliotecas, teatros, museus, centros culturais e pontos de cultura da prefeitura. Além disso, pelos dados estatísticos, 50% dos brasileiros de Niterói costumam ir ao Rio de Janeiro, 11% em São Gonçalo em busca de opções de cultura, e estão aí outras cidades com relevância menor, como São Paulo, Belo Horizonte, Petrópolis. Essa é a apresentação, Obrigado! De novo, esses dados todos estão... Isso é só uma pincelada do que está lá no site do Plano Diretor. Obrigado!

Anderson Pipico: Vou aproveitar e registrar a presença dos vereadores Bruno Lessa, Renatinho e Paulo Eduardo, e agradecer a presença. Vamos começar com os inscritos. A gente, até agora, só tem dois inscritos, e eu vou pedir a Cristina e o Paulo Vitor, que anotem o nome de pessoas. É fundamental e importante para a gente aqui ouvi-los. Estamos aqui hoje para ouvir muito mais do que para falar, e poder colher de vocês o maior número de informação e sugestão, e contribuição que vocês possam estar dando para a gente avançar nessa etapa. Vamos passar a palavra agora para o Valfrido. Era bom que cada um que falasse se identificasse, para que a gente possa ter a noção de quem é.

Inscrito (Valfrido): Boa noite, meu nome é Valfrido, sou oficial da reserva da Marinha, sou presidente da Associação dos Moradores do Vale Feliz, e nós estamos agora esperando conforme o prefeito Rodrigo Neves, a pavimentação e drenagem de nossas ruas. E eu acho que uma hora dessas é digno a gente também agradecer ao Boechat e ao Bruno Lessa, sempre que a gente precisa, as nossas ruas lá não foram ainda pavimentadas, a gente está na esperança lá, conforme

a última reunião com o Rodrigo em que as próximas pavimentações serão no Vale Feliz, no Jardim Fazendinha. Então, nós estamos esperando. E no mais quero agradecer porque as ruas quando chove e esburacam e eu passo o telefone para o Boechat e com 24horas a máquina está lá, os caras sempre param lá no cafezinho, e no mais agradecer e nós estamos nessa esperança aí e que Deus abençoe, porque a gente que acompanha tudo aí, ainda que não seja da Região Oceânica, falando da gente aqui, somos muito abençoados, em relação ao Rio de Janeiro. E no mais é só isso mesmo. Muito Obrigado.

Anderson Pipico: Obrigado Valfrido, agora o Bernardo.

Inscrito (Bernardo): Boa noite, sou o Bernardo, pessoa comum, não sou presidente de nada, sou morador há 28 anos daqui. Queria primeiro parabenizar obviamente esse momento de troca de informações, de análise crítica que a prefeitura vem fazendo através de uma coisa chamada audiência pública. Porém eu queria trazer três comentários. Primeiro é sobre essa publicidade no que se refere a essa audiência pública. Eu por acaso soube dessa reunião sem querer, por acaso, e por acaso eu acredito que muitos moradores e muitos amigos nossos da região não sabem o que está acontecendo. Então, eu não compreendi exatamente qual foi o esforço da prefeitura para que, conforme a Secretaria abriu a palestra, o esforço para que as pessoas que moram e usufruem dos equipamentos urbanos, dos planos que virão tivessem a informação de que viríamos a conversar sobre o Plano. Então isso eu queria uma explicação, qual foi a metodologia de abordagem e de marketing? A prefeitura é muito ciosa nisso. E nesse quesito Marketing eu queria fazer uma segunda questão. Coisa de uma semana eu recebi uma peça publicitária da prefeitura que me causou espanto. Não estamos em eleições, mas eu recebi um documento muito bem feito, caríssimo, e que é uma fantasia ufanística dizendo que, inclusive Secretário, na região onde eu moro que todas as obras já foram concluídas e que as ciclovias estão em excelente estado, está escrito aqui, está no passado. Não sei se vocês conhecem essa peça literária. É interessantíssima. Aí eu fico pensando, com todo o respeito, qual é o comportamento ético da prefeitura frente aos desafios que virão? Se é esse o comportamento que a prefeitura vai ter de encarar o desafio e colocar no passado aquilo que já foi feito. Eu tenho essa peça, e infelizmente eu não pude, por conta dessa reunião ser de última hora, e eu gostaria de trazer aqui. Eu poderia até destacar item a item para conversar com vocês, mas me causou espanto o comportamento ético da prefeitura. E a terceira questão... Ah, antes de entrar na última questão, eu estava ali ouvindo o plano e eu acho que estava em uma reunião errada. Eu aprendi geografia, geografia econômica, aprendi a fotografia de Niterói, a fotografia da Região Oceânica, legal, beleza, parecia que era o IBGE que estava falando aqui.

Quando a gente fala de Plano Diretor é o que vem, é o de vir. Qual é a abordagem técnica e política da prefeitura junto aos seus moradores para o que vem? Apresenta-se a solução, faz uma proposição e apresenta-se um plano de ação, são três etapas: análise, proposição e plano de ação. Não vi nenhum dos três, nem análise. Eu vi fotografias estáticas, aqui tem criança de 14 anos, aqui tem senhores de mais de 65 anos. Legal, isso é importante, mas não contextualiza uma análise crítica, uma proposição e uma ação. Eu gostaria que vocês... Talvez eu estivesse em uma reunião errada, no momento errado, confesso que eu soube dessa reunião de última hora. E uma última coisa, talvez uma coisa um pouco particular que eu vi no mapa aí, eu sou morador da Av. Professor Romero Gonçalves, uma avenida residencial. Várias pessoas já me falaram com atos, olha só que coisa doida, está lidando com atos. Desde quando eu vim morar aqui, existe um alargamento da caixa de rua, tudo tranquilo, já está sendo feito o alargamento, já está sendo licitado. Mas o ato diz o seguinte, que aquela rua residencial vai servir de um binário da Avenida Central. E isso é uma coisa estapafúrdia, porque é uma avenida residencial, não fizeram nenhum estudo de impacto ambiental. E mais, eu fico sabendo por um operário que está trabalhando na Transoceânica. Oh, Bernardo, nessa rua vai passar o BRT. Duas pessoas falaram BRT. E eu quero registrar aqui que eu fui muito bem recebido pelo vereador Daniel, não está aqui, mas é o Daniel Marques, que ele também tem visto junto conosco a questão das ciclovias que não existem ainda e está completamente precária e colocando em risco de vida muitas pessoas. E nessa ocasião, ele fez contato e me apresentou, e eu conversei pessoalmente com o subsecretário da mobilidade. Só que ele não lida com a mobilidade. E ele tentou me explicar, eu não entendi. Mas tudo bem eu Respeito e ele falou que não era nada disso. Haverá somente um alargamento, não tem BRT, não vai passar ônibus, não é binário. Eu queria saber onde eu procuro essa informação, qual é a veracidade e quais os fundamentos? São essas questões que eu coloco pra vocês. Obrigado, boa noite!

Anderson Pipico: Muito obrigado. Eu só queria registrar que a gente combinou no início que seriam 3 minutos de fala para poder dar tempo de todo mundo fazer uso da palavra e colocar suas observações. O próximo inscrito é o Sidney Farias. Eu vou marcar os 3 minutos e vou avisar quando estiver sendo concluído.

Inscrito (Sidney Farias): Boa noite, meu nome é Sidney, e estou como presidente da PRESERV, que é uma Associação de Preservação Ambiental em Várzea das Moças, região leste. Eu me inscrevi aqui para ser bem rapidinho. Mas, antes, eu só queria usar o adjetivo que o Fabricio, por duas vezes se referiu a região Leste, quando estava falando sobre os dados, a região leste é insignificante, e foi bem apropriado esse adjetivo que ele usou porque o que é para a Prefeitura a

região Leste? Realmente é insignificante. Nós temos hoje uma bomba relógio programada para fazer um grande estrago na região Leste e por consequência na nossa cidade toda. A região leste está, quase em sua totalidade, em torno da Serra da Tiririca e isso por si só já é algo de grande especulação imobiliária e não há nada mais lucrativo hoje do que vender o verde. Em Várzea das Moças, especificamente, que é uma porta de acesso para centenas de trabalhadores, estudantes, e moradores que diariamente se deslocam das cidades adjacentes, para as regiões de Pendotiba e Região Oceânica, já sentem o grande impacto de não ter nenhum planejamento. Para vocês terem uma ideia, essa bomba relógio tem aqui projetos de construção de grandes condomínios, com mais de mil moradias, estão aqui os projetos. Já está certo que haverá em Várzea um posto de atendimento do Detran, também estão aqui as informações a respeito. Já se falou na construção de um cemitério em Várzea das Moças, e já é fato a construção de um abrigo para moradores de rua. Tem aqui também notícias da imprensa local, onde um engenheiro da equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico explica um projeto de implantação de um polo industrial, um polo que deverá ser construído em Várzea das Moças. Tudo isso em um local sem previsão para os próximos anos de instalação de redes de esgoto, com o trânsito caótico, onde nós temos 5 pontos finais de ônibus em um espaço de uns 300 metros, com centenas de passageiros fazendo baldeação entre os ônibus que vêm de São Gonçalo e para os que seguem para Niterói. Está avançando muito rapidamente também o processo de favelização em torno do Parque da Serra da Tiririca. E como nada é tão ruim que não possa piorar, no ano passado aqui mesmo no colégio aqui do lado teve uma audiência pública na qual o nosso vice-prefeito Axel Grael fez uma apresentação de uns projetos com a Transoceânica e abriu espaço para perguntas. Na ocasião eu indaguei ao Axel sobre a incoerência de se investir milhões e milhões de dólares da Região Oceânica e não apresentar nada de proposta para a Várzea das Moças, e nem para a região Leste como um todo. Pasmem senhores, foi dito pelo senhor Axel que infelizmente não tinha nenhum plano para Várzea das Moças, ou seja, é um abandono assumido, e nessa audiência aqui estava presente o vereador Renatinho e outro vereador do PSOL também estava presente. Então para concluir, senhores, expresso aqui o protesto dos moradores da região Leste e a necessidade de desarmar essa bomba relógio que muito transtorno e grande prejuízo ambiental e viário causarão em breve para todos nós. Obrigado.

Anderson Pipico: Luiz? Não estou conseguindo entender o nome. Desculpa, Sergio.

Inscrito (Sergio): Boa noite a todos, a questão é rápida, é uma questão técnica. Os dados que foram apresentados, e muito bem apresentados, mapas coloridos, bonitos, mas, exceto a fonte do

IBGE, nenhuma fonte foi citada. E para se apresentar uns dados desses sem dizer de onde é me parece um pouco errado. Por exemplo, o dado de fluxo invertido é um dado que se verdadeiro é um dado muito interessante, mas é um dado que é extremamente surpreendente, me desculpe. Ao mesmo tempo eu, como geógrafo e morador há 30 anos da Região Oceânica, acho que o dado, e é achismo por isso eu gostaria de ir a fonte, de 2% de crescimento apenas, apenas 2% de crescimento, é muito pouco, como também de Pendotiba, e o daqui. Portanto, eu acho muito interessante, além de citar os dados do IBGE, que se citem as outras fontes, mesmo que seja uma apresentação para um público leigo, porque eu posso chegar aqui e dizer qualquer coisa. Agora eu como morador da Região Oceânica, que levo duas horas para ir ao Rio de Janeiro devido ao engarrafamento que tem quase todo dia, pegando a ponte e pegando a barca, e saio de casa 5 horas da manhã para chegar num horário decente e não pegar tanto trânsito, e volto e levo mais 2 horas, não vejo quando eu atravesso a Ponte um engarrafamento no sentido Rio-Niterói. Eu vejo um engarrafamento no sentido Niterói-Rio, se o fluxo é invertido, e assim eu acredito, seria muito interessante o senhor Diretor de Trânsito, o senhor Secretário de Trânsito avisar o pessoal da ponte porque tem alguma coisa errada. Então, seria muito legal essas apresentações muito bonitas, mapas sensacionais, tem que ser a sete cantos para dar um pouco mais de consistência. Obrigado.

Anderson Pipico: Obrigada, Sergio. Agora Jairo Augusto.

Inscrito (Jairo Augusto): Boa noite a todos, meu nome é Jairo, sou pescador profissional. O que eu observei aqui foi a divulgação, eu soube ontem dessa audiência, e como estou vendo aqui não vejo nenhum pescador de Piratininga, de Itaipu. Hoje eu me informei com algumas lideranças, mas com certeza eles não se prepararam para estar aqui. Em se tratando da pesca, que foi esquecida na apresentação, a questão da *Resex Marinha* que consta também como unidade de conservação e costumam esquecer e é de suma importância para a cidade e entra na questão cultural e econômica da cidade. É uma prática secular e a gente está abandonado, infelizmente, há algum tempo pelo poder público, é uma reserva extrativista, mas há pouca presença ainda do Estado. A gente tem que fazer parcerias para que essa unidade venha servir, não só para os pescadores, como para a sociedade em geral, como fonte de alimentação e de turismo, como foi citado dentro do plano ali. Gostaria também de tratar aqui a questão da revisão de 2004, a regularização fundiária de moradores tradicionais da Região Oceânica, porque a gente está sofrendo opressão por alguns grileiros e muitas famílias estão sendo desapropriadas de forma covarde, famílias seculares que a prefeitura não está tendo um carinho e foi colocado isso no último registro da Região Oceânica. Obrigado.

Andreson Pipico: Obrigado, Jairo. Agora o prof. Wagner Drumond e depois Helena Rios. Só ressaltar que todas as observações vão constar no relatório e serão publicadas no site. Tudo será publicizado.

Prof. Wagner: Vocês desculpem porque eu estou na fase do junta tudo e joga fora. Seguinte, eu estava muito preocupado com algumas coisas, cheguei a escrever alguns documentos, que vou depois passar por e-mail para você, Verena, sobre o sistema lagunar. Então o maior problema que eu vejo na Região Oceânica, isso vem desde 1987 quando eu trabalhei com o Luiz Henrique Monassa na lei nº 659, e que nós propusemos um recuo de mais de 15 metros na Francisco da Cruz Nunes, para que a avenida fosse um eixo e tivesse duas pistas de cada lado fora as duas que já existem, e com isso o trânsito circularia de um lado e de outro, sem precisar desses cruzamentos horrorosos que foram feitos. E, infelizmente, no segundo governo Roberto Silveira com o vice Wolney Trindade mexeram na legislação e até então antes do João Sampaio tinha muito pouca construção avançando na Francisco Cruz Nunes. Então, hoje, para você resolver o problema do sistema viário do BRT, você vai ter vários problemas. Eu até vi hoje a reação de alguns proprietários da área do comércio da Francisco Cruz Nunes, que estão assustados que a prefeitura faça um plano de recuo. O plano de recuo daquela nossa época é aquele que tem ali na Grão ao Pão, se a gente tivesse feito aquele plano de recuo, mantido ele melhor. Infelizmente, vários planos de alinhamento foram mudados no governo do Roberto Silveira e que vai prejudicar Niterói, que tem problemas sérios nos seus eixos viários. E isso é só um alerta de que o diagnóstico não é só, na minha opinião, audiências públicas. Desculpa, Verena. Não é só botar na internet, companheiros, para todo mundo dar palpite. Diagnóstico pra mim é a equipe da prefeitura junto com a equipe da Fundação Getulio Vargas percorrer com técnicos as comunidades, reunir com as comunidades nos seus locais, nas suas localidades, levantar os problemas, trocar ideia dos problemas para levantar os verdadeiros dados que são as ansiedades da comunidade em si. Então, esse negócio de diagnóstico, mapinha, IBGE, deposita na internet, faz audiência pública, mascara que houve uma participação da comunidade, mas não estão vendo. Se eu penso assim, não é engenheiro, não é o meu amigo engenheiro. Isso não é diagnóstico, isso são informações, troca de ideias, é o mascarar o problema. Para encerrar, o anterior a mim, falou de análise, proposição e ações. Eu acho que análise, proposição e ações têm sempre que ser discutido junto, em um processo permanente, junto com a comunidade, companheiro, trocando ideias com ela. Aí você vai ter um plano de ação em que a comunidade opinou. Agora fazer a avaliação, a triagem, e depois hierarquizar quais realmente são os problemas. Porque não adianta apresentar cenários, botar solução se não são soluções discutidas acima da causa do problema, se não trabalhar a causa não adianta. Então, estudar com

ética e moral o que é o sistema lagunar... A gente não aceitaria um biólogo que com o apoio do INEA, porque agora o município não pode mais discutir com o INEA, plantar planta de manguezal numa área de pulsação. As lagunas não têm manguezal, as lagunas têm área de pulsação e são áreas que perderam a água dos espelhos de lagoa e secou. E também se Felipe Peixoto continuar insistindo que Piratininga não tem comunicação com o mar, esse é maluquice de quem não aceita o que Dom João VI fez de mais inteligentes que foi criar a linha preamar média dos nossos sistemas lagunares de beira de mar, e com isso, intelligentemente, somos o único país no mundo em que temos o controle sobre a costa. A Espanha hoje sofre esse tipo de problema. Você sabe disso, Verena, você morou lá. Eles têm problemas de controle das terras do litoral. Concluindo eu gostaria que a metodologia do diagnóstico participativo, eu até me proponho a ajudar, eu tentei, mas eles não aceitaram, não sei por quê. Mas eu até me proponho, se precisar, Verena, eu vou lá dar algumas ideias de que maneira nós podemos chegar junto à comunidade, antes de fechar esse diagnóstico. Por que diagnóstico para o meu entender é verificar a causa do problema, a solução são as alternativas de solução aos problemas identificados, e enquanto isso não acontecer, a gente vai trabalhar em cenário, vai propor soluções, soluções estas que podem gerar novos problemas. Por exemplo, a Transoceânica, ela é interessante, o projeto é muito bom, mas ele vai gerar uma série de problemas, e já começou com os comerciantes da Francisco Cruz Nunes, vai gerar problemas na saída do túnel. Vocês não tiveram coragem de resolver o problema do fundiário da Avenida sete. A Avenida sete que devia ser o corredor que levasse o trânsito de forma binária para a Francisco Cruz Nunes. A Avenida sete vocês não têm coragem de **xxxxx (trecho incompreensível)**, do lado esquerdo é terra e do outro lado é terra também... Só para entender... Enquanto não se entender as verdadeiras razões dos problemas, suas causas, não tem diagnóstico.

Anderson Pipico: Obrigado. A gente combinou os três minutos, sabe-se que não é muito tempo, mas tem muita gente inscrita pra falar. Por isso tem que ter um chato e o chato hoje sou eu. Helena Reis. Depois da Helena Reis, a Rejane.

Inscrita (Helena Reis): Eu sou moradora aqui do Cafubá. A minha preocupação é a seguinte, até esse senhor que falou antes de mim, apontou algumas questões que eu gostaria só de voltar a elas porque a minha preocupação... Eu moro ali bem perto da Avenida Sete onde vai ser a saída do túnel. E aí, uma coisa eu pergunto por que eu ainda não entendi e nesse Plano Diretor muito menos, como é que vai ser o acesso quando chegar lá do outro lado? Nas Charitas não vai truncar lá? Não vai ter uma coisa que o trânsito vai parar? O quê que se pensou sobre isso? Pra mim, eu estou ouvindo aqui o Plano Diretor da cidade de Niterói, então isso não ficou claro para mim em nenhum

momento, e gostaria que vocês voltassem nessa questão. Outra coisa, a lagoa me preocupa muito, porque eu acho que é uma coisa da natureza maravilhosa e eu não vejo um aproveitamento da lagoa. E digo mais, eu morei muito tempo no Rio de Janeiro, e faço sempre essa comparação com o Rio de Janeiro, como se usa a lagoa no Rio de Janeiro, e aqui como nós usamos? Então, por exemplo, uma coisa que não me ficou clara também nesse plano de diretor é a questão do esporte. Por que não remo, esportes náuticos? O que vocês pensaram em relação a esportes? Em relação a essa geração que precisa ser ocupada, essa garotada aí? A gente está nas Olimpíadas e aqui em Niterói ninguém fala em esporte, com raras exceções, talvez o futebol. As praças públicas também são outra coisa que eu não vi muito nesse Plano Diretor. Eu acho que tem uma carência de praça aqui em Niterói, na Região Oceânica principalmente. Então eu faço um apelo. E outra coisa também que me preocupa muito, ali naquela região onde tem a AABB, depois tem uma estradinha que vai serpenteando a lagoa. Ali tem uma ocupação e é até uma ocupação de gente com baixo poder aquisitivo não, de alto poder aquisitivo e que está ocupando inclusive a área da lagoa, então não tem nenhuma... Sabe, é direto, você tem uma estradinha, que eu acho que você nem vai ter muito acesso porque é uma estradinha mais para bicicleta e depois as casas do lado esquerdo, então como é isso? O Plano Diretor não está vendo isso não? Então eu quero saber isso e quero esclarecer isso mesmo. E outra questão também é em relação a **impostos**. O Parque da Cidade, porque aquilo é um parque, então eu moro bem perto daquela reserva do parque, e fico vendo as construções a surgir, construção de rico. Porque olha só o que aconteceu naquela região de Angra dos Reis, a gente sabe, a gente acompanha. Então, o que aconteceu? Nesse Plano Diretor eu não vi isso não, sabe, essa preocupação. Você falar em ambiente, de sustentabilidade, mas sustentabilidade é um nome muito bonitinho que a gente usa, mas um mal uso desse termo de sustentabilidade, e é só isso que eu queria dizer.

Anderson Pipico: Obrigado. Rejane. Raylane. Desculpa, Raylane.

Inscrita (Raylane): Boa Noite, meu nome é Raylane, eu estou aqui representando a Bicicletada Massa Crítica, que é um movimento que começou aqui na região em março, ele já existe no centro de Niterói já há algum tempo. Uma das nossas grandes demandas aqui na Região Oceânica é a seguinte: apesar de nós sermos 11 bairros interligados, e do crescimento ter sido um absurdo e do plano urbanístico não ter acompanhado esse crescimento, a gente tem uma estrutura cicloviária hoje que ainda é muito pobre. A gente tem acidente todo dia. A gente tem uma avenida que é considerada como a avenida da morte, que é a Avenida Central. A gente tem a Estrada do Engenho do Mato e a Avenida Irene Lopes Sodré que têm alto índice de acidentes, numa região de pelo

menos seis quilômetros. A gente tem cinco UMEIs, cinco unidades municipais de educação infantil, então, o público da bicicleta aqui na Região Oceânica ele é um pouco diferente, são trabalhadores, pessoas humildes, são mães carregando crianças para a escola. E enquanto a prefeitura continuar pintando a faixa de rolamento das ruas e não repintar a estrutura cicloviária, não adianta a gente ficar correndo atrás de pendurar bicicleta branca em cada acidente que acontece. Então eu queria fazer um apelo para vocês, de que, por favor, olhassem para a nossa estrutura cicloviária. E eu queria também deixar registrado que numa reunião em maio deste ano, o prefeito prometeu essa integração da Avenida Central, da ciclofaixa, pessoalmente para a gente, e até agora isso ainda não foi feito. Uma outra questão daqui, que se falou agora sobre esporte olímpico, a gente tem o BMX que é uma prática da bicicleta que é super forte aqui em Niterói. A gente tem vinte atletas e rampas desativadas na região do Engenho do Mato. Então seria importante também se a gente pudesse, de repente, em conjunto com a Secretaria de Esportes relacionar essas duas coisas, essas rampas que estão abandonadas aqui, e que têm grande potencial pra se tornar um polo turístico ou de atração para a nossa questão natural. Uma outra indagação, que agora é minha, pessoalmente, é a seguinte: a gente percebeu que a prefeitura está muito interessada na proteção dessas áreas permanentes de preservação. Eu queria saber o seguinte, quando vocês pretendem notificar as mansões a beira-mar em Itacoatiara que ainda não estão ligadas a redes de esgoto oficialmente, conforme matéria do jornal Globo Niterói há um mês atrás? Eu queria aproveitar também e falar de uma outra área de preservação ambiental permanente que é a Lagoa de Piratininga, que nesse momento em frente ao número trezentos da Almirante de Tamandaré e ligação com a estrada da ciclovia dentro de uma ilha, ela está sendo loteada. Hoje já existem três terrenos lá, e os loteamentos estão com luz, água, e são três terrenos. Algum tempo atrás era somente um. Esses terrenos fizeram aterrramento na lagoa para ter uma ponte particular que chega nessas casas. Então, por favor, eu queria que vocês dessem uma observada de repente junto com a Secretaria de Meio Ambiente. Obrigada. Boa noite.

Anderson Pipico: Obrigada, Raylane. O próximo inscrito é o Nelson e depois a Cintia.

Inscrito (Nelson Monteiro): Boa noite, eu me chamo Nelson Monteiro, sou morador do Cafubá, eu sou membro do conselho comunitário da Região Oceânica. Esse Plano Diretor, ele está com vinte e três anos e a duração geralmente do Plano Diretor é de dez anos. Esse, que inclusive agora estão já trabalhando, será para um futuro de dez anos. E como o Plano Diretor é para um futuro de dez anos, eu quero chamar a atenção para alguns pontos. Primeiro, neste aqui foi abordado recurso turístico. Na Região Oceânica nós temos o recurso turístico que foi amontoado naturalmente e até

hoje não foi aproveitado. Ele só foi degradado, ele só foi diminuído ao longo dos anos, é um recurso turístico que demanda talvez, vamos dizer, se fosse na época aproveitado, demandaria recursos financeiros poucos para ser usado e a nossa Lagoa de Itaipu-Piratininga que estão abandonadas, sem ninguém aproveitar. E lembro que a Região Oceânica não tem área de lazer, a única área de lazer que nós temos na Região Oceânica é a praia. Nós não temos área de lazer e nem de esporte. Essas duas lagoas poderiam servir perfeitamente, não só à população da Região Oceânica, de Niterói, mas de outros lugares. Esse é um recurso turístico que nós temos de graça e nós não aproveitamos. Outro ponto que eu queria chamar a atenção, e deve constar nesse plano, é a arborização urbana. Essa arborização urbana deve ser planejada, dirigida, orientada e incentivada pela prefeitura, não pode deixar somente nas mãos dos moradores. A arborização urbana é útil, ela nos traz sombra, ela nos traz um frescor e oxigênio, é preciso valorizar a arborização urbana. E um outro, vamos dizer, ponto que eu também chamo atenção... Essa sim, vamos dizer, é um tormento talvez hoje no país inteiro que são os recursos hídricos. Uns vão dizer que estão em escassez e outros vão dizer que estão sofrendo problemas tremendos, a Amazônia, o Norte, e o Sul, Rio Grande do Sul. Eu acho interessante e me questiono até hoje. E a resposta talvez seja simples, como é que se constrói oleoduto para se levar óleo para tremendas dimensões e não se pode fazer um aqueduto? Se desvia do Rio São Francisco, que hoje está seco, nós temos o Paraíba do Sul que serve, vamos dizer, ao estado do Rio de Janeiro e está secando. Então, o que eu queira, chamar para os recursos hídricos no Plano Diretor. É que, vamos dizer, nas construções, pavimentação, construção civil, tudo de uma forma geral em Niterói, volta para o planejamento de aproveitamento de recursos hídricos. Nós temos, por exemplo, o bairro de Santo Antônio aqui que sofre inundações toda vez que chove. Por que não se constrói um piscinão para recolher essa água e depois reaproveitar essa água? Concluindo, então, eu quero voltar aos nossos rios, o que nasce e o que morre em Niterói, e pela propaganda de água em Niterói 99% dos esgotos em Niterói é tratado, e cabe uma pergunta? Por que todos esses nossos córregos estão poluídos? Por que eles não podem servir para recursos hídricos? Então eu acho um item importante mesmo no Plano Diretor devem ser os recursos hídricos em Niterói.

Anderson Pipico: Muito obrigado ao Nelson. Depois o Orlando Malta, e na fala do Orlando a gente completa 10 pessoas inscritas e a Secretaria vai fazer algumas observações em cima dos 10 primeiros, e a gente continua com os demais inscritos.

Inscrito (Cíntia): Boa noite, meu nome é Cíntia, eu sou assessora do vereador Paulo Eduardo, e eu tive presente na segunda-feira, nessa apresentação do diagnóstico no Fonseca, do Plano Diretor

no Fonseca. E naquela ocasião, eu fiz uma pontuação, Bernardo, a respeito da questão de divulgação, ao qual o vice-prefeito disse que eles estavam fazendo um esforço muito grande para ampliar essa divulgação. E eu devo dizer que apenas há duas horas do começo da audiência a divulgação entrou no perfil ou na página da prefeitura no *Facebook*. Então, eu estou achando que esse esforço é meio pequeno para quem está querendo dizer que vai fazer um Plano Diretor participativo, porque eu dei uma contada ligeira aqui e nós somos setenta pessoas, pode ser que tenha errado, sejamos oitenta, eu acho isso pouco significativo ainda. Saiu uma matéria no Fluminense que foi acho que ontem, eu soube que parece que o prefeito teve na Band e deu uma entrevista ontem de manhã, se não me engano, e eu não tive notícias que ele tivesse nessa entrevista divulgado que ele está fazendo a revisão do Plano Diretor, e me corrijam se eu estou enganada. Então eu acho que é uma perda de oportunidade que revela qual é a verdadeira intenção da prefeitura, não fazer ou fazer meia boca, é o que estou observando. Outra coisa é essa revista que foi Bernardo mesmo que citou, além da falta de transparéncia, falta de tiragem, jornalista responsável, e tudo mais, essa revista mente quando ela fala da situação das ciclovias de Niterói, e com isso ela incentiva o encaldo a ir para as ruas, achando que ele tem segurança. Então eu acho que é absolutamente irresponsável essa situação, porque nós ciclistas, Raylane sabe disso, Bernardo, o que nós ciclistas temos visto em Niterói é uma vergonha. Ir para o *Facebook* e pegar depoimento dizendo que é maravilhoso e que está se sentindo muito seguro, só se for com a bicicleta presa na parede, porque na rua não dá para se sentir seguro. Então eu acho que é assim, é falacioso, mentiroso e eu acho isso muito perigoso. Uma outra questão que eu gostaria de saber, Fabricio, é a questão do plano de mobilidade, porque da mesma maneira que vocês estão fazendo antecipadamente e equivocadamente um PUR Pendotiba antes que essa revisão seja feita, que já é um descalabro, um absurdo, não existe plano de mobilidade em Niterói. Então o que já acontece em Pendotiba onde vocês estão fazendo soluções pontuais da cabeça de vocês, porque não houve um plano pensado pela cidade inteira, pelo o que eu estou vendo isso continua, no COMPUR eu acompanhei e havia uma história que vocês estavam fazendo uma licitação, e isso morreu. Eu não sei mais se há licitação ou se não há licitação. E se há licitação esse plano de mobilidade deveria estar no mínimo correndo em paralelo. E eu não ouvi uma menção além da Transoceânica que tem 40 anos. Enfim, aquele *blá blá blá*, do plano de mobilidade para a cidade toda, não dá para ver a Transoceânica sem ver que a Transoceânica vai chegar no túnel, e que vai ter um VLT indo para o centro, querem passar um VLT no meio da Marquês de Paraná e os ciclistas também reivindicam esse mesmo espaço. Enfim, é brincadeira, a sensação que eu tenho é que é brincadeira. E eu acho que não dá. Eu acho que, infelizmente, eu lamento profundamente, mas tudo o que eu tenho percebido, é brincadeira, é tudo mais ou menos. E eu gostaria que prefeitura se responsabilizasse

porque a coisa está virando uma questão de segurança. Acho que está entrando num terreno que pode ser extremamente perigoso, e eu como ciclista gostaria de salvar a minha pele. Oito acidentes em dois meses. A coisa está ficando feia, porque você dizer que você faz e não está fazendo é muito perigoso. Não há uma sinalização, a ciclofaixa não tem uma sinalização em lugar nenhum, a campanha é falaciosa, não houve campanha educativa, os *banners* duraram menos de uma semana porque eles quebraram. Eu não sei que dinheiro foi gasto naquela campanha porque ela não durou. Ninguém sabe porque na hora da conversão, na hora de virar para um lado a preferência é do motorista. Não existe campanha dizendo isso. Então eu fico assim: que maravilha é essa que aquela mulher disse na revista? Muito obrigada.

Anderson Pipico: Orlando é o décimo inscrito.

Inscrito (Orlando): Boa noite senhores, meu nome é Orlando, eu vivo na Região Oceânica há 40 anos. Por força da minha atividade profissional, eu tenho uma empresa que constrói linhas de transmissão, e exige licenças ambientais, e no pacote da ANEEL hoje exige-se que municípios com menos de 30 habitantes nós tenhamos que fazer planos idênticos a esse. Então eu aprendi a fazer um plano, e eu recordo exatamente o que você falou, aqui não tem nenhum plano. Em um plano a gente tem que conversar com a comunidade para saber exatamente o que cada um quer e aí sim nós vamos fazer um diagnóstico e isso pra mim ficou muito claro. Dois, o que você falou, a comunicação da prefeitura. Onde estão essas placas da Transoceânica porque poderia ter escrito ali “hoje vamos ter audiência pública”. Isso aqui não representa, senhores vereadores, isso aqui não representa a nossa comunidade. Aqui, eu já vi aqui são especialistas, diversos especialista de diferentes áreas que estão aqui para contribuir e com certeza transformar esse pacote de informações obtidas num diagnóstico verdadeiro quando se fizer a conversa, a comunicação com cada parte da sociedade. Vamos citar alguns exemplos, se fosse verdade na época da privatização da Cedae pela Águas em Niterói, toda a cidade já estava pronta, os folhetos da Águas de Niterói são claros, em cinco anos a gente teria água e esgoto em toda a cidade, e o que a gente vê não é isso hoje. Agora mesmo alguém falou nos córregos aí, todos os córregos estão poluídos. Essa Lagoa aqui de Piratininga vai acabar, cara. Infelizmente vai acabar, quando a gente vê a Lagoa Rodrigo de Freitas sendo utilizada para esporte. Vai acabar. Até na ciclovia que a companheira falou anteriormente, é perigoso você passar na ciclovia. Então a sugestão que estou querendo dar ao plano como contribuição, é que agora se vá conversar com a comunidade, isso é fundamental. A Serra da Tiririca eu participei ativamente na preservação. E o que nós estamos vendo? Ela está sendo degradada, está sendo invadida, e a gente não vê nenhum órgão de orientação e proteção,

não tem fiscalização nenhuma. Então é muito bonito o diagnóstico, tenho certeza que ele vai servir para a gente dar um pontapé, mas o Plano Diretor... Eu tenho feito planos diretores, é claro que em uma proporção menor, em cidades pequenas, mas o que eu tenho feito é exatamente conversar com a população, a população mostra os seus desejos, nós transformamos em diagnóstico, fazemos a proposição do Plano Diretor e nas Câmaras de Vereadores das cidades ele é analisado, recebe emendas e são aprovados. Eu já fiz 12 planos desses, e aí sim, quando o plano é aprovado tem toda uma solenidade e a implantação do que a sociedade quer, e isso é fundamental. Eu não entrei em maiores detalhes, eu acho que eu estou aqui à disposição e tenho certeza que tem uma quantidade imensa de pessoas que está à disposição. O Boechat pode levar a nossa proposição para o prefeito, mas acima de tudo nós temos que usar o potencial de experiência que nós temos aqui convivendo na Região Oceânica, e subsidiar o pessoal do plano a fazer um plano que realmente atenda àquilo que a gente quer deixar para os nossos filhos. É isso que eu queria dizer.

Anderson Pipico: Obrigado, Orlando. Vou passar agora a palavra à Secretária Verena, mas antes queria fazer uma observação que é a seguinte: precisa ficar claro, e eu acho que a maioria das pessoas entendeu, a gente não está aqui construindo um Plano Diretor, a gente está aqui revisando o Plano Diretor, que foi construído em 1992 e que teria que ter sido revisto em 2002 e que os outros governos não fizeram, e a gente está aqui hoje fazendo. A gente não está aqui criando um Plano Diretor, um instrumento, uma ferramenta que ela não existe, o Plano Diretor já existe e ele está sendo, por lei, refeito. Ele teria que ter sido refeito em 2002, em dez anos, não foi feito. A Verena vai falar com mais propriedade. O que foi feito foi uma adequação em 2004 ao estatuto da cidade, e hoje a gente está, foi compromisso desse governo, começamos a fazer a revisão desse Plano Diretor, já foi feita uma primeira reunião na região Norte, e a segunda agora da Região Oceânica. E a gente está aqui exatamente para colher informação, para ouvir dos senhores qual é a realidade de hoje, o que a gente pode fazer para mudar, para alterar, para melhorar a qualidade de vida de cada um e cada uma. Mas o Plano Diretor não foi feito pela nossa gestão. Esse Plano Diretor existe desde 1992, e a gente agora teve a coragem de fazer a revisão que os outros não fizeram. Queria só fazer esse registro, e queria aproveitar que estou falando e antes de passar falar com o Sidney de Várzea das Moças. Sidney, eu moro na região Leste há quarenta e quatro anos. Morei vinte anos no Rio do Ouro, e moro há vinte e quatro em Várzea das Moças. Sou morador nascido e criado naquela região. De fato a região leste, se não me engano na audiência pública da zona Norte, o Marcolini, que foi um dos mentores do Plano Diretor de 92, citou que a criação da região Leste como região foi um equívoco, e eu também concordo. Eu acho que foi, e eu digo com todo o desprendimento e tranquilidade que moro desde que nasci na região e não tenho interesse em sair

de lá, moro há vinte e cinco anos só em Várzea das Moças, e toda a minha família mora naquela região. E eu digo sim, de fato, o espaço, a região de Várzea das Moças, hoje, contra a minha vontade, faz parte da Região Leste de Pendotiba. Eu acho que faz mais parte da Região Oceânica, como eu acho que o Rio do Ouro deveria fazer parte de Pendotiba. Mas esse espaço aqui e o espaço da audiência pública da região de Pendotiba vai confrontar a região Leste. É o espaço ideal pra gente que é morador, que sofre os problemas que todos sofrem ao longo desses anos. Eu poderia falar, que alguns dos senhores devem lembrar-se do fato do Movimento do Melo de 1998, onde a Região Oceânica teve um movimento para emancipação da Região Oceânica que não atingiu o objetivo. Para muitos ali, a ideia é naquele momento chamar a atenção dos governantes da cidade para a Região Oceânica, muito mais do que conseguir a emancipação, mas já era um movimento que naquele momento defendíamos que Várzea das Moças fizesse parte da Região Oceânica. Então, eu acho que de fato nós temos que aproveitar essa oportunidade, não só para discutir essa questão da região Leste, mas que a gente possa trazer nossas contribuições concretas, para a revisão do Plano Diretor que já existe. Então acho importante a observação da divulgação, tem que divulgar mais de fato, se a gente tivesse aqui 500 pessoas, também talvez não fosse um número que fosse representar a região como um todo, e a nossa obrigação é de cada vez divulgar mais, de cada vez tentar fazer com que as pessoas saibam e participem mais. Eu posso garantir a vocês uma coisa, eu acompanho o movimento político da nossa cidade há muitos anos, e eu não dou conta de outro governo que esteja tanto aberto para ouvir, para discutir aqui na Região Oceânica e nas outras regiões, haja vista as inúmeras reuniões que já foram feitas na Região Oceânica, e os inúmeros serviços já estão sendo executados, porque é verdade, a gente precisa sim, a gente precisa muito discutir, a gente quer muito fazer todas as ações ouvindo a população. Mas a gente precisa dar resultados para os senhores, a gente precisa ter ações que concretamente causem impactos positivos na vida dos senhores, a gente não pode só ficar discutindo, discutindo, como foi feito em outros governos. A gente está discutindo, quer discutir, vai estar sempre aberto para fazer discussão, mas, sobretudo a gente precisa transformar essa discussão em melhoria de qualidade de vida dos senhores. Então, obrigado e eu vou passar a palavra para a secretária Verena.

Inscrito (Prof. Wagner): Pipico, quando você falou, eu fiquei preocupado, porque quando nós fizemos a lei 659, uma das pessoas que participou no debate foi o próprio Marcolini, e quem cuidou desse trabalho fui eu pela universidade e o Luiz Henrique Monassa pela prefeitura. Foi naquela época que dividimos o território de Niterói em cinco áreas, e essas cinco áreas que eu citei foram divididas por nós, e uma das críticas que o João Sampaio fez foi o que você acabou de comentar.

Entretanto, depois do João Sampaio, nós tivemos um problema muito sério de legislação em Niterói: o governo transformou toda Niterói em área urbana, acabou com as áreas rurais. Então as vocações já existiam na área de Pendotiba, no entorno do Mata Paca, na região de Várzea permitia discutir, Verena, a questão das vocações com a atividade agrícola. Essas atividades agrícolas, algumas delas permanecem. Então, na hora que mudaram a legislação em favor do interesse da especulação imobiliária, e do uso das terras para área urbana total, aconteceu o que o próprio camarada falou de Várzea das Moças, que está sendo invadido por condomínios. Quando a legislação transforma as antigas áreas rurais em área urbana é quando começa a grande invasão de condomínios. Esse é um problema que tem que ser feito no diagnóstico, é um estudo histórico das legislações passadas, as que foram mudadas e os efeitos de impactos negativos que essa legislação trouxe. Se a gente não avaliar esse passado, a gente não vai descobrir onde está a solução. Eu não estou dizendo que a gente vai mudar esse quadro não, mas tem que avaliar o que foram essas mudanças normativas. É só um alerta a todos para que a gente não fique falando só do problema. E eu também só esqueci de dizer que tem que indicar a causa, e é a causa do problema que afeta diretamente a população, não é só a causa do problema que o técnico acha, tem que ser o problema pela causa que afeta diretamente a população, a qualidade de vida dela.

Anderson Pipico: Obrigada. A gente agradece a colaboração. Antes de passar para a Verena, eu queria registrar a presença também do Rodrigo, Presidente da Associação do Mar a Vista e o Marcelo, o seu vice, o Niel, Presidente da Associação do **xxx** (trecho incompreendido) e o Paulinho, seu vice, a Sandra Reis, Presidente da Associação do Cafubá e Ricardinho, seu vice também, a Cátia Presidente do CCRON, o Francis Presidente da **xxx** (trecho incompreendido) e a sua diretoria Lucia, Maria Luiza e Renata, Valfrido Presidente da Associação do Vale Feliz, Dedé vice-presidente da Associação do Cantagalo, o Jairo já falou aqui, se apresentou, que é dos pescadores tradicionais, e agradecer a presença de cada um e cada uma.

Boechat: É só para completar uma pequena falha da anotação, a Cátia não é presidente da CCRON, a Cátia é quem comanda o **xxx** (trecho incompreendido). O Gonzalo. Cadê ele, o Gonzalo? E o Gonzalo, presidente do CCRON. Está certo?

Anderson Pipico: Está certo Boechat. Ah, e o meu amigo e parceiro de muitos anos, o Renatão do Quilombo.

Verena Andreatta: Eu vou responder aqui algumas propostas e observações, e correções de rumo já foram contadas. Duas delas se referem à questão da divulgação. Acho que, realmente, nós temos que divulgar mais. Mas também esse esforço de divulgação deverá ser de todos os senhores, todos vocês também poderiam nos ajudar a divulgar. Faremos a próxima audiência pública no centro da cidade, lá no Clube de Diretores Lojistas, na próxima segunda-feira e na outra quinta-feira faremos lá no CIEP do Badu, também uma quarta audiência com esse mesmo propósito de apresentar esse diagnóstico técnico, que é a nossa leitura da cidade. Eu respondo aqui ao Valfrido, acho que o Valfrido quis falar então da pavimentação tão necessária para o Vale Feliz, para o Engenho do Mato, o Bernardo falou sobre essa questão da fotografia de Niterói, essa abordagem técnica, a questão de publicizar mais, alargamentos de caixas de rua ali na Professor Romero Gonçalves, enfim também questões relativas à hierarquia viária que deverá ser tratada nessa revisão. E em relação também ao Sidney Faria que falou aqui. Peço desculpa aí realmente porque quando o Fabrício quis falar da região Leste, que algum dado era insignificante foi em relação a um total, um percentual em relação ao total. Jamais se quis dizer que era uma região insignificante, muito pelo contrário, é uma região de grande importância, uma região que tem que ser preservada. Comentamos aqui, até o Prof. Wagner citou o Marcolini, que foi quem encaminhou o Plano Diretor de 92 para a Câmara de Vereadores, e inclusive na reunião da última segunda-feira, ele propôs inclusive a visão técnica dele. Ele veio como colaborador, e cada opinião dos senhores, independente de qual cargo ocupa, presidente de associação, vereador, etc., terá o mesmo peso nesse diagnóstico, nessa leitura da cidade. É uma leitura construída entre todos nós, independente de qual função nós tenhamos, qual função nós exerçamos. Então, é importante dizer que o Marcolini, inclusive, sugeriu tecnicamente que se dividisse a Leste em uma parte, se extinguisse a Leste e uma parte ficasse para Pendotiba e outra parte para a Região Oceânica. É a opinião dele, e se essa opinião for votada entre todos, enfim, ela vai vingar ou não. Também aqui o Orlando Mota falou: "Aqui não tem um plano". Realmente aqui tem um plano de 92, o plano foi revisto em 2004, como falou o Pipico, e nós temos hoje um embrião. Nessas reuniões estamos aqui construindo, nesse momento é um embrião, a semente que plantaremos para essa construção conjunta, participativa. O Sidney falou também sobre a questão da preservação da Serra da Tiririca, acho que a questão da preservação do meio ambiente ainda é uma pauta importante na cidade. Tem um projeto de construção de mais de mil moradias, e como Secretaria de Urbanismo, nunca chegou esse projeto, esse processo, nas minhas mãos. A questão de cemitérios. Niterói não quer ter cemitério no seu território? Então, aonde enterraremos os nossos mortos? Enfim, são questões que a gente tem que debater. É sempre assim, sempre se quer no terreno do vizinho, no município vizinho, longe, mas será que... Cemitério, toda a história, os nossos mortos eram enterrados

antigamente no pátio da igreja. Mas com o desenvolvimento urbano, a cidade foi se desenvolvendo e foi necessária a construção de cemitérios. Então, nesse Plano Diretor se ninguém quiser cemitério na cidade de Niterói, é uma decisão que vai ser construída depois. Enfim, outras questões, falou-se muito aqui na Transoceânica. Eu ouvi e me coloco à disposição para voltar aqui e fazer uma audiência, fazer mais uma reunião sobre a Transoceânica. Estamos divulgando, estamos com as obras na rua, vamos iniciar a visitação ao canteiro de obras, o túnel já começou a ser aberto, estamos com aproximadamente com 200 metros de túnel já perfurado, vocês devem estar acompanhando nos jornais, assim como houve uma queixa das empresas de ônibus porque os ônibus não caberiam na pista, então vamos ver para crer e colocar o ônibus na pista. Foi feito um teste para ver se ônibus cabia ou não, enfim. É um projeto que ainda vai sofrer uma série de reajustes. O Sergio geógrafo também deu uma contribuição muito importante, eu quero até agradecer. Eu acho que nós fomos talvez... Fomos curtos em não trazer toda a informação técnica, o próprio apoio da Fundação Getúlio Vargas foi para que esse relatório fosse o mais criterioso possível e tivesse todos os dados do IBGE, da RAIS, do PDTU, enfim todas as fontes são citadas, ele é extremamente rigoroso. A Fundação, nesse caso, ela nos apoiou para que não houvesse nenhum furo, para que trabalhássemos com todo o rigor, e que toda a informação fosse colocada de forma correta. Infelizmente, na apresentação, as vezes a gente salta porque fica talvez tão técnica que a gente acaba saltando, mas tomaremos cuidado para que nas próximas audiências mencionemos as fontes de dados. Em relação também ao Jairo Augusto, eu acho que a questão da pesca é uma questão importante, a preservação das áreas de reserva marinha. Wagner Mota mais uma vez traz sempre suas boas sugestões, criticando a metodologia. Acho que nós podemos pensar metodologicamente em como melhorar a revisão desse Plano Diretor. Helena Reis falou também de questões importantes, a Transoceânica mais uma vez, a gente pode voltar aqui para falar sobre a Transoceânica, e colocou propostas muito interessantes que vale a pena a gente mencionar aqui como os esportes náuticos, a carência de praças públicas, até colocando aqui que a Transoceânica quando nós projetamos, a equipe técnica projetou essa infraestrutura de transporte coletivo não pensou em uma infraestrutura que criaria uma barreira entre os dois lados da Região Oceânica. E ao contrário, criamos cinco novas praças, todos aqueles elementos de rotas viárias foram transformados em praças. Toda a nossa preocupação realmente para esses espaços públicos, são carentes, a cidade está carente, principalmente a Região Oceânica, desses espaços, tanto é que a gente colocou ali redes de espaços públicos, está carente de praças e parques. Enfim uma série de outras questões aqui que foram levantadas, a Raylanne acho que também coloca... Colocou também questão da cidade como polo turístico, a prática de esportes e a questão das pinturas nas ciclofaixas. Estamos observando e anotando tudo. Todas aquelas questões que são

mais emergenciais da cidade, obviamente, irão para o setor apropriado, e no caso é o escritório de projetos da Niterói Bicicleta, levaremos essas demandas. Em relação à aplicação de esgotos, há um projeto chamado Se Liga. A prefeitura também está muito empenhada que esse projeto Se Liga de conscientização, as pessoas têm que saber se o esgoto dela está ligado na drenagem ou está ligada na rede de esgoto. O Nelson Monteiro falou sobre pontos também muito interessantes, a Região Oceânica como recurso de turismo desaproveitado para a cidade. Turismo é recurso, ele anima a indústria limpa das cidades, ele conta que foi diminuído. Então, vale a pena a gente pensar a dinamizar esse recurso turístico que a região oferece? Arborização urbana também é um ponto fraco e deveria ser incentivado. No caso no projeto oceânico a gente propôs também todo o projeto de arborização. A questão do piscinão no bairro de Santo Antônio, a questão dos recursos hídricos, enfim são questões que estão anotadas e constarão certamente na revisão do Plano Diretor. A Cintia falou também sobre a divulgação, agradeço também os comentários. Durante o Plano Diretor, nós temos uma determinação do Ministério Público para a **xxx** (trecho incompreendido), ou seja, muitas vezes nós ficamos condicionados pela justiça e pelo próprio Ministério Público a realizar algum planejamento no caso por determinação e nós cumprimos a determinação do Ministério Público. Em relação ao plano de mobilidade, Cíntia, eu queria comentar que nós vamos ter recurso da CAF (Cooperação Andina de Fomento) para a realização desse plano de mobilidade. Não estivemos parados, só não tivemos condições. O recurso ainda não veio, é um recurso que vem desse empréstimo que nós fizemos com a CAF. O prefeito hoje está em Washington para buscar esses recursos e vai assinar o contrato. Esse contrato vai servir para um projeto chamado Pro Sustentável. É um recurso que vem todo ele para a Região Oceânica, são 100 milhões de dólares que virão para estruturar toda a Região Oceânica e nesse pacote o plano de mobilidade saiu como uma oferta da CAF para o nosso plano. O termo de referência está pronto, o Governo do Estado já passou todos os dados do PDTU. Nós hoje somos a primeira cidade metropolitana a receber do Governo do Estado os dados dos PDTU em primeira mão. É um software difícil, ele é muito complexo, mas já temos esse elemento conosco e, além disso, a Câmara Metropolitana, formada recentemente, também vai trabalhar em conjunto com todos os municípios metropolitanos, porque a questão do transporte e da mobilidade ela não diz respeito só ao município hoje, ela tem que estar integrada. Então há um esforço da Câmara Metropolitana. Nós estamos participando de todas as reuniões que a Câmara nos convoca, então, nós não estamos aqui brincando. Era isso que eu tinha que falar, não sei se o Fabricio tem alguma questão para pontuar, acho que podemos continuar com as sugestões, opiniões dos senhores e propostas e serão muito bem-vindas.

Anderson Pipico: Obrigada secretaria. O próximo inscrito é o Gonzalo, presidente do CCRON. E depois dele Paulo César da Fazendinha. Quero também agradecer e registrar a presença do Luís Antônio dos Santos, presidente da Associação dos Moradores do Residencial Fazendinha.

Inscrito (Gonzalo): Boa Noite a todos, boa noite a mesa, só para dar uma ideia eu estou na Região Oceânica há 60 anos. Fui criado aqui na Região Oceânica e andava de bicicleta **xxx** (trecho incompreendido) estudar, fora isso eu ia jogar bola no Jacaré e andava o dia inteiro de bicicleta para lá e para cá. Os tempos mudaram e a realidade da Região Oceânica é outra. Então há que se adaptar a região aos novos tempos, mas o que deve se procurar é a melhoria da qualidade de vida, ou seja, qualquer revisão é bem-vinda, desde que ela traga em si melhorias de qualidade de vida.

Anderson Pipico: Gente olha só. Vocês aí atrás, por favor, vamos dar uma colaborada porque está fazendo muito ruído aqui na frente. Obrigada.

Boechat: Pessoal, ou a gente participa ou a gente fica sentado aí e conversa. Por favor, é tão importante o que o presidente da CCRON está falando aqui porque é uma pessoa representativa da região. Vamos dar uma atençãozinha aqui, por favor, isso é importante pra gente.

Inscrito (Gonzalo): Eu vi bastante estatística aqui, mas eu gostaria de ver mais um retrato da realidade, e isso só consegue ouvindo as comunidades. Ou seja, eu gostaria de propor que fosse feito como no PUR, onde foram feitas reuniões de bairro a bairro, com a participação maior dessa comunidade. Quando a gente olha para esse retrato, nós temos as seguintes preocupações no CCRON, as mais importantes: primeiro a preservação da eficiência do plano, não é jogado tudo fora e começado tudo de novo e não se abre as brechas e se fecha as brechas existentes para operação de cavalheiros. Novas áreas para construção e a especulação imobiliária está aí, o oásis representativo do que eu estou falando. Novas construções que não obedecem ao PUR. Nós temos construções que não estão obedecendo ao PUR, e não adianta reclamar, tem prédios crescendo na praia de Piratininga com a altura acima do PUR.

Participante: Jacaré.

Inscrito (Gonzalo): Jacaré. Bom, mas Jacaré a brecha na lei permite fazer. Hoje tem gente avançando dentro da Francisco da Cruz Nunes. Estrutura sendo feita avançando, você olha e você vê que está 3 metros pra dentro da Cruz Nunes. Obras irregulares sem licença. O que tem de obra

irregular sem licença é impressionante, impressiona. Hotéis usados, apart hotel, ou seja, a prefeitura faz uma lei dizendo que pode construir hotel assim, assim, se constrói hotel e depois é usado como apart hotel. É difícil. Você constrói hotel e depois ele é transformado em escola que vai ter mil alunos, e qual o impacto disso? Isso foi estudado? Foi autorizado? Como é que é? Era previsto, não previsto? Áreas cedidas nas margens do Rio João Mendes usadas para outro fim, ou seja, para você construir na Avenida Central você tem que doar uma área nas margens do Rio João Mendes. O que acontece? A prefeitura vai lá e monta uma instalação de tratamento de *crackudos*. Ótimo, bota fora! Áreas seguidas abandonadas, e por aí vai. A gente teria uma lista de reclamações muito grande. Então a preocupação é: não permitam que sejam feitas mais construções irregulares, não permitam que sejam feitos novos loteamentos em áreas que não foram previstas pelo PUR e que não deveria existir. No final das contas o mais importante de tudo é ouvir as comunidades, bairro a bairro, talvez até criar grupos de trabalho para organizar mais especificamente, e estabelecer claramente onde queremos chegar. A partir daí, onde queremos chegar, a prefeitura faz os planos, a execução e como se chega lá. Isso é clássico, onde estamos, onde queremos chegar e o que vamos fazer. É isso, eu acho que esses pontos são os mais importantes, para nós do CCRON.

Anderson Pipico: Obrigado. Paulo Sergio da Fazendinha, e depois Carlos Alberto Serafim.

Inscrito (Paulo Sergio): Boa noite a todos, meu nome é Paulo Sergio, sou presidente da Associação dos Moradores da Fazendinha, e eu tenho pouco estudo, não conclui o segundo grau, e estava agonizando aqui porque eu não estava entendendo esse plano da prefeitura, e queria agradecer ao meu amigo inteligente porque ele também não conseguiu entender, o que é um sinal de que eu não estava errado. Eu fiquei satisfeito, muito obrigado por você ter me explicado. Então eu acho que qualquer analfabeto que estiver, e deve ter porque Pendotiba tem muito isso por falta de colégio, não deve ter entendido também. Eu acho até que é uma comédia você participar de uma coisa e, porque você não tem estudo não entender, e uma pessoa com muito estudo também não entender. Queria agradecer ao amigo que passou o entendimento para mim, e queria não agradecer a prefeitura por não ser amiga. O amigo me explicou aqui que tem um grupo do poder público, ele não citou muito bem, tem um grupozinho do poder público de escolas e hospitais. Eu queria dizer que os hospitais deixam muito a desejar porque eu acompanho devido a minha esposa ter esse problema também, eu acompanho várias mulheres que estão tentando fazer a cirurgia de mioma, e que estão na fila há quatro anos para fazer uma cirurgia de mioma. Então o poder público está tentando matar essas mulheres pobres que não pode ter um plano de saúde, e são obrigadas a serem atendidas pelo hospital público, e que não atende há quatro anos, uma cirurgia simples,

segundo me passaram. E a deficiência que tem os colégios públicos, e as crianças passam da 1^a série para 2^a, da 3^a série para a 4^a, sem aprender nada, que é para quando essas crianças se tornarem adultos e assistirem o próximo mandato da prefeitura de Niterói, não conseguirem entender esse plano. Eu acho que, isso pra mim é uma coisa muito preocupante. Eu gostaria que meu filho quando tivesse a minha idade, conseguisse entender esse absurdo, mas eu acho que ele também não vai conseguir entender. E outra coisa é que, o amigo ali se eu não me engano que mora em Piratininga, ele falou que liga para prefeitura e em 24horas vem uma máquina para passar na rua dele, e eu queria saber também porque a associação manda um oficio para a prefeitura e em 24 meses não consegue essa máquina? Eu fiquei muito agradecido com a sua apresentação, porque entre aspas eu não sou um ignorante, eu consegui entender que o troço está errado. Muito obrigado!

Anderson Pipico: Carlos Alberto Serafim, o nosso grande conselheiro do COMPUR.

Inscrito (Serafim): Boa noite, meu nome é Serafim, eu sou morador de Cafubá, me coloquei contra esse túnel que está sendo feito, por questões ambientais, eu trabalho com agricultura orgânica, sou Coordenador de feiras orgânicas, e por questões históricas, ou seja, eu fui contra por questão ambiental porque me agride, ele não tem um plano claro, o que vai ser feito com o que vai ser retirado de lá, e porque fundamentalmente não tem um plano de mobilidade, me sinto representando por muitas das pessoas que falaram aqui, não tem um plano, não adianta a gente adensar a Região Oceânica, adensar porque as empreiteiras querem, as imobiliárias querem Pendotiba. E se hoje passam mil carros por hora, vão passar mil e quinhentos e juntar todos eles no túnel de São Francisco e Icaraí, não adianta nada, o engarrafamento que temos diariamente aqui começa mais dentro na Região Oceânica, hoje no Cantagalo, vai ser com vista para a Baía de Guanabara, não tem diferença nenhuma. E o governo é responsável por isso sim, e não é pré-história, o governo do PT, do PL, do PMDB e do PDT, são os que fizeram essa Niterói ficar muito tempo longe. Eu quero que tenham coragem de assumir isso, a gente não pode continuar um plano que não traga oportunidades, todos nós moradores dessa região gastamos quatro horas de trabalho ou de lazer ou de contato com a natureza, dentro de um ônibus, ou dentro de um carro com ar refrigerado, com internet, o que for, mas perdemos quatro horas. Não somos nós que decidimos isso, é uma questão social. E sabe o que é questão social? Eu penso que o governo do PT que tenha sensibilidade para tratar disso, seriedade. A gente não pode continuar concentrando gente nas barcas, em um único lugar. E tem mais... Eu também não entendi. Niterói era cidade dormitório e agora se transformou em cidade de **xxx** (trecho incompreendido), a grande geradora de mão de obra de toda a região é

Niterói, sinceramente eu não entendi. Não entendi os dados. Eu gostaria de uma explicação disso. Como é possível que Niterói de repente pelos dados que vocês colocaram, mudou totalmente? Onde está essa gente? Nos condomínios? O que são? São moradores de São Gonçalo que vêm trabalhar nos condomínios? Sim, acabei.

Boechat: Obrigado. Uma outra colocação, é que a maioria dessa população vem do Leste Metropolitano, não vem do Rio, da ponte no sentido contrário. Vem de São Gonçalo e vem de Itaboraí trabalhar nos condomínios e no comércio varejista no Centro da Cidade de Niterói.

Anderson Pipico: Só para a gente estabelecer a ordem vamos continuar da forma que a gente combinou desde o início porque senão depois desanda.

Boechat: Pessoal, sabe o que é? Colégio tem hora para fechar. Nós precisamos fazer isso andar de acordo com o que é a intenção, por favor. Vamos tentar ver se a gente direciona isso porque dez horas a gente tem que entregar aqui para os professores.

Anderson Pipico: É Paulo, não estou conseguindo decifrar, é Paulo... Depois Flavio Serafini.

Inscrito (Paulo): Boa noite. Eu não vou me ater aos diagnósticos até porque eu não moro aqui na Região Oceânica embora frequente aqui há muito tempo. São duas propostas. Nós hoje vivemos uma crise hídrica sem precedente. Eu estive com algumas pessoas visitando do Rio Macacu, e se nada mudar pode se preparar para tomar banho na Lagoa de Piratininga, escovar o dente na Lagoa de Itaipu, lavar o prato na Lagoa de Piratininga, e quem mora nas outras regiões tomar banho na Baía de Guanabara, se tiver. O Rio Macacu consome sete metros cúbicos por segundo, e Niterói consome dois metros cúbicos por segundo, para abastecer quinhentas mil pessoas. A Águas de Niterói, em abastecimento de água, está indo bem, conseguiu reduzir. Aliás, não foi ela que fez isso, a própria população diminuiu o consumo sem campanha. Niterói tinha um consumo de trezentos e sessenta litros por dia e hoje está com duzentos, o que é surpreendente, segundo o Nelson falou que ficou surpreso. Mas essa questão da água tem que ser levada em conta quando for projetar cenários de adensamento. Tem água para todo mundo? Essa é a questão. Isso não era considerado no Plano Diretor do passado e agora nós vivemos outra realidade que tem que ser analisada. Qual é o consumo projetado para daqui a dez anos em função dos que as discussões levaram? A população hoje é quinhentos mil, daqui a 10 anos vai ser quinhentos e cinquenta mil? Tem água? Então isso é fundamental analisar. Outro ponto que eu acho que foi a grande falha do Plano Diretor

de 92, foi ter concurso público para fazer todas as pessoas que vão executar o plano. A Secretaria de Urbanismo não tem equipe fixa, eu nunca vi uma cidade com quinhentos mil habitantes que não tem equipe. Quantos arquitetos têm? Não tem? Então, assim, o Jorge Roberto não fez um concurso para a Secretaria de Urbanismo. Então cada governo que termina, sai todo mundo, entra todo mundo. Então, é um plano para Inglês ver. O Plano não foi executado porque não tem... É um serviço público que não tem servidor público, então é uma miragem, então tem que prever no Plano, no programa, qual é a equipe que tem que ser contratada e qual é o perfil desse pessoal. E agora vou falar uma penúltima sugestão, eu acho que aqui em Niterói olhando o **xxx** (trecho incompreendido), só agora que a recreação está tendo alguma importância, e pra **xxx** (trecho incompreendido) adensada ter espaço público para recreação é fundamental desde Roma, desde que os Ingleses e Espanhóis inventaram praças. Quem for ao Campo de São Bento hoje, o mesmo tamanho que o Campo de São Bento tem hoje é o mesmo de quando, eu tenho cinquenta e cinco hoje, então de quando eu tinha dois anos. Então, o Campo de São Bento hoje tem de tudo lá. Nós temos que ter uma rede de praças planejadas e espaços urbanos. **xxx** (trecho incompreendido) ainda não foi implantado, mas tem um programa para isso. Mas nós temos, por exemplo... Nós não temos espaço para termos no nosso aterro do Flamengo, mas temos solução para isso, é pegar todas as praias e criar um grande espaço juntando tudo que é praia. O Nelson foi na mosca. As praias são grandes praças nossas da região, nós não temos espaço, então criar o nosso parque do flamengo vai ser pegar todas as praias da orla da Baía de Guanabara, pegar todas as praias da orla da Região Oceânica e criar um parque urbano, de repente até com um nome Arariboia para homenagear o índio, estou brincando mas... Tem formas modernas de não tirar o dinheiro da saúde ou tirar dinheiro da educação. Fazer parcerias públicas e privadas, concessão simples em que o privado opera todas essas áreas, e a prefeitura faz o gerenciamento e gera emprego, vê os quiosques lá do Rio como são feitos na Praia de Copacabana. A última questão é de onde sai o dinheiro? Eu andei analisando o orçamento por Estado, e vi o orçamento da Câmara de Niterói, eu queria saber o seguinte: alguém dessa sala tem ideia de quanto está a projeção do orçamento da prefeitura? 53 milhões isso é um acinte, isso é imoral, 53 milhões para produzir lei? Em que mundo que eu vivo? Nós temos que derrubar isso, e botar dinheiro não na zaga, mas dinheiro no ataque, time que não tem ataque vai para a segunda divisão, então, nós não queremos que nosso time vá para a segunda divisão. Então, ir lá na Câmara deixar 12 milhões, que está mais do que suficiente, pegar quarenta e três e colocar na Secretaria de Urbanismo, na Secretaria de Meio Ambiente, na Secretaria de Saúde e na Secretaria de Segurança, e tem que ir lá na Câmara. Para terminar olha o orçamento do Estado: Tribunal de Justiça quatro bilhões e meio, Ministério Público um bilhão e quatrocentos milhões, Tribunal de contas setecentos milhões, Assembleia Legislativa um bilhão e

cem milhões, INEA centro e trinta milhões. Então meus amigos, politicamente a prioridade é dada no orçamento, não é na retórica, não é no discurso. Então essa Constituição diz que a Câmara tem direito a isso. Dane-se. A Constituição diz até tanto, mas cinquenta e três milhões é imoral, nós temos que ir lá na Câmara e falar: não, doze milhões dá e sobra, e é até muito. Vamos colocar dinheiro onde precisa que é naqueles órgãos ali. Obrigado.

Anderson Pipico: Flavio Serafini, e depois Ravier Muller.

Inscrito (Flávio Serafini): Boa Noite, moradores da Região Oceânica, boa noite pessoal da Prefeitura, bom, eu queria levantar algumas preocupações alguns pontos pro debate. A primeira é que a Prefeitura desde que começou o governo, tem já levado a frente alguns projetos em operação dos parâmetros de urbanismo da cidade antes do Plano Diretor, desde que esse evento foi questionado, deveria ter começado pelo Plano Diretor, para a gente fazer essas avaliações gerais da cidade, a operação urbana foi um sucesso no Centro e no PUR da região de Pendotiba. E pior, em ambos os casos, a prefeitura tem seguido uma linha de defender o adensamento como uma proposta boa para essas regiões. Eu queria discordar totalmente, dizer que isso é uma concessão a lógica da especulação imobiliária, que está ajudando ainda mais a piorar a nossa cidade. E ainda por cima a gente tem sempre uma dificuldade de dados, por exemplo, nesse Plano Diretor, está apresentado que no ano de 2012, lá na região de Pendotiba, foram licenciados sessenta e quatro unidades residências, 2013 foram quarenta e duas, 2014 foram quarenta e sete. No documento do PUR de Pendotiba se fala em mil e quarenta e sete em 2012, cento e sessenta e cinco em 2013 e mil quinhentos e quarenta e duas em 2014. É uma discrepância absurda, estamos falando de locais diferentes e planetas diferentes, e isso tem que ser esclarecido porque eu não consegui ver e comparei o valor em unidade residencial, não é empreendimento licenciado, é uma discrepância muito grande. Segundo, tem um debate aqui na Região Oceânica que é a central, que é o da Mobilidade Urbana. A Região Oceânica é a região de Niterói onde o morador demora o maior tempo para chegar ao trabalho. É mais de 20% do que as praias da Baía, do que o Centro, do que a região Norte, é quase 1h em média, são cinquenta e seis minutos, enquanto nas outras regiões tem uma média de quarenta e pouco. Isso é muito grave, para cá tem que ter um plano que seja um plano mais completo tanto para a mobilidade interna, que aqui é um problema... Por exemplo, eu morava aqui, mais ou menos uns três quarteirões, para ir até Itaipu tem que pegar a estrada, a mesma estrada que quem for para Niterói tem que pegar, a gente não tem vias auxiliares, e as poucas que têm não são planejadas para assimilar qualquer tipo de fluxo e, ou são asfaltadas e os carros correm muito e o próprio morador tem que colocar um quebra mola para se defender ou são todas

esburacadas e no meio da lama etc. Não tem um planejamento, e isso sequer é citado nesse diagnóstico do novo Plano Diretor. Isso é um problema grave, não há espaço de mobilidade interna, todos juntos vão para a estrada, temos que pensar nisto, não tem solução? Esse é o diagnóstico da prefeitura? Tem que colocar isso aí, não tem solução para esse problema, então a região tem que alterar radicalmente, mas tem que colocar isso no Plano Diretor. Isso é um problema. Quem morou aqui sabe que isso é um problema permanente. Tem a questão das praças, tem um movimento lá no Rio que é “Um Bairro sem praça, é um bairro sem graça”. Como eu morei na Região Oceânica boa parte da minha vida, vi várias praças desaparecerem, a praça da entrada da Avenida Central, onde a gente jogava muita bola desapareceu. A praça que tinha ali no encontro da Avenida 6 com a avenida 7 desapareceu recentemente no governo Rodrigo, a praça da entrada do Cafubá, que o pessoal chama de rota do Cafubá, estão cada vez mais dependendo a praça e está cada vez mais deixando de ser uma praça e se transformando em mais uma rota. Se a prefeitura vai refazer essas praças que ela está desafazendo vai ser muito importante, porque a região está perdendo, inclusive o espaço que a gente tinha lá pro projeto, pro programa do PUR do Cafubá, está se perdendo, perdendo na qualidade de vida, na arborização, no lazer e isso é fundamental. Mais uma questão, aqui na Região Oceânica a gente tem uma questão central que é a questão das comunidades tradicionais também. Temos diversas áreas na Região Oceânica que são áreas ambientais onde residem populações tradicionais. E algumas dessas áreas, inclusive hoje estão ameaçadas, por questão da população do Forte Imbuí, que o decreto recentemente como população tradicional. E eu não vejo isso no Plano Diretor. Acho que essa é uma questão que tem que estar presente e com cuidado, porque essas são populações que têm a uma história na cidade e uma história de preservação do meio ambiente, preservação da paisagem, e isso é mais um elemento importante que está no plano. E por fim eu queria destacar um elemento da abordagem geral que o Plano Diretor faz, sempre para o desempenho do desenvolvimento imobiliário, não sei exatamente o termo que ele usa, sempre de forma positiva, ele fala assim “no entanto, as outras regiões como a Região Oceânica e Pendotiba, vem como novos vetores de expansão do mercado imobiliário da cidade, e será consolidado com projetos estruturantes de mobilidade” e mais a frente ele fala “com belas praias, e recente divulgação do projeto de mobilidade urbana (Transoceânica), a Região Oceânica pode ser considerada como principal vetor de crescimento do mercado imobiliário da região”. E mais a frente “em relação a Região Oceânica, tal fato possivelmente ocorreu, o crescimento da especulação imobiliária, face aos investimentos de infraestrutura, de pavimentação empenhados a região, com destaque para a inclusão da tipologia multifamiliar em Piratininga e Camboinhas. A verdade é assim, a prefeitura está olhando com bons olhos a especulação imobiliária e a construção cada vez mais cara aqui na região. Essa região já é a região

que tem o maior tempo de deslocamento para as pessoas chegarem no seu local de trabalho na cidade, mais que isso, a principal proposta que a prefeitura apresentou até agora para o trânsito, foi uma proposta visualmente incompleta que é o túnel, porque o túnel se afunila em outro túnel que é o de São Francisco e o engarrafamento continua. Foi colocado aqui, teria que ter na mesa novas modalidades de transporte, que não é só a melhora do ônibus, poderia ser, por exemplo, já ter previamente posição do governo estadual sobre a barca de Charitas, que é complexo. E ali tem uma série de questões ambientais que não permitem uma ampliação muito grande do número de embarcações, do canal etc. E por outro lado, poderia ser um planejamento, nem que fosse a longo prazo, para o desenvolvimento de transporte de massa, por exemplo, o veículo leve sob trilho, que a gente sabe que não é algo a curto prazo, mas poderia ser através do túnel uma mudança, uma aposta de mudança de paradigma na modalidade transporte na Região Oceânica. Mas nada disso é apontado num projeto que tem 10 anos de duração. Então eu digo que é um projeto incompleto, porque se o túnel está atraindo mais gente para a Região Oceânica, se túnel está aquecendo o investimento do setor imobiliário, nas palavras da prefeitura, o túnel está atraindo mais gente, mais carro e a solução que o túnel que está apresentando é uma solução ainda incompleta. O pessoal não vai poder atravessar e parar no meio da Baía de Guanabara, estacionar o carro, porque a barca hoje não tem condições.

Participante: E gera novos problemas,

Inscrito (Flávio Serafini): E gera novos problemas, sem falar na população de Maricá, por exemplo, que pode começar a optar por usar a Região Oceânica para chegar ao centro de Niterói como passagem. E eu não sei se os estudos que estão sendo feitos em relação ao túnel levaram isso em consideração, até gostaria de colocar isso na mesa para a prefeitura. Então, para concluir, gostaria de repetir o que eu coloquei lá no PUR da Zona Norte. Eu acho que a prefeitura tem que mudar essa diretriz que tem sido bastante clara nas suas abordagens com relação ao desenvolvimento do plano da cidade e não tratar a especulação imobiliária como algo positivo. Niterói tem que conter e rever o seu processo de crescimento para que possamos ter garantia da infraestrutura urbana, da mobilidade, oferta de água, coleta de esgoto, da preservação do meio ambiente, como fatores centrais. Lembrando que boa parte dos imóveis que estão sendo construídos, não necessariamente eles estão preocupados, é especulação imobiliária pura e simples, descoordenando esse processo de crescimento e deixando mais difícil planejar e se viver em nossa Niterói. Obrigado.

Anderson Pipico: Quero informar que a mesa procurou entender a importância da fala do deputado e a gente deu nove minutos, o deputado falou nove minutos... Falo isso em respeito aos demais, e nós vamos procurar manter a nossa média de 3 minutos, ninguém aqui falou 3 minutos, a não ser os que espontaneamente terminaram as suas falas antes dos 3 minutos. O restante, todos os outros a gente deu um pouco a mais e vamos continuar. O próximo agora é o Ravier Muller, e depois Heloisa Freire.

Inscrito (Ravier Muller): Boa noite, sou Ravier Muller, sou professor de história e morador do Engenho do Mato, e devido ao encaminhar da hora, vou tentar ser curto, claro, me contemplou diversos assuntos... Eu queria primeiro colocar uma pergunta que eu acho que todos nós também já falamos, essa apresentação essa audiência, não está contemplando toda a Região Oceânica. Foi pouco divulgado, e eu queria saber da prefeitura se para vocês isso já basta ou se pretendem realizar novas audiências. Porque pela opinião geral, pela impressão que eu tenho hoje não é suficiente, e essa revisão não atende os nossos interesses, somente essa audiência. Segundo, é uma questão de ser professor e ser um pouquinho chato, uma questão de semântica, eu acho que algumas pessoas comentaram sobre o problema dessa apresentação de não ser uma revisão e ser um Power Point. Na verdade é isso? O que nós vimos é um Power Point, que poderia estar impresso naquela revista que foi entregue na entrada. Eu queria saber porque quando falamos em revisão, e aí discordando da Verena porque ela falou que isso é um embrião, se nós estamos revisando, não é um embrião. Há sim um Plano Diretor e a prefeitura tem que se posicionar, ela tem que dizer o que ela pretende rechaçar e o que ela pretende manter no Plano Diretor, senão não está adiantando nada. Nessa ideia de revisão, o Pipico falou que a gente tem que ser participativo, que todos nós estamos participando, também é necessário dizer o seguinte, que no Plano Diretor de 92, Niterói foi dividida em 5 regiões. A Região Oceânica possui um PUR, um plano urbanístico, ou seja, nós temos leis, nós temos normas urbanísticas, a prefeitura vai rasgar o PUR da Região Oceânica ou ela pretende contemplar algumas coisas? Quando se fala em recuo da Francisco da Cruz Nunesves, os comerciantes estão preocupados, eles têm que procurar saber qual é o recuo e discutir com a prefeitura de fato se vai ou não vai acontecer recuo. Quando se fala em ciclovía, o PUR é bem claro, ciclovía ou ciclofaixa, então o Rodrigo Neves aparece dizendo que vai fazer ciclovía, só que para o Ministério Público, se vocês quiserem fazer qualquer coisa, ele está amparado porque o PUR diz ciclofaixa, então é necessário que a Prefeitura se posicione verdadeiramente, e isso aqui é falsidade, isso aqui beira a má fé, porque poucos têm conhecimento do PUR, poucos tem conhecimento das normas da Região Oceânica. Qual o gabarito da Região Oceânica? É pretensão da prefeitura aumentar o gabarito? Vem aqui, se é uma reunião de revisão, apresente as propostas,

é sinal de competência, Pipico, chegar aqui e falar que isso é revisão, então nos deem sugestões. Não pode. Vocês são Prefeitura e vocês têm que apresentar o que vocês pensam. Perguntar para quem não conhece quais são as propostas, não precisaria ter COMPUR. Para que existe o COMPUR então? É mais fácil visitar todas as regiões e perguntar: O que você quer? E pronto. Não é assim que tem que funcionar, a prefeitura tem que ser competente e profissional. Em qualquer empresa que contrate ou alguém de gestão, o gestor jamais chega para uma reunião e diz para o seu patrão "me diga o que você quer". Não! O gestor vem com as ferramentas de gestão, mostrando como solucionar os problemas, onde estão aqui, onde estão as notas que já existem, não é embrião, o Plano Diretor existe, a revisão será apresentada. Por último, para concluir, como morador do Engenho do Mato, fico muito triste com a fala do Presidente da Associação do Vale Feliz, porque no Engenho do Mato o que ele falou a respeito das máquinas não é verdade, somente se na rua dele acontece isso, e aí não sei por qual relação ele tem com o Boechat, mas não acontece, as ruas são esburacadas e nós não temos que ficar satisfeitos com um telefonema para a prefeitura, é obrigação da prefeitura urbanizar a nossa região, não podemos ficar satisfeitos com esse tipo de curral eleitoral. Obrigado!

Anderson Pipico: Heloísa Freira e depois Kátia Valares.

Inscrito (Kátia Valares): Boa noite a todos, bom eu gostei da fala, não gravei o nome de quem acabou de me anteceder, eu só vou complementar o que ele falou em relação ao Plano Diretor. Aliás, chamo mais atenção ao Pipico, sobre o que é revisão. Revisão, Pipico, na verdade é uma revisão que está implantada, está proposto na cidade, na realidade, nós já temos um plano, até porque temos mais de quinhentos mil habitantes nessa cidade, obrigatoriamente, nós teríamos que ter. Então, a revisão na verdade é para justamente ver o que deu certo e o que deu errado, o que é exatamente o que esse rapaz acabou de falar, ele ainda apontou isso, e o que deu certo e o que deu errado tem que estar aqui, tem que estar proposto, tem que mostrar em mapas, em gráficos, enfim, tudo isso tem que ser demonstrado para população para avaliarmos como está a região, inclusive realmente a região tem o plano urbanístico, que justamente ele que veio alcançar a nossa região. Então esse plano também tem que estar rebatido em mapas para a gente saber o que está acontecendo e o que realmente falta acontecer porque como o Serafini acabou de falar, muitos desses empreendimentos já estão aprovados porém não construídos. Então temos que saber qual é essa possibilidade futura de crescimento dessa região. E uma outra questão que eu venho debatendo em vários fóruns é a questão do saneamento e da crise hídrica. Primeiro eu também vou falar sobre água até porque não temos muito tempo então nós vamos falar sobre o esgoto, por quê?

Porque eu também sou moradora aqui da Região Oceânica, **xxx** (trecho incompreendido) 6 meses de governo do Sr. Rodrigo Neves, quando eu não sei porque. Aliás eu sei sim, lembra do projeto Bairro Novo? Tudo o que a gente está acabando de falar aqui de pavimentação que muitas ruas da Região Oceânica ainda não foram pavimentadas. Pois é, o que aconteceu? Quando foi lançado foram mais de mil pessoas e o que aconteceu? Essas pessoas estavam revoltadas com a enchente, e com o fato das enchentes na Região Oceânica serem de esgoto, porque na verdade são! E o que acontece? Porque são? Não sei se vocês sabem... Nós temos redes de esgoto, o problema é que nós não temos na verdade, elevatórias suficientes para poder levar esse esgoto para a estação. Aí, o que acontece? Quando chega a enchente na hora da grande chuva, essas elevatórias, ou seja, algumas **xxx** (trecho incompreendido) em Niterói são abertas para simplesmente serem lançadas para o rio. Mas o rio também está cheio. E com isso ele volta. E com isso enche a casa de todo mundo de esgoto. Porque na verdade o que está sendo lançado no rio é o esgoto dessas casas. Então, isso é um problema, isso ficou para ser resolvido há três anos, ele já estava presente, o Gustavo já estava como secretário. Então ele presenciou a revolta dos moradores na Região Oceânica. Uma outra questão é a crise hídrica, que eu já venho debatendo há algum tempo... aliás, há 3 anos, em 1913, não sei se vocês sabem a prefeitura lançou a operação **xxx** (trecho incompreendido) de Rio de Janeiro, de Niterói, onde propõe um adensamento absurdo daquela região. E na época eu já vinha estudando, fiz parte de uma pesquisa da UFF, onde isso já estava detectado, a crise hídrica já era uma constatação, e isso foi levantado e na verdade foi ignorado pela prefeitura. Aprovaram, a Câmara de Vereadores, exceto Renatinho, Paulo Eduardo, Henrique, enfim, exceto esses vereadores que não aprovaram, o resto todo mundo aprovou... e como aprovaram o PUR da Região Oceânica e da Região de Pendotiba que vai avançar ainda mais. Então esses problemas têm que ser considerados no PUR. E a questão da mobilidade, sobre que dados são esses que eles estão levantando, eu vou dizer da onde vêm. Vêm dos arranjos populacionais do IBGE, na verdade não são cento e quarenta mil que vêm para Niterói. Eu vou terminar... São quinhentos mil, gente. Vocês podem abrir o site do IBGE, e achar uma publicação recente. O problema é que não é tão recente, porque a base de dados é de 2010, é o Censo de 2010, e lá já está previsto que Niterói recebe quinhentas mil pessoas da região metropolitana. Então não é brincadeira, cento e quarenta mil vem de São Gonçalo, vem mais cem e tantos mil da região de Itaboraí, e são milhares de pessoas que saem para ir ao Rio de Janeiro. Infelizmente 3 minutos é muito pouco, que, aliás, eu gostaria de saber mais uma vez quantas audiências públicas nós ainda teremos aqui na região.

Anderson Pipico: Você falou seis minutos. Só pra entender que a mesa está sendo generosa com as pessoas que estão falando. Carlos Eduardo depois da Kátia, primeiro Kátia Valares e depois Carlos Eduardo. E depois do Carlos Eduardo. Depois do Carlos Eduardo nós temos mais dois inscritos.

Inscrito (Kátia Valares): Eu gostaria... **xxx** (trecho incompreendido) foram muitos assuntos abordados **xxx** (trecho incompreendido) eu estou da coordenação **xxx** (trecho incompreendido) **da Itaipu-Piratininga**, e sou do **xxx** (trecho incompreendido). Nós vamos apresentar nossa proposta depois de uma oficina oficialmente, então essas questões todas serão batidas ainda. Quando foi lançado em 92, há 23 anos atrás, o Plano Diretor, a gente não vivia ainda a crise, e hoje estamos vivendo uma crise hídrica, de transporte, de saúde. Enfim, a gente está vivendo uma crise. Mas eu sempre escutei falar que na época de crise que surgem as grandes invenções, as grandes ideias, e eu acredito que vai acontecer aqui isso. A gente está tendo oportunidade de rever esse Plano. Muita coisa boa aconteceu? Sim. Vamos melhorar? Sim, vamos melhorar. O Paulo falou sobre a crise hídrica, então **xxx** (trecho incompreendido) vivendo uma crise hídrica, nesse projeto que a prefeitura está revisando, vamos pensar em sustentabilidade? Temos uma grande oportunidade agora com o projeto Bairro Novo, macrodrenagem... Gente, asfaltar, ninguém quer colocar o pé na lama, mas tem as suas consequências: água escoa rápido, onda de calor. Então temos que pensar um pouquinho mais nessas soluções. Quando a gente levanta aqui e fala: eu quero, eu quero, eu quero, tem que pensar um pouquinho nas mudanças que estão vindo por aí. Asfaltar rua tem peso, as obras de macrodrenagem, seriam soluções sustentáveis. Não tem retenção de água, não tem **xxx** (trecho incompreendido) do solo... **xxx** (trecho incompreendido) água... Niterói não tem água, gente! Para a Região Oceânica, a gente tem que rever esses índices e tentar melhorar o nosso futuro. Ao meu ver, nós temos que parar e pensar nessas coisas, em pequenas coisas e grandes coisas. Realmente temos que pensar na zona costeira. Semana passada, vi um trabalho desenvolvido pelo INEA, mostrando no mapa eu fiquei realmente assustada, o nível do mar está subindo 80cm e Piratininga acaba, grande parte do PUR acaba, nós temos que pensar nisso, para hoje, temos que pensar num plano futuro, vai demorar vinte e três anos para ter um novo, vamos pensar nisso... Quinze anos, vinte anos, vinte e cinco anos... As coisas estão mudando muito rapidamente, então, Verena, a gente realmente pensa nos efeitos da mudança climática, na sustentabilidade das obras, enfim, na questão da crise hídrica, que também não tem água, então a gente tem que pensar realmente. Muitas pessoas usam o licenciamento, enfim, e uma coisa muito particularmente, agora baixando pro detalhe, eu vi no mapa que vocês apresentaram, das regiões de sustentabilidade, as regiões que estão preservadas. A gente tem constantemente a faixa nominal

e a gente tem **xxx** (trecho incompreendido), mas tem uma área que não tem uma característica ambiental muito forte, que fica bem pertinho da lagoa, em uma área bem preservada. Alguém aqui já falou sobre isso que é aquele cantinho que vai para a Ilha do Portal, tem uma faixa lá que está surgindo um monte de construções nesse lugar, na verdade tem uma faixa que está sem proteção. Eu gostaria que vocês revissem isso e colocassem critérios. Tem um loteamento aprovado antigo ali, mas estão surgindo muitas construções e tenho muitos questionamentos sobre isso. A gente está recebendo muitas denúncias com relação a isso. Boechat está com esse pepino, Águas de Niteroi está com esse pepino. Está bom? São só essas questões. Obrigada!

Anderson Pipico: Muito obrigado à Katia, depois da Katia é o Carlos Eduardo.

Inscrito (Carlos Eduardo): **xxx** (trecho incompreendido) Sou morador da Região Oceânica há vinte e um anos, e frequentador há uns trinta anos praticamente, membro do CCROM e do **xxx** (trecho incompreendido), também da Associação **xxx** (trecho incompreendido) de Niterói. Vou me concentrar em uma questão só. Uma questão que tem a ver com várias outras aqui que foram colocadas e bem colocadas. Mas a gente falou do adensamento populacional, não é? Evitar o Adensamento populacional na região, para não saturar o que está sendo planejado no transporte, e **xxx** projeto saturado já... não é isso que a gente quer. A gente quer **xxx** (trecho incompreendido). Foi falado que leva em média uma hora para chegar ao Rio, e eu demoro em média de 2h15min para chegar... **xxx** (trecho incompreendido) não, eu demoro 2h15min para chegar no trabalho, e eu trabalho na Candelária. **xxx** (trecho incompreendido) está ótimo... seria meu sonho chegar em meia hora. Nem de Jet Sky eu consigo. **Xxx** (trecho incompreendido) Então isso é grave. Agora outra questão grave, a Kátia colocou bem essa questão da elevação do nível do mar. Não é mais brincadeira isso, e muitas cidades do mundo estão trabalhando para se planejar para um nível mais alto do mar. Aqui nós já temos problema de esgoto, já tem carência de elevatória, então nós temos que evitar adensar áreas que sejam baixas, tudo isso vai no sentido do que eu ia colocar. Nós temos uma oportunidade aqui grande **xxx** (trecho incompreendido) o fato dele ter ocupado em torno da lagoa ali e ter dado um caráter de preservação da lagoa de Itaipu. E eu acho que o Plano Diretor é uma excelente oportunidade para refletir isso, para ter isso consolidado e ter isso cristalizado como um grande ganho da cidade. Se evita adensamento, protege de áreas ímpares de Niterói, tudo área úmida e de preservação permanente, **xxx** (trecho incompreendido) Não podemos ir no sentido contrário, tem áreas de dunas, vegetação de dunas, tem áreas de vegetação permanente, então isso vai de contra a lei e está protegida pelo estado e pode ser cristalizar agora com um excelente Plano Diretor. Vai também de encontro também ao que você falou em relação aos parques, aos

parques da orla. O Paulo falou das questões dos parques e é mais um trecho e o único trecho de Niterói que você tem paisagisticamente a visão que vai da praia ao anfiteatro da Região Oceânica. Todos os outros já estão tapados por prédios ou construções. Então, paisagisticamente é uma região valiosa também **xxx** (trecho incompreendido). Eu acho que o Plano Diretor deveria consolidar esses núcleos, consolidar essas questões. É uma área com um potencial de turismo **xxx** (trecho incompreendido) fantástico. E eu acho que a gente deve trabalhar em não tratar o Plano Diretor hoje como uma fatalidade. Vamos ser atropelados novamente, não é isso, nós vamos construir esse plano de tal forma que se participarmos intensamente, para que isso cristalize as nossas demandas, e não as demandas do mercado imobiliário, não as demandas de um setor específico, que cristalize as demandas do morador. Eu lembro que nas discussões do PUR, há **xxx** (trecho incompreendido) anos atrás, apresentaram que a Região Oceânica está crescendo 40% ao ano. Crescendo como? Não tem coerência, nossa faixa de crescimento é muito menor. O que cresce 40%? Cresce por demanda induzida por migração. A quem interessa esse crescimento? A nenhum de nós aqui, provavelmente, a não ser a quem vende imóveis aqui. Então acho que é uma excelente oportunidade da gente fiscalizar um excelente plano agora e que não devemos perder. Obrigado.

Anderson Pipico: Vereador Rodrigo Neto e depois Regina Ramalho e depois o último inscrito, Vereador Renatinho.

Inscrito (Rodrigo Neto): Boa noite a todos, boa noite à mesa, aos Secretários Municipais e todos os sobreviventes aqui às 10h da noite, discutindo o diagnóstico do Plano Diretor de Niterói. Muito feliz por estar **xxx** (trecho incompreendido) pública. Eu estudei 14 anos da minha vida e na Região Oceânica, onde nasci e fui criado e moro até hoje. Antes de iniciar as operações sobre o Plano Diretor, do que foi apresentado, colocar que há uma falha da prefeitura grande na questão da divulgação, e é importante e isso tem que ficar claro. Eu tentei através da minha rede, do meu Facebook, divulgar as audiências públicas do Plano Diretor. Mas quero lembrar aqui que a prefeitura de Niterói tem um contrato anual com uma agência de publicidade no valor de R\$15 milhões, que já é um absurdo por si só, **xxx** (trecho incompreendido) no ano passado 16 e meio, teve um aditivo, nesse ano já tem **xxx** (trecho incompreendido), mais 15 para o ano que vem. Essa semana foi contratada uma empresa para fazer a assessoria de imprensa para o prefeito por 5, e dá mais de R\$50 milhões pelo ralo da propaganda e da publicidade o que sem dúvida nenhuma não é prioridade da população e ainda mais da população. Mas diante disso tudo, me causa espanto que o que de fato tem que ser divulgado, não tem a atenção devida, por exemplo, eu recebi na minha casa em Piratininga uma carta da prefeitura, “Niterói feita por você”, o que possivelmente os

moradores aqui receberam também, e podia ter ali dentro a xerox de um papelzinho dizendo “audiência pública do Plano Diretor, no Colégio Itapuca, seis e meia da noite...” Isso é fundamente, esse tipo de divulgação. Então eu sei que nós estamos na primeira etapa das audiências públicas, lembro que é a primeira etapa da fase executiva, ainda teremos a fase legislativa do processo, e a Câmara também realizará audiências públicas, e também realizará audiências públicas na região, porque como falou o senhor que me antecedeu, nós não podemos ter aqui a visão de aprovar o Plano Diretor açodadamente, com pressa, que atenda interesses que não sejam os interesses da população. Então, se tivermos que levar um ano para discutir o Plano Diretor, então vamos levar um ano para discutir o Plano Diretor. Se forem dois anos, vamos levar dois anos, porque o mais importante é levar uma lei que reflita bem os anseios da cidade e que planeje a cidade para os próximos 10 anos. Não vou entrar aqui em uma crítica que a gente sempre faz também que é o fato da **xxx**(trecho incompreendido) Plano Diretor, **xxx** (trecho incompreendido) Pendotiba ter vindo antes do Plano Diretor. E aí, minha querida secretaria Verena com muito respeito **xxx** (trecho incompreendido)... o PUR não foi lá porque o Ministério Público exigiu o PUR, porque o Ministério Público também exigiu que retirasse o PUR da Câmara e a prefeitura preferiu não retirar o PUR da Câmara. Então não foi essa exigência toda, o Ministério Público foi mais uma opção da prefeitura. Mas falando especificadamente da nossa região, a preocupação muito grande com a questão dos transportes, é muito grande na Região Oceânica, diz que o túnel é uma obra desejada e esperada há muitos anos pela população da Região Oceânica, mas qual é o seguimento do túnel, chegou ali em Charitas e faz o que? Pega a barca a R\$3,90? Quem tem condição de R\$3,90 a ida e R\$3,90 a volta de Catamarã todos os dias? **xxx** (trecho incompreendido) Pega mais um ônibus até o centro? E como é que vai ficar o trânsito na região de Charitas e de São Francisco? E para a implementação do corredor DHRS, uma pergunta que eu tenho feito e a Prefeitura não me respondeu, já fiz inclusive um requerimento de informação **xxx** (trecho incompreendido). E quem vai bancar o custo do ônibus no corredor DHRS? A prefeitura vai comprar e vai ser uma nova concessão, a tarifa do corredor vai **xxx** (trecho incompreendido) novamente. A tarifa do corredor vai ser a mesma tarifa modal que temos hoje, vai ser mais caro? Se for mais caro, o pessoal vai preferir andar do ônibus que já tem. Então, esse é um ponto fundamental, que é discutir essa questão dos transportes. A população falou muito bem aqui, questões relevantes e com relação ao sistema **xxx** (trecho incompreendido) importantíssimo, e aí **xxx** (trecho incompreendido) moro na Rua Piratininga 120. A ciclovia de Piratininga hoje está completamente abandonada pelo poder público. Na verdade tem uma série de pontos de tráfico de drogas hoje na ciclovia de Piratininga, o que inclusive contribui muito para a violência na região, além da questão de mobilidade, do sistema lagunar, a questão ambiental que é fundamental que foi aqui colocada. E para finalizar, porque eu quero cumprir a risca com meus 3

minutos, em respeito ao colega, para mim, a fala do Gonzalo foi muito importante. Nós não podemos permitir nenhum tipo de legislação urbanística que venha a propor ou a intencionar um maior adensamento do que já se tem na Região Oceânica, nós já temos um gabarito alto, na praia de Piratininga por exemplo, sabemos que há uma reivindicação por parte do mercado imobiliário de construir da Almirante Tamandaré para baixo da lagoa, e não podemos aceitar isso. Temos que preservar o máximo possível da Região Oceânica, porque todos os dados do diagnóstico, eu acho que o mais claro foi apresentado aqui, foi que a região cresceu mais do que o resto da cidade, e se cresceu e ainda não foi feito nada **xxx** (trecho incompreendido) Concluindo prefeito, para mitigar esse crescimento, o que a prefeitura vier a fazer para infraestrutura, pelo abastecimento, pela crise hídrica que é gravíssima, que a gente vem sempre falando na Câmara, temos um projeto de lei inclusive sobre isso, o que a prefeitura puder fazer é para mitigar o crescimento que já ouve, e não para poder propor um crescimento que ainda virá. Porque se depender de nós lá na Câmara, não virá esse crescimento. Obrigado pela atenção de todos.

Obrigado, Vereador. Regina Ramalho e depois por último o vereador Renatinho.

Inscrito (Regina Ramalho): Boa noite a todos, eu hoje me propus a vir e conhecer o Plano Diretor, por uma preocupação muito grande, a minha família mudou-se para cá há mais de 20 anos. Então justamente pela falta de informação, que foi largamente comentada aqui, a nossa preocupação vem em torno dessas demarcações, me parece desapropriações, enfim, sempre tenho aquela sensação de que nós não teríamos uma informação prévia, porque são vidas que estão aqui há muito mais de 20 anos, como a minha família que se mudou para a região. A minha preocupação é realmente saber mais o que está acontecendo e o que está sendo feito, porque esse binômio natureza e homem, ele não é fácil de ser compatível, não é fácil de ser analisado e harmonizado principalmente, a natureza, todas as nossas nuances, de todas as formas, o vento, o mar, tudo isso faz parte do nosso bioma, aqui tão rico no Brasil, ele é um bioma que ainda está sendo invadido, porque o homem é o único animal que está com todo o povo terrestre, ele é capaz de sobreviver em todos os pontos do nosso planeta, e a medida que a densidade populacional das cidades aumenta, as pessoas vão usando mesmo as regiões, que é o que queremos fazer, planejar em torno das grandes concentrações das cidades hoje. Então, exatamente por termos em Niterói um inchaço de prédios e tudo mais, eu acredito que as pessoas tenham vindo para a região procurando o que nós todos queremos, qualidade de vida. Estarmos perto da lagoa, termos uma praia para fazermos exercícios, melhorar a qualidade de vida, do ar, sair do centro populoso de carro e tudo mais, então eu acho que temos que ter antes de qualquer traçado... A ciclovía é importante, mas um traçado do novo

túnel, de qualquer uma transformação forte que tenha que haver nesta região, que é uma região privilegiada, tão próxima do nosso centro de Niterói, antes de qualquer coisa que tenha uma motivação política ou partidária ou que seja de interesse, nós não podemos deixar de colocar o homem no centro da questão. Eu gostei muito de ver hoje aqui vários representantes de associação de moradores de áreas importantes e populosas, sem estrutura, ou que ainda estejam sofrendo por conta de creche, escolas, hospitais, um atendimento social de incentivo, a parte de esporte, todas essas necessidades nós já sabemos, mas será que estão sendo realmente atendidas? Ou nós estamos olhando para uma parte que nos interessa, que é **xxx** (trecho incompreendido) o bonito, aquela coisa toda da orla magnífica, e nós estamos realmente deixando o homem de lado, você que é da associação de morador, junte força com a outra associação, eu convido aqui aos associados, a todos os presidentes e representantes que se unam, porque a discussão é para todos. Não é possível que seja beneficiário apenas um, **xxx** (trecho incompreendido) ou que até tenhamos um conflito de interesse. É o homem que tem que estar no centro de tudo, é a humanidade da cidade e dos projetos, é só isso que eu queria saber. Quero que seja informado para todos nós qual de fato vai ser o impacto de todas essas modificações, das demarcações, e toda essa linha que parece que está dentro de um PUR, que eu conheço somente como palavras, gostaria de conhecer e de ser informada, e isso que eu desejo, que a prefeitura tome essa posição. Obrigada!

Obrigado. Vereador Renatinho inscrito.

Inscrito (Vereador Renatinho): Boa noite a todos, à mesa, a Boechat, Pipico, Verena, enfim, na verdade é uma audiência pública da Região Oceânica e é uma região que mais padece na cidade, em relação ao trânsito, é uma região que a população é penalizada a todo momento e isso há muitos anos. E não é de hoje, é desde sempre isso. Eu fico pensando porque as especulações imobiliárias comandam a prefeitura de Niterói, comandam **98%** da Câmara de Niterói, dominam. Eu acho isso um absurdo. Eu acho que o poder tem que ser independente, a Câmara é um poder independente, mas lamentavelmente está subjugada da prefeitura, órgãos parlamentares da cidade têm que ser independente, têm que botar o que é bom para cidade e para a população e não dar amém a tudo o que o prefeito manda. É isso que ocorre lá na Câmara e na maioria dos parlamentos desse país, alguém falou aqui sobre a Avenida Central, a avenida da morte, falou na ciclovia, na verdade são ciclofaixas. Está abandonada Verena, abandonada mesmo e não é só lá não. Eu vim na ciclovia com a maior preocupação em Icaraí, de bicicleta, andando, enfim, tem que ver a cidade como um todo. A população de Niterói paga os maiores impostos desse país, e só perde para Santos. O IPTU é o mais caro do país, e é o povo de Niterói que paga. A gente como presidente da comissão dos

Direitos Humanos, o que muito me honra presidir essa comissão, defender os direitos humanos, e rapidinho eu quero dizer isso o que é direitos humanos, rapidinho para eu não perder o meu tempo, na nossa avaliação eu, Flávio, Marcelo, Henrique, Paulo, defender os direitos humanos é defender uma cidade solidária para todos, defender a moradia popular a todos, é defender a saúde pública decente e de qualidade para todos. Mas a maioria da Câmara vê que os direitos humanos é defender bandido, uma verdadeira balela, um verdadeiro desconhecedor do que é direitos humanos. O que são os Direitos Humanos? Direitos humanos **xxx** (trecho incompreendido) do mesmo partido, mas Direitos Humanos é isso gente. Então, nós gostaríamos muito que esse Plano Diretor, essa revisão, fosse muito com a preocupação central do que é Direitos Humanos, que possa ter um Plano Diretor que vai de encontro aos mais pobres, os mais humildes, os que mais necessitam, em um trânsito solidário e não um trânsito caótico, um trânsito que tira a paciência de qualquer um, as pessoas ficam morrendo nesse trânsito, estão morrendo nas filas dos hospitais, e a saúde pública não existe em Niterói. Então nós esperamos que a Verena, Fabricio e Prefeitura, que a elaboração dessa revisão seja ligada aos Direitos Humanos. Me honra muito presidir essa comissão. Direitos Humanos é carinho, é solidário com os outros, vamos cuidar de nossos pobres, da necessidade, e é isso fazer um plano que contemple nosso neto lá na frente. O Plano Diretor que está hoje aí está desatualizado há muito tempo, há muitos anos, é defasado, era para ser atualizado antes, do PUR de Pendotiba, e lamentavelmente o PUR de Pendotiba foi engarrafar muito mais na cidade. Eu não tenho dúvida disso. Ninguém é contra a construção do túnel Charitas-Cafubá, ninguém é contra, mas que vai dar um nó em São Francisco e Icaraí, ninguém tem dúvida disso. Eu não gostaria que fosse assim, mas é realidade. Então, eu acho que o transporte de bicicleta é fundamental. O governo tem que priorizar isso e não priorizar a especulação imobiliária. Tem que investir nisso... se o governo está gastando quinze milhões de publicidade, quinze milhões! Mais cinco milhões para fazer assessoria para a prefeitura, aí... **xxx** (trecho incompreendido) ali de Pendotiba, a saída e a entrada é um suicídio aquilo ali... e o governo está vendendo alternativa **xxx** (trecho incompreendido) essa é a grande verdade. E a Câmara acompanha 98%, acompanha tudo o que o prefeito manda. Ao contemplar todos aqui, mas a fala do Wagner contemplou muito bem, com certeza, nossa arquiteta, Flávio, todos falaram aqui com muito respeito à cidade de Niterói, nós convivemos aqui, queremos uma cidade solidária para todos. Para isso tem que ter carinho por isso aí, tem que ter respeito pelos mais pobres, é uma luta nossa, e mais humildes. Quando você não cuida dos mais pobres com certeza lá na frente você vai pagar um preço que é muito caro, mas cada um tem seu tempo de aprendizado. Alguns só vão aprender quando acontecer uma desgraça. Igual ao morro do Bumba, igual ao morro do Bumba. É a minha opinião, quero deixar aqui colaborações com a mesa e a

prefeitura para que façam isso. Revisem esse Plano Diretor em 100%, nos Direitos Humanos. Obrigado!

Anderson Pipico: Vamos passar agora para a nossa secretaria Verena fazer as considerações dela e depois por último para o Boechat para encerrar.

Verena Andreatta: Rapidamente, todas as questões aqui colocadas foram muito interessantes, agradeço todas as contribuições, todas elas serão levadas para o diagnóstico. Eu só quero avisar que realizaremos doze audiências públicas e que viremos mais duas vezes aqui na Região Oceânica, e três vezes em cada uma das regiões, então vamos ter a oportunidade de discutir mais. Obrigada pela colaboração de todos.

Boechat: Eu queria só falar uma coisa para o Bernardo, sobre a Prefeitura ser mais informativa em relação a essa reunião. Mas eu queria te dizer o seguinte: eu mandei pela secretaria da Região Oceânica para todas as associações de moradores, entreguei folder em todas as associações de moradores, a página da administração da Região Oceânica divulgou essa reunião, nós fizemos todo o esforço possível. Mas para a minha tristeza eu vi poucos presidentes de associações aqui, eu mandei toda a minha agenda, na realidade as pessoas ainda não querem ser muito participativas, os moradores da região têm muito essa falha. Vou te dizer um exemplo, eu não vejo ninguém de condomínio fechado aqui, e mandei para todos eles. Só vi o Sidney de condomínio fechado. O problema é o seguinte: eu acho que o que nós temos que fazer é trabalhar para montar processos, montar reações nossas para que sejam entregues para que esse Plano Diretor possa ser o melhor possível para Região Oceânica. Acredito que nós tivemos pequenas melhorias no trânsito com a mudança da mão de seis as dez, são soluções que foram tomadas para esse segmento da região. O Gonzalo falou que andava de bicicleta aqui, eu andava em São Francisco quando ele andava aqui, já era muito mais adensado. Mas a cidade cresceu, a população cresceu, a cidade se valorizou, verdade seja dita, as pessoas começaram a se mudar para cá, e a Região Oceânica foi à escolha que muitas pessoas fizeram. Eu, por exemplo, estou aqui há 25 anos, eu não nasci aqui, mas estou aqui há vinte e cinco anos. O que acontece? Eu acho que o que nós temos que fazer agora é reunir as associações, grupos, fazer essas reuniões, essas oficinas e discutir esse Plano Diretor que nós queremos para a Região Oceânica, e aí enviamos um relatório final, que vai ser discutido e apresentado a todos nós depois de pronto. Então vejam só, isso é o primeiro ponto. Segundo ponto: a secretaria regional tem uma sala de reunião e já foram feitas diversas reuniões com pessoas interessadas sem a participação da secretaria obrigatoriamente, então está à

disposição, você pode ir lá para discutir essas coisas, lá tem dados para serem discutidos, para preparar relatórios para serem entregues à Secretaria de Urbanismo para a melhor maneira de fazer esse Plano. O deputado Flávio Serafim foi muito certo aqui em dizer que a gente precisa melhorar a situação da mobilidade, eu acho que o túnel e a Transoceânica são, há muito tempo, o desejo dos moradores dessa região, porque isso é uma ideia de que essa mobilidade melhora muito. O problema da Charita está sendo projetado, planejado, acredito mesmo que o governo que eu faça parte está fazendo o túnel parar ali, nós sabemos, temos consciência, que isso causaria um impacto em São Francisco-Charitas. Não se faz tudo de um dia para o outro. A Região Oceânica não tem nada feito nela nos últimos vinte anos, a última obra aqui eu fiz, foi o alargamento da descida, quando chegou no **xxx** (trecho incompreendido) eu saí da obra porque achei um absurdo. O primeiro absurdo do alagamento foi haver o **xxx** (trecho incompreendido). As coisas estão andando, as coisas estão sendo realizadas se discutindo conosco. Não estão sendo realizadas e pronto, Têm sido feitas reuniões constantes, a secretaria está à disposição para qualquer reunião e qualquer assunto. Eu me ponho à disposição, eu trabalho de sete as dez todo os dias para a Região Oceânica, só parei cinco dias quando eu enfartei e tive que ficar hospitalizado cinco dias. Então, eu também não gosto de escutar o rapaz chegar aqui na frente, tremendo no microfone e dizer que eu atendo por interesses eleitorais. Não. A programação de máquinas da Região Oceânica existe. Nós sabemos que o vai e vem da Frei Orlando e outras ruas são prioridades quando chove, são as ruas de maior impacto de movimento de pessoas, de trânsito de pessoas, e depois eu atendo em demais lugares. O Valfrido, e qualquer um que me liga, me liga porque se preocupa com o espaço mas já está na programação. Ele não me liga e eu mando a máquina na mesma hora, não é assim que acontece. Ele liga e já está na programação. De repente ele me liga dois dias depois da chuva e no terceiro já estava programada pra lá, no quarto já estava programada pra lá. Então é um desrespeito alguém chegar aqui e me julgar desta forma sem sequer me conhecer. Eu fico triste e não devia ter ido embora sem escutar essa explicação do porque o Valfrido me liga. Ele é meu amigo, ele me liga toda hora, ele não me liga só para pedir máquina não, ele às vezes vai lá à secretaria tomar café comigo e a gente conversa um monte de assunto. Serafim, você tem toda a razão, a gente precisa preservar áreas verdes dessa região, precisamos consertar muita coisa na parte ambiental aqui que foi degradada com o passar dos anos. O projeto está andando, se as pessoas acham que os elevatórios da CEDAE não estão funcionando, vamos colocar isso na reclamação do pedido para o Plano Diretor modificar isso e exigir que a concessionária faça algum comportamento em relação a isso. Eu só queria dizer o seguinte: infelizmente, a gente perde muito tempo saindo da discussão que estava programada, eu acho que a gente tem que ser mais objetivo, focar mais no que temos que fazer com essas reuniões. Queremos melhorar o Plano Diretor, temos

que brigar pelo que nós queremos para a Região Oceânica, essa é a oportunidade. Viva a democracia! É igual. Eu corri muito do exército de 64, hoje graças a Deus a gente vê aí a democracia em pleno vapor. Temos que trabalhar para mexer no Plano Diretor. Está certo, Secretaria? Temos que trabalhar nessas reuniões fazendo oficinas, não sei se criaram essas coisas. Quem tem realmente interesse em participar disso tem que ter interesse em participar disso dentro da sua área, dentro da sua rua, sua associação, e começar a fazer com que isso aconteça para que possamos dar dados para que isso seja feito no Plano Diretor, e quando for apresentado novamente possamos cobrar o que foi e o que não foi feito. Agradecer o que foi colocado no Plano Diretor ou cobrar aquilo que não foi colocado no Plano Diretor e rediscutir. Como disso o Vereador Bruno, isso ainda vai à Câmara, se tiver que levar um ano vai levar um ano. Agora temos que ser mais objetivo, temos que trabalhar, não adianta só bater, bater ou elogiar, elogiar. Vamos trabalhar para fazer a participação ser efetiva nisso tudo. Eu quero só agradecer a vocês a presença.

Participantes: Você não acha que para fazer oficina, precisa de dados?

Boechat: Não pessoal, só um minuto, por favor. Esses dados vocês colocaram essa necessidade, a maioria de vocês colocou, eu acredito que a Secretaria Verena vai fornecer esses dados para a gente conversar e discutir. Ela vai fornecer os dados, a você, a mim, ao Bernardo, tem que fornecer. Eu acho que isso aqui ficou bem claro. O relatório tem mais de 800 páginas no site da prefeitura que fala sobre isso, sobre o que nós podemos fazer. Vamos dar uma olhada e aí sim você vê lá o que está faltando e faz uma oficina na sua casa, na Secretaria, onde você quiser, para exigir o resto dos dados. Você vem aqui falar isso e que acabou não adianta, isso tem que ter uma utilidade. Agora as páginas estão lá, oitocentas páginas. Você vai lá dá uma olhada, está faltando isso... Vamos reunir aqui, vamos entregar um relatório nosso para a Dr. Verena dizendo isso, isso e isso e dizer que nós estamos querendo que isso seja incluído no Plano Diretor, e assim vai. Eu acho que essa participação não se trata somente aqui, ela tem que ter uma continuidade, e espero que tenha essa continuidade, eu estou à disposição na secretaria para fazer as oficinas, e levar dados que precisarem.

Participantes: Eu vou te procurar.

Boechat: Pode me procurar. Um abraço a todos, e muito obrigado ao Sr. Alexandre, Sr. Francisco, realmente todos vocês são campeões. Obrigado a todos, uma boa noite, fiquem com Deus. Um abraço.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA DE NITERÓI
ATA DA TERCEIRA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE NITERÓI
GESTÃO 2013 – 2016
REGIÃO PRAIAS DA BAÍA

A terceira audiência Pública a respeito do Processo de Revisão do Plano Diretor de Niterói foi realizada na Câmara de Dirigentes Lojistas de Niterói (CDL), localizada na rua General andrade Neves, nº 31, Centro no dia 26 de outubro de 2015, tendo início às 19h00min. A mesa foi composta pela Secretaria de Urbanismo Verena Andreatta, o Secretário de Participação Social Anderson Pipico, o secretário Fabiano e a secretária Giovanna. Iniciando a audiência, o secretário Anderson Pipico agradece a presença dos presentes e comentou que a secretaria Verena e o secretário Fabiano iriam realizar uma exposição antes das perguntas do público. Com a fala, Verena Andreatta. Agradeceu a presença dos deputados, secretários e conselheiros presentes e pediu para que se iniciassem os slides de apresentação. Comentou que o Plano Diretor é participativo e que gostaria de escutar os presentes. Explicou que o Plano é o principal instrumento da política de desenvolvimento básico da cidade, que sua finalidade é orientar os agentes públicos e privados na oferta de interesse urbano, visando assegurar melhores condições de vida para todos. O primeiro plano, feito após a constituição de 1988, foi criado em 1992, pois a constituição previu que as cidades com mais de 20 mil habitantes deveriam ter seus próprios Planos Diretores. Esse primeiro Plano traçou diretrizes, dividiu a cidade em cinco regiões e também criou um conselho municipal de urbanismo. Os Planos devem ser revisados de 10 em 10, e a última revisão foi em 2004. Baseado no estatuto da cidade de 2001, foi instituído que o Conselho Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente se transformasse em um Conselho Principal de Política Urbana, o COMPUR. Também foram criados dois fundos: O FUHAB e o Fundo de Conservação Ambiental. Verena explica que a secretaria de urbanismo apresenta os dados técnicos, como vivem, como se deslocam, qual atividade realizam, uma leitura mais técnica que será complementada com as opiniões e sugestões do público participativo presente. A secretaria fala que novas quatro audiências irão ocorrer em novembro, uma em cada região da cidade. Explica que terá também uma terceira fase que ocorrerá em março, tratando de leitura da cidade, cenários e diretrizes e que seguirá a mesma divisão pelas principais áreas da cidade. Verena comenta que alguns temas são fundamentais para que se possa discutir que cidade desejada: a estruturação e qualificação da vida urbana, o desenvolvimento

econômico, o patrimônio cultural e sua preservação e um sistema de governança com planejamento, aspecto que foi um pouco falho no Plano Diretor de 1992, e reitera a necessidade de ter esse sistema de governança. Verena passa a palavra para Fabrício. Com a fala, Fabrício fala que será realizado um pequeno resumo de um diagnóstico técnico, realizado com apoio da Fundação Getúlio Vargas, e comenta que é possível vê-lo na íntegra em www.planodiretor.niteroi.rj.gov.br e que também está disponível para download. Fabiano começa falando do Plano de 1992, que instituiu 5 regiões: Praias da Baía, Região Norte, Pendotiba, Leste e Região Oceânica. O plano deu diretrizes para os Planos Urbanísticos (PURs) de cada uma das regiões, os quais também serão revistos nessa revisão do Plano. Explica que todas as regiões já têm seu próprio PUR com exceção da Região Leste, visto que Pendotiba já está pronto e na câmara esperando aprovação. Fabrício mostra os slides, e comenta que a partir da construção da Ponte Rio-Niterói em 1970 e a popularização do automóvel, a cidade se espalhou, como diversas outras cidades do país, no caso de Niterói, principalmente para a região de Pendotiba e região Oceânica. Fala que 44% das áreas estão ocupadas, e dentre elas, 100% das áreas planas já se encontram ocupadas também. A demografia mostra que Niterói tem atualmente em torno de 500 mil habitantes, mostrando um crescimento de 0,6%, o que é pequeno perto do estado. As regiões Norte e Praias da Baía concentram 73% da população, explana. Porém, mostra com dados do IBGE que a região Norte foi a única a perder população recentemente, e que as que mais cresceram foram Oceânica e Pendotiba, com aumentos de 2,1% e 1,3%, respectivamente. A região das Praias da Baía teve crescimento igual da cidade e a Leste teve um pouco menos, com 0,2%. Outro dado foi o dos movimentos pendulares: a população que sai pra estudar e trabalhar, e foi constatado Niterói recebe todo dia mais gente do que sai, com saídas de 85 mil e entrada de 176 mil pessoas. Na distribuição da população por território, os bairros com maior densidade populacional são Icaraí e Ingá. A população de 0-14 anos teve um crescimento negativo, de -1,5%, reduzindo o número de crianças. Já a população acima de 65 anos teve um crescimento bem acima da média, com 2,8% ao ano, que mostra que a população da cidade está envelhecendo, com taxa de 12%. Com a palavra, Verena explica que outro tema de grande interesse, é a mobilidade. A priorização do transporte público e coletivo, a circulação de pedestres e ciclistas, o que fazer para reduzir o tempo de percurso e o número de veículos privados. Fabiano então mostra que Niterói chama atenção pela alta relação de veículos por habitante. No contexto do estado, Niterói tem a mais alta do estado, pois a frota já é bastante alta, além de ter o maior índice de viagens por habitante de toda região metropolitana. Mostra que o fluxo de veículos particulares prejudica demais a mobilidade da cidade. Falando da rede de abastecimento de água, Fabiano mostra, com dados do IBGE, que a rede geral tem abastecimento perto de 100%, tendo evoluído bastante nos últimos 10 anos. Porém, comenta que

quem informa o IBGE são os moradores, que podem fazer um diagnóstico equivocado. Energia também é perto de 100%. No esgoto sanitário, mostra que ainda tem uma grande área em Pendotiba e Leste que não tem rede de coleta. Por outro lado, a Águas de Niterói já tem obras em curso para suprir essa defasagem. Agradece novamente, e encerra a Primeira Audiência Pública do processo de revisão do Plano Diretor de Niterói. Fabrício explica que Niterói tem 3 (três) macrobacias: uma dos rios Aldeão-Alcântara, da região Oceânica e da Baía de Guanabara. Outro tema, diz Verena, é falar quais são os pontos estratégicos de desenvolvimento econômico. Fabiano mostra um mapa de emprego formal na cidade, onde observa uma grande concentração nas Praias da Baía, Centro e Icaraí e outros, como Alameda e Avenida Central. As principais atividades econômicas, o maior empregador são os condomínios prediais, seguido de educação superior, indústria naval, ensino fundamental, administração pública, os três poderes (executivo, legislativo e judiciário), defesa (pela presença das instalações militares na cidade) e demais atividades. Na relação emprego formal – remuneração, o primeiro lugar é ensino superior, seguido de defesa, depois indústria naval, administração pública, condomínios prediais, ensino fundamental e os demais. Na questão da moradia, Verena fala da importância de elaborar planos de urbanização para assentamentos pensando em integrar essas habitações de interesse social para integrar cidade ao meio ambiente. Mostrando um mapeamento de creches e equipamentos urbanos (escolas, hospitais, entre outros), Fabiano mostra que este mapa pode servir de subsídios a políticas públicas em cada setor. Outro tema, diz Verena, seria a proteção das áreas ambientalmente frágeis e também demarcação de zonas de interesse ambiental. Fabiano mostra nos slides que as áreas planas estão quase que 100% ocupadas. A secretaria então fala do tema preservação da história e memória cultural de Niterói, como preservação e avaliação para novas áreas de imóveis. Fabiano mostra que no mapa dos equipamentos culturais da cidade, atualmente 88 equipamentos, entre centros culturais e museus, Centro e Praias da Baía tem grande concentração. Fabiano encerra a exposição, agradece a atenção e lembra que podem dar sugestões também por e-mail e pelo site. Com a palavra, Anderson Pipico começa a fase de perguntas do público. O primeiro inscrito é Thiago Alcântara da Silva, da comunidade do Preventório. Thiago pergunta sobre o túnel Charitas-Cafubá, sobre como ficará o acesso às suas casas, correspondências, pois a rua São Caetano irá sumir, fazendo com que os moradores se sintam ilhados. Na questão de segurança, fala que a criminalidade está piorando, ajudada pela iluminação precária, e gostaria que melhorassem o patrulhamento local. Gostaria de saber também como vai ficar sua coleta de água, e o que pode ser feito nas áreas de lazer para a comunidade do Preventório. O inscrito seguinte, vereador Daniel Marques, agradece finalmente terem pego o Plano Diretor e revisá-lo e parabeniza a mesa. Daniel comenta que apesar de terem acesso a internet e verem diagnósticos e participar, mas comenta

que a população ainda assim tem dificuldade em entender o excesso de termos técnicos, e diz que devem pensar juntos em como criar reuniões participativas mais pedagógicas e dinâmicas, para facilitar a compreensão. A terceira inscrita, professora Regina Bienenstein, acha que o esquema de diálogo atual não é o suficiente. Comenta que sugeriu a criação de grupos para debates, e que as audiências públicas deveriam ser cinco como as regiões, e não juntar Leste com Pendotiba. Chama atenção para não estarem discutindo o Centro, pois, afirma, este já foi objeto de uma operação urbana consorciada que irá privatizar toda a gestão do Centro, e que não tem investimentos para habitação social. Diz ter sentido falta da demarcação de todos os assentamentos da região, assim como terrenos livres para que se possa apontar aonde serão construídas habitações sociais. Outra crítica seria que o tempo de três minutos não é o suficiente para expressar o que deseja. Fala que a rede de esgoto não cobre tudo, principalmente a parte formal consolidada. E propõe novamente mudar a estratégia das audiências públicas. O inscrito seguinte, Paulo, leva sua própria apresentação de slides, contando que participou da reunião do PUR de Piratininga, e chama atenção para a criação de um parque costeiro da Baía de Guanabara. Lamenta ter uma apresentação grande demais para o tempo de 3 minutos. O quinto inscrito, Dudu do Cavalão, comenta que na entrada da Ilha tem um ponto de ônibus, utilizado majoritariamente pelas linhas de São Gonçalo. Baseado nisso, sugere que o lado oposto da rua seja exclusivo dos ônibus que fazem o percurso em direção ao Rio de Janeiro, para evitar engarrafamentos e cruzamentos. Outro ponto seu, comenta do Diamante e acha que deveriam retirar os canteiros, pois a grama local é desnecessária e o espaço que ocupa poderia ser ocupado para novas pistas. Dudu sugere também que no túnel que dá na entrada do Morro do Cavalão, que seja feita uma passarela para facilitar a travessia. Também acha que poderiam construir uma padaria comunitária na localidade. A inscrita seguinte, Cíntia, representando o vereador Paulo Eduardo, diz que há uma incompatibilidade das agendas da prefeitura com as da câmara, o que impossibilitou sua presença. Chama atenção também para as discussões com a população, e indaga se os presentes conseguem acompanhar a terminologia utilizada, e acha que a prefeitura deveria usar termos mais claros. Fala também sobre a questão da divulgação, a qual acredita que é parca. O inscrito seguinte, Fabiano Gonçalves, diz que o dado de 90 mil pessoas saírem para trabalhar de Niterói chamou sua atenção, pois a grande maioria vem pela matriz modal do transporte hidroviário, o que sobrecarrega o sistema e acha que diminui muito a qualidade de vida da população. Acredita que a saída seria ter navegabilidade até de São Gonçalo, evitando assim passagens desnecessárias por Niterói e que causam aglomerações. Gostaria de destacar também a necessidade do desenvolvimento da região Leste, única área protegida por um decreto do Godofredo Pinto. Comenta que não tem área para acomodar indústrias em Niterói, e para utilizar o potencial dos presentes nas universidades é necessário atrair

empresas, mas o grande desafio é onde ficariam estas. Baseado nessa região não ser populada, sugere que essa área entre no Plano Diretor como área especial de interesse econômico, e acredita que seja a solução para os próximos 20 anos. Fabiano gostaria de registrar também que existem muitos prédios no centro que não permitem nenhum tipo de atividade econômica. Os prédios estão em condições ruins, com proprietários difíceis de se localizar por serem de inventários e acredita que é importante pensar numa cidade que preserve sua história, mas também caminhe para o futuro. A inscrita seguinte, Lúcia Nogueira, representando os moradores da Aldeia do Imbuhy, agradece a oportunidade de participar da discussão da revisão do Plano Diretor de Niterói. Dito isso, Lúcia diz como foi importante e como é grata pelo prefeito Rodrigo Neves ter homologado o auto reconhecimento da comunidade do Imbuhy como uma comunidade tradicional de pescadores. Gostaria de aproveitar para pedir o apoio da cidade contra a União representada pelo Exército Brasileiro, que estão com a execitoriedade da ação de despejo da Aldeia do Imbuhy. O próximo inscrito, Ciro Duarte, fala que Niterói tem tudo para ser primeira cidade ecologicamente correta do Brasil. Pede que seja montado um grupo de estudos para analisar as mudanças climáticas e então tornar isso possível. Propõe também a criação de uma escola do empreendedorismo em Niterói. O décimo inscrito, Vinicius Moço, gostaria de saber sobre o crescimento da cidade, que cresceu de forma desordenada. Gostaria de saber a operação urbana consorciada será implementada mesmo com o Plano Diretor em revisão. E também gostaria de saber se o PUR das Praias da Baía será levado em conta. Após os dez primeiros, Anderson Pipico passa a fala para que Verena possa responder. Com a palavra, a secretária Verena, explica que a divulgação não é de responsabilidade somente da prefeitura, pois esta divulga para que outros ajudem a divulgá-la, e sozinha não é capaz de atingir todos que almeja. Explica que irão buscar responder todas as perguntas por todos os meios disponíveis, como e-mail e o próprio site, que deixem a apresentação de slides realizada, visto que ainda tem meses e o processo está no início. Respondendo Thiago Alcântara, diz que podem marcar uma reunião com ele no Preventório e explicar em detalhes o projeto da Transoceânica e suas consequências. Na questão do vereador Daniel Marques, a secretária agradece e diz que outras secretarias poderiam ajudar a de urbanismo, pois apesar de estarem na liderança, ajuda é necessária e bem-vinda. Para as questões levantadas pela professora Regina, Verena explica que o Plano Diretor é participativo, e todos serão contemplados, caso contrário, a responsabilidade é de todos nós. Na questão dos terrenos ociosos, a secretaria responde que gostariam de contar também com a Secretaria de Habitação para que se faça esse mapeamento. Agradece Paulo pela ideia do Parque Orla. Sobre as questões levantadas por Dudu do Cavalão, diz que uma reestruturação viária foi apresentado no diagnóstico e que acha importante, pois irão melhorar a vida de todos e agradece novamente as propostas. Fala que é importantíssimo ter

comercial associado, como a padaria comunitária ser exatamente sobre o que trata o Plano Diretor. Verena também comenta que tentarão trabalhar no sentido de usar uma linguagem mais simples, como sugerido por Cíntia, e agradece pelo dado de 234 mil pessoas saírem de Niterói, corrigindo os dados utilizados. Sobre Fabiano, a secretária fala que dar empregabilidade é uma questão fundamental no momento em que vive o país, e diz que se todos querem novas indústrias na zona Leste, esse é um bom tema para incluir no Plano Diretor. Comenta que a legislação não permite realmente, e será necessário reforma-la. Sobre Lúcia Nogueira da Aldeia do Imbuhy, explica que o apoio pode ser dado no Plano Diretor, e o Plano também pode definir quais são essas comunidades, afirmando que é uma questão extremamente válida, e diz que todo apoio. Comenta sobre Ciro Duarte, e da importância de trazer toda essa força empreendedora e diz que irá para o hall de propostas. Sobre Vinicius, que falou sobre a operação consorciada, diz que a operação é hoje um projeto de lei e certamente será incluída no Plano, pois não podem rasgar as leis do município e na segunda etapa também irão apresentar alguns aspectos que devem ser preservados. Com a palavra, Anderson Pipico passa para o próximo inscrito, Sidney da PRESERV. Sidney comenta que na última audiência comentou sobre o caos do trânsito, e diz que conseguiu alguns dados. Começa falando da constatação de que Niterói não é mais uma cidade dormitório, mas muito pelo contrário. Cita uma passagem que mostra que chegam mais pessoas para trabalhar em Niterói do que o contrário. Fala que o diagnóstico considera de suma importância o deslocamento para ações voltadas para mobilidade. Pergunta: de onde vem, e como vem essa pessoas? Diz que Niterói tem hoje em dia 54 linhas de ônibus com média mensal de 98.362 pessoas por linha, ou seja 3.278 por dia. As duas linhas que mais transportam, que chegam a ter mais que o dobro das outras, são as linhas 46 e 48, Bairro das Moças e Linha do Ouro. Ambas transportam diariamente 27.870 pessoas. Tudo isso sem considerar o trânsito no verão. Sugere repensar a conexão Leste-Pendotiba. A próxima inscrita, Talíria, assessora do deputado Flávio Serafini. Seu primeiro ponto é que tem sido feito um processo muito precário de participação popular. Fala que o Plano, no seu entendimento, reforça uma ocupação predatória da cidade de Niterói. Diz que o Plano, lhes parece, se propõe a ser um potencializador das oportunidades de alteração dos investimentos imobiliários da cidade, o que não é bom pra população. Acha fundamental um Plano que esteja a serviço da população e que não reforce de uma lógica imobiliária que tem sido construída nos últimos anos da cidade. A próxima inscrita, Kátia, diz que alguns dados chamaram sua atenção: seu primeiro ponto é que os dados são de 2010, ou seja, estão desatualizados por cinco anos. Outra observação que faz é sobre a infraestrutura da cidade. Águas e esgotos, viação externa, no caso aérea, a questão de gás e toda uma infraestrutura básica que é necessária pra cidade. Três regiões jogando resíduos na Baía de Guanabara é algo altamente preocupante. Pois além de já ter altos índices de poluição, a baía

não é tratada de forma adequada. Sugere que se crie uma nova estação de águas seja feita ou que sejam tratadas, para que o se é poluído não seja tão grave. Também lhe chamou atenção o decréscimo da população da região Norte, o que a leva a crer que essa população está esquecida, o que faz com que saiam de sua área em busca de uma melhor. Afirma que não tem obras de infraestrutura sendo feitas na cidade, o que está levando ao aumento da criminalidade na cidade. O próximo inscrito é Rafael, morador de Itacoatiara e advogado de meio ambiente. Crê ser importantíssimo que se veja de forma definitiva a infraestrutura de todas as praias de Niterói, sem exceções, contemplando banheiros públicos, postos de salva-vidas, que seja respeita a propriedade privada, a dignidade das pessoas na acessibilidade da informação e que seja respeita a livre iniciativa das pessoas em suas propriedades. Sugere a criação de grandes cisternas de água e a reutilização das águas fluviais. O inscrito seguinte, professor Wagner Morgan, afirma que Niterói está de lado, e diz ser a favor da requalificação dos espaços urbanos. Fala também que os Planos Diretores não estão premiando as ZEIS promovendo a criação dos PLIS, o que não atende à demanda. O inscrito seguinte, Lucas, acredita que o recurso de R\$16 milhões de publicidade tem o dever de utilizá-lo para chamar a participação pública. Questiona os dados apresentados e acha que a secretaria devia chamar para si a responsabilidade. Questiona quando será apresentado um novo diagnóstico com as informações assimiladas na fase de audiências, e também que se estenda o prazo. Acredita que os cenários já estão prontos e o que é dito nas audiências é ignorado. Gostaria de saber se a visão da prefeitura é buscar a valorização imobiliária, pois essa, afirma, só é boa para quem mexe em imóvel, mas não para quem paga aluguel ou mora em uma área que a especulação imobiliária está visando. A inscrita seguinte, Laura, representando o mandato Henrique Vieira, que também não está presente pelo excesso de audiências no mesmo dia em Niterói. Preocupa-se com a cidade ter diversos planos, mas nem o PUR de Pendotiba ou o Plano Diretor, ter sido apresentado qualquer articulação com os planos. Fala do Projeto Orla, que desenvolveu inúmeras oficinas de toda orla, e diz que nada disso está sendo apresentado ou considerado até o momento. Acha que não tem infraestrutura para as comunidades de orla que povoam Niterói desde sempre, mas que continuam realizando suas atividades mesmo sem apoio ou suporte. Acredita que o exército tem recursos demais e os usa contra comunidades simples, como por exemplo, a questão da Aldeia do Imbuhy. Com a palavra, Anderson Pipico explica: o Plano Diretor foi criado em 1992, e não foi revisado em 2002 como devia ter sido, apenas foi adequado em 2004. Desde tempo para cá, todos queriam a revisão e eles resolveram fazê-la. Pode não ser para muitos a revisão ideal, mas é a que estão conseguindo realizar depois de tanto tempo. Acha que não é produtivo quem fala do que não se deve fazer, mas sem proposta nenhuma. Na questão da região Leste, diz concordar com Lúcia, que a situação é caótica em horários de pico, e passa a palavra para a secretária Giovanna.

Giovanna fala sobre os dados do diagnóstico. Nota que não teve nenhum dado no sentido divergente, mas sim valor agregativo. Afirma que estão ali justamente para obter novos dados, no intuito de diminuir a simetria atual. Gostaria também de colocar que todos os dados do diagnóstico são dados de fontes institucionais, confiáveis. Não foram criados. São indicadores fornecidos por instituições que estão além do município. O que se pode fazer é discutir se aquele dado é apropriado. O diagnóstico é feito para ampliar o conhecimento da cidade. Agradece a colaboração de todos, e espera que conforme for se desenhandando o quadro, possam receber mais pessoas, mais contribuições, de forma que o debate enriqueça. Da mesma forma que quem faz o Plano Diretor passa a conhecer mais sobre a percepção da sociedade sobre a cidade, a cidade e seus moradores também podem conhecer mais. A importância de um fórum como essa é uma troca. Diz que quem tem a sensação de construir um consenso é uma tentativa de agregar o máximo possível para ver aonde se pode chegar. Com a palavra, a secretária Verena começa as considerações finais: fala da proposta de Sidney, que é a construção do terminal, muito interessante para o Plano Diretor. Sobre a Talíria, comenta que a tônica é de ouvir a população, também por internet alcançar mais pessoas a serviço da população. Comentando a fala de Kátia sobre os dados que a deixam apreensiva, explica que se fazem um recorte dos dados por serem muito técnicos, pois não irão apresentar informações que não estão disponíveis nos órgãos oficiais. Sobre a questão da visão mais agressiva, explana que o conselho tem tentado levar toda as informações como, por exemplo, chamar o Águas de Niterói para conversar e participar. Sobre as proposta de Rafael, Verena fala que várias atividades podem ser feitas nas residências. Falando sobre o que disse professor Wagner, ressalta a importância da forma coerente que ele aponta soluções. A fala de Lucas, sobre responsabilidade, Verena afirma que todos ali têm certeza de sua responsabilidade. Que o plano deveria ter sido revisto, e foram eles ali que arregaçaram as mangas, em suas palavras. Explica que não seria possível fazer esse trabalho sozinhos, por isso buscaram apoio e conseguiram os recursos, como com a Fundação Getúlio Vargas. Sobre a fala de Laura, Verena que comentou do Projeto Orla, diz que realmente contemplou um consenso em relação à orla da cidade, e que o projeto foi estudado, e novas propostas foram surgindo ao longo desses dois últimos dois anos e meio e estão atualizando em combinação com o SPU. A Secretaria de Meio Ambiente está na liderança da revisão do Projeto Orla para estruturar a fase que falta para que o projeto seja complementado. A secretária agradece a presença de todos. Com autorização do mediador Anderson Pipico, Dudu do Cavalão pede e ganha direito a uma última fala. Propõe que a empresa de ônibus responsável pela linha 48 altere seu pontos finais. Anderson Pipico agradece e encerra a reunião. A audiência teve seu término às 21h45min. Eu, Frederico de Paiva Medeiros, lavrei a presente ata.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA URBANA DE NITERÓI
ATA DA QUARTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO
DIRETOR DE NITERÓI
GESTÃO 2013 – 2016
REGIÕES LESTE E PENDOTIBA

A 4ª Audiência Pública a respeito do Processo de Revisão do Plano Diretor de Niterói foi realizada no **CIEP Di Emiliano Cavalcanti**, que fica localizado na **Estr. Caetano Monteiro, SNº – Badu**, no dia 29 de outubro de 2015, tendo início às (INCLUIR HORÁRIO). A mesa foi composta pela Secretária de Urbanismo Verena Andreatta, o Secretário de Participação Social Anderson Pipico e o Vice-Prefeito de Niterói Axel Grael (CONFIRMAR COMPOSIÇÃO DA MESA). (AUDIO NÃO SE INICIA EXATAMENTE NO COMEÇO DA AUDIÊNCIA) Ao início da audiência, morador da região leste compartilha dados importantes para tais cidadãos. A região leste, que é composta pelos bairros de Muriqui, Rio do Ouro e Várzea das Moças, possui população de 6720 pessoas, algo pouco menor que o bairro de Maria Paula. Ainda mencionou que Niterói possui 54 (cinquenta e quatro) linhas de ônibus, que transportam diariamente 98.362 (noventa e oito mil, trezentas e sessenta e duas) pessoas, e dividida a população ativa que utiliza tais linhas pelo número de linhas, teremos então 3.278 (três mil, duzentos e setenta e oito) passageiros para cada linha. O que se conclui pelo que foi exposto anteriormente seria que as duas linhas de ônibus que mais transportam passageiros são as de numeração 46 e 48, que somadas transportam mais do dobro de outras, chegando ao total de 27.870 (vinte e sete mil, oitocentos e setenta) passageiros, ou seja, mais de 04 (quatro) vezes a população da região leste. É dito ainda que o bairro de Várzea das Moças possui um agravamento a esta situação, qual seja, em um espaço de 300 (trezentos) metros existe um espaço de manobras de 05 (cinco) linhas, o que faz com que a qualidade do serviço prestado seja diminuída gravemente nos horários de pico devido a não existir espaço suficiente para todos os veículos. Ainda neste mesmo espaço a empresa de ônibus denominada Pendotiba possui sua garagem, por onde diariamente circulam algo em torno de 250 (duzentos e cinquenta) ônibus, além das vans, que também utilizam o espaço de manobras. Por fim, existe escola municipal na mesma “rotatória”, que é utilizada pelos mesmos para embarque e desembarque dos seus 650 (seiscentos e cinquenta) alunos. É mencionado que tal situação se agrava ainda mais na época de verão, quando são preferidas as praias oceânicas. A proposta reiterada pelo morador da região leste seria a construção de um terminal rodoviário no bairro de Várzea das Moças, para que se resolva a

questão da conexão entre São Gonçalo, Pendotiba e Região Oceânica. Com a palavra, o Sr. Ricardo Garcia, que agradece a todos pela atenção dispensada a ele, e inicia dizendo que é biólogo, morador de Pendotiba a 12 (doze) anos, e traz alguns pontos, como a falta de lazer do bairro, apesar de sua grande área verde. Menciona três áreas preservadas, quais sejam, Sapê, Macapá e Fazendinha, e tem como ideia a transformação delas em um parque, uma unidade de conservação ou “monumento natural”, para que a população da área de Pendotiba tenha lazer. É mencionado ainda que existe perspectiva de aumento em pouco tempo de algo em torno de 10% (dez por cento) na população que habita a área, sem acesso a lazer. O Sr. Ricardo Garcia menciona alguns dados de apresentação realizada no momento da audiência. Ainda menciona a necessidade de haver ônibus na região de Sapê, pois as vias já são largas devido ao plano diretor de 97, resultando assim em uma região com maiores “condições sociais”. Próximo ponto trazido é o problema de trânsito do Largo da Batalha, e como solução dada seria a transformação em mão dupla da estrada de Itaipu. Questão seguinte, são mostradas áreas que poderiam ser anexadas, como a região do Sapê, Maria Paula, Parque da Colina, Estrada Velha. É chamada então a Sr. Cintia, que inicia a palavra levantando questões já mencionadas na última audiência, como a resposta dada pela Secretaria de Urbanismo, a Sr. Verena Andreatta, a respeito do terminal em Várzea, tendo por opinião concluir pela elaboração de um plano de mobilidade anterior ao projeto do terminal. Outra questão, também levantada na audiência anterior pelo secretário Anderson Pipico, tendo dito que já estaria sendo elaborado o novo Plano Diretor e que todos poderiam ficar tranquilos, a Sr. Cintia menciona que ficará sempre preocupada com tal elaboração. Também comentou a questão já levantada na 1ª (primeira) audiência pela população da região norte a respeito das calçadas, e lembrou que a zona sul, denominada Praias da Bahia, está tendo a Moreira Cesar renovada com capital do FGTS, notando em sua opinião, todavia, que tal região não necessita de renovação alguma, devendo ser dada maior atenção a região norte da cidade. Questionou como foi dada atenção a uma região já revitalizada em detrimento da região norte, carente de cuidados. Outra questão levantada, e já mencionada anteriormente pelo Sr. Anderson Pipico, foi em relação as 05 (cinco) EPEs que a Prefeitura estaria realizando. Mais um ponto levantado diz respeito aos arranjos populacionais, mencionando que não se pode falar somente em quem vem até Niterói, pois a cidade também é um ponto de passagem entre Maricá e Rio de Janeiro. Questiona ainda os novos limites da região em relação a Pendotiba, lembrando que alguns pontos das propostas já feitas deveriam ser revistas, e solicitando uma posição a respeito de quando isso seria feito. Lembrou ainda que as audiências devem ser realizadas após Janeiro, pois já se terá passado o período de férias e a população poderá participar melhor. Passando a palavra ao Sr. Wagner Norm, mas antes foi proposto que após suas palavras, sejam encerradas as inscrições, mesmo porque somente o Sr. Wagner havia se inscrito.

O professor Wagner inicia mencionando suas preocupações com algumas questões, tais como a maior mobilização da população juntos aos presidentes de associações, que hoje não tem muita liberdade para elaborar seu trabalho. O Sr. Wagner falou que, para não ser tomado muito tempo com suas opiniões em relação as questões urbanísticas da cidade, seja oferecido o link de sua página do facebook, onde serão inclusos uma série de artigos pessoais. Os últimos estudos de pesquisa realizados pelo Professor sugerem que na Europa e outros Países é questionado termo utilizado na técnica de urbanismo, qual seja, o termo “zoneamento”, que surgiu do pensamento de tentar construir uma cidade mais organizada e limpa no pós guerra, mas também realizar a divisão em zonas das cidades como forma de delimitar a exclusão das classes sociais. O termo zoneamento mudou de figura a algo em torno de 20 (vinte) anos atrás, quando passou a identificar as tendências das áreas urbanas, para que pudessem ser “zoneadas”. Como opinião, sustentou que o zoneamento deve sempre observar as áreas verdes, as tendências, a existência de permeabilidade do sistema viário. Concluiu comentando ainda que os “planejadores” devem observar mais a vocação das localizações para estruturar o novo Plano Diretor. Passando a palavra ao Sr. Paulo Cesar, que iniciou mencionando sua dificuldade em apresentar suas demandas a equipe da Secretaria. Ponto seguinte, comentou a respeito da dificuldade de se conseguir ligar as luzes de suas casas com a Ampla, ou de ligar suas residências ao sistema de fornecimento de água e esgoto, além da questão já falada inúmeras vezes, que seria a do transporte público. Após a fala dos inscritos, foi passada a fala à Secretaria de Urbanismo, Verena Andreatta, e registrada a presença do Vereador Biramar. Em sua primeira fala, pediu desculpas por um atraso de 30 (trinta) minutos, que na realidade deveu-se a equipe da Secretaria aguardar alguns líderes de associações chegarem a Audiência. Agradeceu ainda ao Sr. Sidney, presidente da Preserve, pela colaboração, que trouxe documentação com vários pontos importantes para revisão no novo Plano Diretor, com opinião a respeito do bairro de Várzea das Moças, a questão da circulação viária na área, a necessidade de um terminal viário, relatando a situação grave da estrutura viária da região. Agradecendo, ainda, ao Sr. Ricardo, biólogo, que fez observações importantes, ressaltando que este fórum é essencial para que se receba as sugestões e opiniões da população moradora das áreas alteradas pelo novo Plano Diretor da cidade. Mencionou que o Sr. Ricardo fala da falta de praças, da criação de um parque; traz também alguns dados que serão incorporados ao documento do novo Plano Diretor, levanta a ideia das vias estruturantes, pensando na reformulação do sistema viários e, por fim, comenta o aspecto pedagógico do planejamento urbanístico. Agradeceu ainda ao Professor Wagner, que sempre contribui com opiniões esclarecedoras e técnicas a respeito de teoria urbanística, falando nesta audiência a respeito de “zoneamento”, especialmente no que diz respeito as vocações de cada área da cidade para a elaboração de um Plano Diretor coeso.

Passando ao comentário da Sra. Cintia, destacou-se que a Secretaria de Urbanismo está se empenhando em realizar um plano de mobilidade, conforme comentado anteriormente em outras Audiências, e que brevemente será apresentado publicamente e incluso na pauta de política urbana, como sempre a Secretaria vem realizando. Passando a palavra ao Sr. Anderson Pipico, o mesmo começa por dizer que, conforme indagações direcionadas diretamente a ele a respeito do Plano Diretor, ele disse que o documento foi criado em 1992, devendo ser revisto no ano de 2002, o que não ocorreu, somente existindo uma adequação daquele Plano Diretor ao Estatuto da Cidade. Mencionou que vale o reconhecimento do esforço que está sendo imputado a equipe da Secretaria de Urbanismo atual, que realiza um trabalho que deveria ter sido já concluído a 13 (treze) anos atrás. Quando a questão das Estações de Tratamento de Esgoto, confirmou que o Município realmente não constrói estações de tratamento, mas sua fala foi em relação ao comentário de terceiros, de que não haveria em andamento obras para saneamento básico na cidade, o que foi refutado inverídico, sendo citadas 03 (três) estações que estariam sendo construídas neste momento. Lembrou ainda que o compromisso com a verdade seria essencial para termos um debate claro nas Audiências Públicas. Passando a palavra ao Deputado Fabio Serafim, o mesmo repetiu comentário já realizado em outras Audiências quanto a divulgação, quando relata que a Prefeitura estaria utilizando 50 (cinquenta) milhões de reais com propaganda, e que está poderia estar sendo utilizada para mobilizar a população, para um envolvimento maior da população. Em segundo lugar, gostaria de reconhecer como positiva a flexibilização do calendário das Audiências da próxima fase em Janeiro, sendo este o mínimo para que tudo o que foi discutido nas Audiências de primeira fase não se perdesse e fosse levado em consideração. Aproveitou para opinar pela realização de audiências em outras localizações, aproveitando que aquelas de segunda fase somente serão realizadas no ano que vem. Sugeriu a realização de Audiência Pública na zona sul, região mais vertical e densa popularmente, além de outras regiões da cidade que mereceriam audiências para maior envolvimento. Mencionou, em questão seguinte, que a construção do calendário não é só um detalhe, haja vista que está sendo elaborado plano urbanístico e Plano Diretor concomitantemente, mas um depende do outro, e se o Plano Diretor for elaborado sem abranger questões levantadas no plano urbanístico, aquele já nascerá carente de alterações necessárias. Comentou também que as áreas apontadas como de especial interesse social são áreas já habitadas, o que agravaría uma série de características da cidade, tais como imóveis privados e públicos de grande porte vazio, e que poderiam ser inclusas no Plano Diretor como sendo de especial interesse social. Falou que Niterói já possui uma quantidade de domicílios em aglomerados subnormais acima da região metropolitana, além de que Niterói possui mesmo possuindo maior concentração de renda que na região metropolitana. Falou que se não existe o mapeamento das áreas subutilizadas em Niterói,

para que exista planejamento urbanístico, tudo que se estará fazendo será a divisão em classes a depender da área da cidade, impactando na qualidade de vida dessas pessoas. Concluindo, o Deputado entende que a elaboração do novo Plano Diretor deve visualizar, quando de ser planejamento, a utilização dos vazios urbanos sob a ótica das áreas de especial interesse social, e não somente da lógica de especulação do mercado imobiliário da cidade. O Sr. Anderson Pipico registra ainda a presença do presidente da associação de moradores do Sapê, o Sr. Linho, e chama o Sr. Nei Carvalho, da Associação de Fazendinha, que inicia sua fala indagando a Secretaria se os dados apresentados anteriormente em relação a entrada de pessoas diariamente na cidade seriam de pessoas que entram para trabalhar e estudar, ou se aqueles que entram de passagem para cidades como o Rio de Janeiro também estariam contabilizados nesse cálculo. Dando continuidade, e considerando que existem faculdades na cidade, foi proposta a criação de um polo tecnológico que consiga acolher a mão de obra especializada que é formada na cidade, e que acaba trabalhando em outros municípios. Em relação ao plano urbanístico de Pendotiba, foi mencionado que existe no Sapê a comunidade do Caramujo, e que na realidade deve ser feita essa divisão também no Plano Diretor. Passada a palavra ao Sr. Jose Pasco, da associação de moradores do Cantagalo, iniciou mencionando que na comunidade do Cantagalo existem 7.500 (sete mil e quinhentos) moradores, número obtido através do cadastro oficial. Deixou sua opinião de que na região não existe área de lazer, tendo como único lazer para as crianças da comunidade um CIEP abandonado. Ressaltou que já efetuou diversas reclamações no sentido de que deve ser limpo o CIEP utilizada como lazer, obtendo somente respostas negativas em virtude da localidade ser de propriedade do Estado, e não do Município. Passada a palavra ao Sr. Dalton Filho, ressaltou que, em sua opinião, a lógica da especulação imobiliária é mandatória no atual governo, sendo adensados alguns bairros em detrimento de outros. Desejou, ainda, que a Secretaria de Urbanismo consiga cumprir com o disposto antes do início de seu mandato. Após, passada a palavra a Professora Regina Biernenstein, iniciou repetindo alguns pontos que entende serem relevantes, sendo o primeiro ponto a questão da participação da população de forma geral, que ainda é reduzida nas audiências públicas. Segundo ponto questionado foi em relação ao horário em que acontecem tais audiências, dado que o horário de início coincide com o momento em que a maior parte da população está se retirando de seus locais de serviço, o que dificultaria sua presença nas reuniões. Por fim, propôs que sejam inclusas na pauta de audiências as reuniões divididas por região da cidade, além de indagar a respeito de debates sobre as propostas encaminhadas à Câmara dos Vereadores; dos vazios, dos assentamentos, levantamento da dívida de IPTU e dos terrenos públicos pois, ao seu ver, as discussões estarão sendo conduzidas sem informações necessárias ao planejamento urbanístico. Na sua opinião, deve ser levantado os vazios demográficos para que

haja maior mistura entre classes sociais. Passada a palavra ao Sr. Joaquim Jorge, que se identificou informando morar no bairro do Sapê, e iniciou sua fala parabenizando a todos os presentes e externando sua opinião a respeito das críticas realizadas na presente reunião, quando entendeu serem descabidas, pois este é um momento de discussão de questões relevantes para o planejamento do novo Plano Diretor. Passada a palavra a Sra. Priscila, moradora do bairro do Badu, que iniciou informando do desmatamento de áreas anteriormente preservadas, em seu bairro ao invés de efetivar uma busca por locais inhabitados, ou mal aproveitados do ponto de vista urbanístico, com o objetivo de construir empreendimentos imobiliários. Indagou ainda a respeito do percentual de área preservada em Pendotiba, e qual o percentual que o Plano Diretor pretende manter de área preservada. Solicitou ainda a documentação de licenciamento do empreendimento Minha Casa, Minha Vida a ser executado no alto de Pendotiba, para que se entenda o motivo pelo qual tal empreendimento está sendo construído em uma área anteriormente preservada. Passando ao último inscrito, o Sr. Renato Palanieu, que informou trabalhar na Secretaria de Urbanismo com a Secretária Verena, e iniciou seu discurso parabenizando o trabalho da Secretaria e toda sua equipe, por todo o esforço imputado na construção do novo Plano Diretor, além de ressaltar a dificuldade em realizar a divulgação das Audiências Públicas. Opinou, em ato seguinte, pela execução de Seminários para discussão de temas polêmicos do Plano Diretor, tais como a habitação de interesse social; e o adensamento, dissolvendo dúvidas e contradições acerca de tais temas e outros que forem entendidos como de grande importância. Propôs, por fim, que fosse realizado seminário para discussão do tema “adensamento”, de forma que pudessem ser sanadas dúvidas sobre uma prática, segundo o Sr. Renato, comum em todo o mundo, mas criticada pelos presentes nas reuniões. Encerrados os inscritos, foi passada a palavra a Secretaria Verena Andreatta, para considerações finais, a luz das falas que foram feitas anteriormente. Iniciou mencionando a fala do Sr. Renato, que citou a realização de seminários de cunho técnico objetivando retirar contrariedades de entendimento da população a respeito de práticas implantadas no Plano Diretor. Considerou ainda as falas de outros inscritos em relação a divisão de barros mais definida, que hoje em dia não tem tais limitações bem descritas. Citando outro inscrito, ressaltou que a criação de novas áreas de lazer são de suma importância, mencionando inclusive que irá solicitar ao Governo do Estado que limpe o CIEP que hoje é utilizado como área de lazer. Lembrando da fala do Sr. Dalton Filho, informou que sua menção a lei de vilas é importante, mas o informou que a Secretaria de Urbanismo não tem cunho legislativo, não podendo influir em tal legislação, mas fez ressalva que o momento da discussão de um novo Plano Diretor é ponto de questionamento a leis que prejudiquem o funcionamento urbanístico da cidade. Voltando a opinião da Professora Regina, concordou com sua opinião a respeito da falta de presença de diversos integrantes de órgãos e representantes que

seriam importantes para elaboração de um Plano Diretor completo. Por fim, agradeceu a todos os presentes pela atenção dispensada a Audiência, e a todos por dividir suas opiniões. Ainda teceu comentários em relação a alguns inscritos, tais como a Sra. Priscila, que indagou sobre o momento em que seriam debatidas algumas questões, informando que o momento da primeira fase de Audiências Públicas para elaboração do novo Plano Diretor seria o momento ideal para isso. Ponto seguinte, comentou a respeito da indagação a respeito do percentual de áreas preservadas no novo Plano Diretor, passando a palavra ao Sr. Renato, para que este explanasse de forma mais detalhada a respeito do tema. Antes da palavra do Sr. Renato, agradeceu a outra opinião feita por outro inscrito a respeito da realização de seminários no período até Janeiro, quando irão se iniciar a segunda fase de Audiências. Finalizou seu discurso agradecendo a presença de todos, ressaltando que este momento de escuta é muito importante, e que serão incorporadas toda as sugestões no documento, avisando, ainda, do andamento do novo Plano Diretor, incluindo no site da Secretaria de Urbanismo uma aba de sugestões. Agradece novamente, e encerra a Quarta Audiência Pública do processo de revisão do Plano Diretor de Niterói. A audiência teve seu término às 22h.u, Kivan Aguiar de Moraes Neto, lavrei a presente ata.

ANEXO 4 - MODELO DE INSCRIÇÃO PARA USO DA PALAVRA (INTERVENÇÃO ORAL)



AUDIÊNCIA PÚBLICA

Revisão do Plano Diretor de Niterói – 1ª Fase: Leitura da Cidade - REGIÃO NORTE

Local: FONSECA ATLÉTICO CLUBE - Alameda São Boaventura, 1042, Fonseca.

Data: 19 de outubro de 2015 com inicio às 18h30min.

INSCRIÇÃO PARA O USO DA PALAVRA

ANEXO 5 - MODELO DE CONTRIBUIÇÃO ESCRITA



REVISÃO DO PLANO DIRETOR – FASE: LEITURA – REGIÃO NORTE – 19/10/2015

NOME: _____

INSTITUIÇÃO: _____

PERGUNTA POR ESCRITO USO DA PALAVRA

ANEXO 6 - APRESENTAÇÃO AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

ANEXO 7 - CÂMARAS TEMÁTICAS

Com o objetivo de promover o diálogo e o fluxo de informações entre as câmaras temáticas e as câmaras técnicas – estas últimas instituídas em reunião do Conselho Municipal de Política Urbana (COMPUR/Niterói) – optou-se por adequar os temas das câmaras temáticas aos das câmaras técnicas de modo a alinhar conceitualmente as discussões que, por sua vez, apoiaram o diagnóstico técnico.

Nesse sentido, para a revisão do Plano Diretor da cidade de Niterói, foram priorizados os seguintes temas para discussão:

Câmara Temática 1 - Uso e ocupação do solo e mobilidade e transporte;

Uso e ocupação do solo

Nesta câmara temática serão priorizadas as discussões acerca da importância de incorporação de parâmetros urbanísticos objetivos na orientação da regulamentação do uso e ocupação do solo na cidade de Niterói.

Nesse capítulo serão elaboradas as disposições dos Planos Diretores sobre: perímetro urbano; macro zoneamento e legislação do uso, ocupação e parcelamento do solo, análise do zoneamento das áreas centrais, sítios históricos, áreas de proteção ambiental; e acesso à terra urbanizada que deverão ser descritos de forma clara e, igualmente, indicar as alterações que serão realizadas no âmbito do estabelecido no Plano Diretor.

Mobilidade e Transporte

O tema da mobilidade adquiriu enorme importância dentre as questões urbanas, em especial, nas grandes cidades nas quais se verificam muitos impactos negativos como: perda de competitividade, poluição ambiental, congestionamentos, transporte público insuficiente e ineficiente e acidentes frequentes.

A mobilidade diz respeito à necessidade diária de deslocamento – de pessoas e bens – no espaço urbano, e não se restringe ao transporte urbano definido pelo conjunto de serviços e meios de deslocamentos de pessoas. Como lembra Born (2011),

O sistema de mobilidade urbana é um conjunto complexo composto pelos diversos modos de transportes, de passageiros e de carga, e a interação deles com o meio ambiente. Esse sistema deve ser eficiente, articulado e harmonioso, no que diz

respeito à relação entre os modos e entre os modos e o meio urbano/ambiente, (BORN, 2011, p. 155)

A partir da Constituição de 1988 o transporte público passou a ser um serviço público essencial de responsabilidade dos municípios. Esta competência foi reforçada pelo Código de Trânsito Brasileiro a partir de 1998 ao estabelecer que a competência da gestão do trânsito urbano nos aspectos referentes ao uso das vias públicas é responsabilidade deste ente federado.

Ao contribuir para a construção paulatina da cidade desejada, os princípios do Estatuto da Cidade favorecem a definição de um modelo e/ou padrão de mobilidade eficiente, i. e., que minimize a crise da mobilidade urbana cujas raízes também residem na opção pelo modo de transporte motorizado individual.

De acordo com os novos paradigmas para uma mobilidade urbana sustentável, esta deve ser:

produto do conjunto de políticas que estabeleçam o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, priorizem os modos coletivos e a circulação de pedestres, eliminem ou reduzam a segregação espacial, contribuam para a inclusão social e se preocupem com a sustentabilidade ambiental, (BORN, 2011, p. 159).

Câmara Temática 2 - Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura

Saneamento Ambiental

Mediante a aprovação da Lei da Política Nacional de Saneamento Básico (Lei 11.445/07) foram incorporados avanços no sentido da criação de instrumentos para a ampliação do acesso aos serviços de saneamento ambiental, na medida em que adotou uma noção ampla de saneamento básico que inclui: serviço de abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo das águas pluviais urbanas e de resíduos sólidos, favorecendo, portanto, a intersetorialidade no que se refere ao planejamento das redes de infraestrutura e serviços.

Desta forma, as diretrizes da política municipal de saneamento devem ser explicitadas no Plano Diretor Municipal, inclusive apontando as diretrizes, instrumentos e programas que visem à ampliação do acesso da população ao serviço de saneamento no conjunto da Política de Desenvolvimento Urbano da cidade.

Meio Ambiente

O Plano Diretor deve prever alguns instrumentos de planejamento que articulem as políticas ambientais - a partir de medidas de preservação sugeridas em âmbito municipal, estadual ou federal - às macropolíticas de planejamento e gestão do território da cidade.

Isto quer dizer que os Planos Diretores devem priorizar uma abordagem integrada para as questões ambientais e demais políticas setoriais.

■ **Câmara Temática 3 - Habitação e regularização fundiária.**

Reconhecido como direito básico e condição essencial para sobrevivência no meio urbano, a habitação adequada constitui uma questão central a ser enfrentada, especialmente no atendimento aos segmentos populares. Com o estabelecimento da Função Social da Propriedade, a moradia de interesse social ganhou relevância em intervenções relacionadas à urbanização e à regularização fundiária.

A instituição do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) prevê a aplicação de recursos federais subsidiados para estados e municípios para que sejam atendidas as demandas por habitação dos extratos de menor rendimento a partir de ações voltadas à produção de unidades habitacionais e regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários (CARDOSO e LEAL, 2009 *apud* JUNIOR et.al, 2011, p.102).

Diante da importância do tratamento da questão fundiária, os municípios – aos quais foi conferida pela Constituição Federal de 1988 a responsabilidade da garantia da Função Social da Propriedade – devem atentar à aplicação de instrumentos capazes de controlar a especulação fundiária, condição *sine quo non* para a implementação exitosa de programas de habitação de interesse social.

Participantes

Participaram das câmaras temáticas os membros do COMPUR, representantes do poder público, de movimentos sociais, e de associações de moradores e especialistas setoriais.

A escolha dos participantes das câmaras temáticas deve ser realizada pela Prefeitura, através da Secretaria de Urbanismo e Mobilidade e da Secretaria de Participação Social.

A partir de uma análise do Plano Diretor em vigência, os participantes das câmaras temáticas deverão identificar as possibilidades de sua aplicação, além das oportunidades e ameaças.

Portanto, as câmaras temáticas são importantes tanto para a apresentação de proposições à agenda governamental, indispensáveis no processo de elaboração do Plano Diretor da cidade de Niterói, quanto para que sejam levantadas informações da cidade por aqueles que nela vivem

Metodologia

A metodologia proposta pela FGV (vide figura abaixo) foi validada em reunião do COMPUR, após o entendimento dos conselheiros de que ela asseguraria a participação de forma democrática.

Figura 1



Na ocasião, foram definidos o cronograma, o local para a realização das câmaras temáticas, tempo mínimo de duração, a dinâmica, os princípios norteadores, as regras de convivência e o perfil dos participantes, no sentido de se obter resultados produtivos, mesclando especialistas setoriais do município, conselheiros do **COMPUR**, representantes das secretarias municipais, do setor ao qual se refere à câmara e da população em geral.

Dinâmica utilizada:

- Definição do Tema (entre os três previamente definidos pelo COMPUR) e do subtema da reunião;
- Nomeação da Coordenação Técnica (Prefeitura);

- Nomeação de Mediador(a) e um(a) Relator(a) responsável por sistematizar as discussões por grupo de trabalho e por apresentar os resultados dos debates realizados pelo grupo na plenária final.

Princípios norteadores:

- Todos são responsáveis pelo sucesso dos resultados do trabalho;
- Todos devem procurar soluções de forma aberta e transparente;
- Todos os problemas que forem levantados durante as discussões deverão ser discutidos de forma objetiva e sucinta no intuito de atender aos objetivos do PDDU;
- Os conflitos que surgirem no decorrer dos debates deverão ser negociados;
- As conclusões, propostas e decisões deverão representar um consenso mínimo (metade mais 1 desde que não haja polarização pertinente de ideias); e,
- Deve-se ter compromisso com a proposta, ou seja, levantado o problema, deve-se buscar meios de solucioná-lo, apresentando os caminhos possíveis.

Regras de convivência:

- Colocar o celular para vibrar ou no silencioso e, preferencialmente, desligado;
- Ser breve e objetivo;
- Evitar conversas paralelas, ainda que se refiram ao tema em discussão;
- Se inscrever para ter a palavra;
- Esperar a vez para falar;
- Não interromper a fala de outro participante;
- As decisões do grupo serão consolidadas desde que haja consenso mínimo acerca das diretrizes (metade mais 1 desde que não haja polarização pertinente de ideias)

Para fins de melhor organização das reuniões foram definidas as atribuições da coordenação técnica, mediação e relatoria, descritas abaixo:

- Atribuições da Coordenação Técnica (Prefeitura ou COMPUR):**
 - Dar suporte técnico às discussões dos grupos de trabalho;
 - Estruturar questões técnicas pertinentes a cada subtema;
 - Cuidar do material de apoio e equipamentos para as reuniões.

- Atribuições do(a) Mediador(a):**
 - Não deve expor suas próprias opiniões;
 - Deve conduzir as discussões de forma imparcial;
 - Pactuar o tempo de intervenção de cada participante de modo a assegurar que todos(as) tenham direito à voz;
 - Assegurar o cumprimento das regras pactuadas coletivamente;
 - Suscitar questões para os participantes debaterem em torno da temática do grupo de trabalho;
 - Estimular o debate procurando que os partícipes entrem em consenso;
 - Propor critérios para pactuar, construir consensos e/ou decidir prioridades em torno das temáticas debatidas.
- Atribuições da relatoria (responsável por sistematizar as discussões dos grupos de trabalho):**
 - Anotar o que se mostre relevante durante as discussões;
 - Auxiliar o mediador no que for necessário.

Controlar o tempo de duração do grupo de trabalho

- Controlar a lista de presença, que deverá conter: nome, contatos, instituição, endereço;
- Sistematizar no PPT os resultados da discussão conforme estas evoluírem;
- Consolidar documento final com base nos resultados das oficinas (para que seja publicizado no site da prefeitura).

Reunião preparatória para as câmaras temáticas

Os membros do COMPUR consideraram a metodologia aprovada deveria ser testada antes da realização das câmaras temáticas oficiais. Isto posto, acordou-se que seria realizada uma reunião prévia em data combinada por todos os presentes.

A reunião foi realizada no auditório da Prefeitura de Niterói, às 18h30m, no dia 31 de março de 2015. Após explanação sobre a metodologia empregada no processo de Revisão do Plano Diretor

de Niterói, os presentes ergueram algumas proposições a respeito do caráter temático da Câmara 2 – Meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura.

Inicialmente propôs-se a discussão do tema do abastecimento e distribuição de água no município. O questionamento foi acerca dos locais de maior adensamento populacional associado com a infraestrutura da rede de distribuição. O representante da Águas de Niterói ressalta que trabalha com o volume disponibilizado pela CEDAE e que a empresa se empenha na otimização do uso, reduzindo o desperdício de 40% a 17%. Confirma ainda a existência de dados da localização de consumo, podendo revelar o consumo médio por bairro. Além disso, considera bons os resultados da conscientização sobre o uso da água.

Tendo em vista a missão de revisão o Plano Diretor, foi considerado prudente conferir novamente as diretrizes do Plano Diretor de 1992. Igualmente relevantes seriam as diretrizes de planos de outras esferas que normatizam o planejamento regional, parques estaduais, etc., atribuídas como parâmetro para a atual revisão. Por outro lado, foi apontado que ao lado do conhecimento de tais regimentos o principal desafio para esta revisão estaria na efetivação, operação, em como assegurar tais leis e regulamentações.

Apreciou-se o resgate das proposições da Conferência das Cidades, de onde emergiram questões importantes.

As áreas de risco foram elencadas como importante pauta para a câmara e o plano. Visto isso, apontou-se a relevância de um mapeamento geotécnico do município frente aos dados dos acidentes já registrados.

Propôs-se a releitura da evolução urbana de Niterói. A expansão da cidade foi desafiante para a evolução do saneamento e infraestrutura. Mostrou-se necessário rever a realidade atual e as tendências de evolução urbana que ela indica, levando-se em conta fenômenos urbanos danosos como a impermeabilização do solo.

Viu-se que existem valiosas vantagens na coleta de lixo seletiva, mas sanar as necessidades básicas de coleta de resíduos sólidos no município deve ser prioritário a outras políticas.

Considerou-se a crise hídrica como um problema regional a ser salientado.

Revelou-se a importância de repensar o perfil cultural e identitário da cidade, levantando a questão de como articulá-lo no contexto ambiental a fim de preservá-lo. Sobre preservação, lembrou-se da responsabilidade regional que o município tem em proteção ambiental em virtude de sua grande coleção de flora e fauna nativa da Mata Atlântica.

Mostrou-se importante investigar o potencial das estações e rede de águas e esgoto frente à variação de densidade de população no município. A partir dessas informações seria mais confortável trabalhar com tendências de falência da infraestrutura. Integrando tais informações e o mapeamento hídrico do município foi defendido que estariam mais embasados, em critérios técnicos mais qualificados, os processos de licenciamento – considerando, a área utilizada, seu sítio em relação a bacias, etc.

Foi ressaltada a problemática da governança. Processos burocráticos foram apontados como responsáveis pelo retardo e obstáculos em ações governamentais. Além disso, a desordem entre entidades governamentais. O Plano Diretor, portanto, poderia ser capaz de definir e orientar ações governamentais buscando sua eficiência.

A lei de retardo de água foi citada como um instrumento que deveria ser revisado com o fim de abrigar mais construções no município. Atualmente apenas a rede de distribuição tem mais de 500 metros quadrados de cobertura e são submetidos a este regimento.

Sobre o lixo municipal, foi ressaltado o contexto regional da disponibilização de resíduos sólidos e que não se sabe por quanto tempo pode-se contar com a mesma política de escoamento de lixo.

Contribuições das Câmaras Temáticas

Câmara temática 1: uso e ocupação do solo e mobilidade e transporte

PROJETO:	REVISÃO DO PDDU DO MUNICÍPIO DE NITERÓI		
TIPO DE REUNIÃO:	Reunião Câmara Temática - Uso do Solo e Mobilidade	ATA Nº:	XX/15

LOCAL:	Auditório da Prefeitura	INÍCIO:	18:30 h	TÉRMINO:	21:15h
Niterói, 11 de maio de 2015					

OBJETIVO DA REUNIÃO

Realização da Câmara Temática sobre os temas Uso do Solo e Mobilidade, proposta pelo COMPUR

ASSUNTOS TRATADOS

O representante do IAB, Daniel, solicitou o registro em ata que:

O IAB - Niterói não concorda ou corrobora com o envio do PUR Pendotiba à Câmara sem ter sido submetido ao COMPUR. O IAB manifesta preocupação em tal medida ser repetida quando da submissão do Plano Diretor à Câmara, colocando em risco as premissas participativas. (Daniel)

A Profa. Regina Bienenstein, visitante desta Câmara Temática e membro do COMPUR, afirmou que não se pode falar de mobilidade no município sem olhar para o município como um todo .

A Secretaria Verena informou que já foi elaborado um Termo de Referência para a contratação de um Plano de Mobilidade, com recursos oriundos de uma agência de financiamento e fomento e conforme previsto pela legislação brasileira o Município tem até este ano para elaborá-lo. A Secretaria informou ainda que a proposta da Transpendotiba é atender às demandas de Pendotiba, oriundas das audiências públicas, de transporte público de qualidade.

A elaboração do Plano de Mobilidade deveria ser anterior ao Plano Diretor (Cintia). A proposta da Transpendotiba deveria ser posterior ao Plano de Mobilidade.

A SMU deverá convidar a gestora do programa Niterói de Bicicleta para uma apresentação no COMPUR.

Após essas manifestações foram discutidas as diretrizes a serem discutidas nas audiências públicas a partir das perguntas norteadoras propostas pelo mesmo grupo em reunião anterior.

A seguir o registro das principais contribuições:

- 1) Como melhorar a distribuição/ diversificação os serviços urbanos pelas regiões e bairros?
 - Identificar e avaliar as demandas locais e regionais de serviços urbanos, bem como as limitações locais para a distribuição e diversificação dos serviços urbanos;

ASSUNTOS TRATADOS

- Ampliar o acesso ao transporte público e à melhoria da mobilidade e da acessibilidade para identificar as demandas dos serviços urbanos de educação, saúde, assistência social para cada região;
- Analisar a densidade local para estimular a implantação de comércio.

2) Como promover a articulação entre espaço público e privado?

- Devem ser propostas normas e posturas municipais para propor padrões de fechamento dos lotes, analisadas a partir de cada região;
- Os espaços públicos devem ficar abertos e bem iluminados na maior parte do tempo possível;
- Os espaços privados devem ter permeabilidade visual e integração com os espaços públicos;
- Limitar as dimensões de testada e/ou parcelamento dos terrenos visando criar relações e/ou evitar ocupação dos terrenos entre espaços públicos e privados;
- Espaços privados não deverão barrar acesso a áreas públicas;
- Espaços semipúblicos, como condomínios, devem criar permeabilidade com espaços públicos;
- Considerar parâmetros diferenciados de densidade e testada de lotes.

3) Como utilizar imóveis abandonados (vazios\subutilizados) na cidade?

- O plano diretor deve conceituar o que são imóveis vazios e subutilizados;
- O poder público deve mapear/inventariar os imóveis vazios e/ou subutilizados, identificando seus proprietários;
- Priorizar o uso desses espaços e/ou edificações para habitação de interesse social e outros usos de interesse público;
- Avaliar as demandas locais e regionais para propor o melhor uso para os imóveis vazios e subutilizados, especialmente aqueles previstos no estatuto da cidade;
- Identificação de proprietários dessas propriedades;
- No centro, os prédios históricos podem ter uso como habitação de interesse social.

4) Como identificar centralidades e criar polos temáticos (gastronômicos, saúde, educação, lazer):

- O IBGE oferece parâmetros de identificação de centralidades,

ASSUNTOS TRATADOS

- A implantação dos polos temáticos deve observar vocações e identidades dos locais onde serão criados.

5) Como estimular a implantação de atividades de comércio e serviços em localidades onde há elevada densidade populacional e baixa oferta de serviços:

- O plano diretor deve induzir, por meio de propostas de zoneamento, o uso misto;
- Os locais com maior mobilidade são indutores da diversidade de uso.

6) como estimular a reabilitação do patrimônio arquitetônico?

- A destinação e propostas de uso do patrimônio arquitetônico deverão levar em conta as características do bem cultural e uma avaliação de quais usos serão pertinentes tendo em vista a localização desse bem, a demanda do bairro e/ou região por serviços e as recomendações do zoneamento onde está localizado. São recomendados usos como moradias para idosos, atividades culturais e possivelmente mantendo o uso atual caso seja o de moradia ou de oferta de serviços públicos;
- Devem ser propostos incentivos fiscais para a sua recuperação através de editais e legislação específica.

7) Como incentivar a produção de hortifrutícola, agricultura familiar e orgânica na cidade?

- Levando em consideração as recomendações do zoneamento urbano, o poder público deverá criar condições para que espaços livres venham a ser destinados à criação de hortas, atividades voltadas para a agricultura familiar e orgânica, buscando ações de programa intersetoriais tais como desenvolvimento social e tratamento de resíduos.

8) Como e onde propor novos usos no território?

- O plano diretor deve definir as normas de uso das áreas de praia, levando em consideração as atividades tradicionais já realizadas, propondo a implementação de infraestrutura adequada, após a correta avaliação das estruturas existentes;
- O plano diretor deve delimitar as áreas de praia onde são desenvolvidas atividades tradicionais, tais como de pesca e surf, e propor um zoneamento específico de modo a preservar esses espaços.

ASSUNTOS TRATADOS

14) Estudo da OUC – potencial construtivo x adequação da infraestrutura

- O plano diretor deve levar em consideração todas as diretrizes e parâmetros definidos na operação urbana consorciada

19) Consultar as propostas das conferências das cidades.

16) Transporte marítimo - alternativas populares

- As propostas de transporte marítimo devem considerar as diretrizes do plano de transporte da região metropolitana, buscando o aproveitamento da baía para os deslocamentos da população de São Gonçalo e a implementação de tarifas sociais que permitam o uso intensivo desse tipo de transporte pela população de menor renda (ex.: trecho Charitas).

18) Qualidade do transporte coletivo

- O plano de mobilidade a ser elaborado deverá considerar o transporte público de qualidade; discutir o modelo de gestão do sistema, bem como realizar o monitoramento eficiente dos contratos\serviço;
- O plano de mobilidade deve rever as concessões propondo a diversificação da operação das linhas;
- O plano de mobilidade deverá avaliar o tempo médio de viagem da população buscando alternativas para sua redução;
- O transporte público deve ser acessível às pessoas com necessidades especiais.

O relatório técnico da FGV apurou dados relativos a:

- Número de carros licenciados nos últimos anos;
- Dimensionamento da frota de carros e veículos de transporte coletivo licenciados no município;
- Número de linhas de ônibus, rotas e frota do transporte público.

17) Necessidade de se trabalhar eixos metropolitanos estaduais. (diretriz)

Considerar planejamento regional e metropolitano; e em especialmente as ações voltadas para a região leste (ligação Niterói X São Gonçalo).

ASSUNTOS TRATADOS

12) O PDTT está sendo levado em consideração para a revisão do PDDU?

Todos os estudos e planos de mobilidade vigentes e recentes devem ser levados em consideração no plano de mobilidade.

20) Necessidade de verificação dos dados da Agenda 21 – Monitoramento dos impactos do COMPERJ.

21) Importância de se tratar a questão da mobilidade do pedestre, acessibilidade aos pontos de ônibus, situação das calçadas etc. (diretriz)

22) Alcance da rede de transporte coletivo e acessibilidade pedestre.

23) Política nacional de mobilidade – Definição de qual planejamento de transporte está em vigor atualmente e qual se deseja.

- O plano de mobilidade deverá levar em consideração os vários modais propondo novas meios de transporte público para atender à população, bem como alternativas ao uso de veículos motorizados, tais como bicicletas e calçadas que permitam acessibilidade e segurança aos pedestres.

Câmara Temática 2 – habitação e regularização fundiária

PROJETO:	REVISÃO DO PDDU DO MUNICÍPIO DE NITERÓI			
TIPO DE REUNIÃO:	Reunião Câmara Temática 02 – Habitação e Regularização Fundiária		ATA Nº:	XX/15
LOCAL:	Auditório da Prefeitura	INÍCIO:	18:30 h	TÉRMINO:
Niterói, 12 e 25 de maio de 2015				

OBJETIVO DA REUNIÃO

Realização da Câmara Temática sobre os temas Habitação e Regularização Fundiária, proposta pelo COMPUR

ASSUNTOS TRATADOS

As reuniões foram realizadas em duas datas e tiveram diferentes participantes. Foram discutidas as diretrizes a serem observadas nas audiências públicas a partir das perguntas norteadoras propostas pelo grupo em reunião anterior. A seguir o registro das principais contribuições:

1) Como identificar as áreas para a construção de habitação adequada a populações de baixa renda?

- A partir do mapeamento dos vazios urbanos e próprios públicos. As áreas identificadas devem estar inseridas na malha urbana, dotadas de infraestrutura e fora de áreas de risco.

Obs.: demanda a identificação das áreas de contrapartida social dos condomínios (lei de parcelamento) para a construção de habitação de interesse social e equipamentos públicos para uso da comunidade. Evitar que a contrapartida seja dada em local distante ou em forma de dinheiro e estabelecer que sejam áreas adequadas para construção (de acordo com o estatuto da cidade).

2) Como promover segurança e proteção da população residente em áreas de riscos ante à ocorrência de desastres ou danos decorrentes de eventos atmosféricos ou geológicos?

- Atualizar o plano municipal de redução de riscos, identificando e diferenciando os tipos de riscos dentro da comunidade e as diferentes ações para cada tipo. Incluir no plano diretor os tratamentos de área de risco como prioridade. Construção de unidades habitacionais para reassentamento prioritariamente no mesmo assentamento ou o mais próximo possível da comunidade.

Obs.: buscar informações sobre legislações acerca do raio para a construção para colocar parâmetros no plano diretor.

3) Quais os mecanismos necessários para a regularização fundiária das áreas ocupadas?

- Elaborar o plano municipal de regularização fundiária sustentável. Realizar a regularização fundiária dos assentamentos. Nurf – Núcleo de Regularização Fundiária.

ASSUNTOS TRATADOS

4) Analisar os fatores que motivam a ocupação nas áreas de especial interesse ambiental.

Dado os fatores que levam a ocupação dessas áreas (desigualdade social, ausência de moradia em outros locais...), deve-se priorizar a política habitacional. Reservar 10% das receitas totais do município para a política habitacional, que inclui produção de moradias e urbanização e regularização de assentamentos precários. Especial atenção ao plano de regularização fundiária.

5) Analisar os fatores que motivam a ausência de regularidade do título de propriedade\posse em ocupações irregulares.

- Como identificar a falta de interesse (para gerar o interesse) na regularização fundiária em áreas de ocupação irregular;
- Necessidade de o município estar presente nessas comunidades realizando o trabalho técnico-social sistemático para a conscientização;
- Estabelecer subsídios para as tarifas.

6) Quais os mecanismos para ocupar imóveis vazios?

- Conceituar imóveis vazios e subutilizados. Identificar estes imóveis e assegurar que os instrumentos urbanísticos do estatuto das cidades sejam autoaplicáveis (parcelamento e ocupação compulsória, IPTU Progressivo no Tempo, Direito De Preempção e Área Especial de Interesse Social - AEIS) garantindo que sua regulamentação esteja incluída no plano diretor.

Obs.: propostas:

→ Não cumprem sua função social: imóveis vazios por mais de 1 ano (cód. Civil) com mais de 250 m² de área; e subutilizados, isto é, com ocupação de menos de 50% de sua área.

→ De acordo com o código civil (obs.: não indica m²)

7) Quais os entraves para implantação das ferramentas do estatuto da cidade?

- Dependia de regulamentação. Garantir que os instrumentos urbanísticos do estatuto da cidade sejam autoaplicáveis e que sua regulamentação esteja incluída no plano diretor.

Obs.: com base nos conceitos da questão anterior, mapas com os imóveis vazios e subutilizados

8) Quais são os entraves para construção dos empreendimentos de habitação de interesse social?

1. Terrenos – terra legal com potencial construtivo para HIS, priorizando a faixa 1: definir AEIS tipo 1 e 2 no plano diretor (regularização fundiária e implantação de novas moradias);

ASSUNTOS TRATADOS

2. Que as demais secretarias priorizem análise dos projetos e emissão das licenças pertinentes para o programa minha casa minha vida;
3. Criar comissão formada pelas secretarias envolvidas na análise e aprovação de projetos relacionados à habitação de interesse social (lei 11.977/09), com prazos definidos.

Obs.: secretaria de urbanismo se comprometeu a trazer mapeamento de imóveis vazios/subutilizados na próxima reunião.

9) Quais os critérios para revisão e/ou modificação de fração de uma APAU em AEIS ou outra destinação? Isso seria feito na revisão do plano diretor?

- Identificar e definir no plano diretor imóveis dentro de APAU que possam ser utilizados para HIS faixa 1.

Obs.: secretaria de urbanismo se comprometeu em trazer mapeamento desses imóveis nas APAUS (solicitar à sec. Cultura)

10) Como reverter o esvaziamento da região norte/Fonseca, visto que são áreas que já possuem infraestrutura e que devem ser identificadas, visando a destinação para construção de habitações de interesse social.

- Que haja um estímulo para a construção civil em especial AEIS – reformulação do PUR da zona norte (construção de edificações);
- Identificar AEIS vazias nessa região, assim como no município.

11) Verificar os meios necessários para implementar a lei federal 11888/2008, que trata da assistência técnica para habitação de interesse social.

- Destinar recursos orçamentários para viabilizar a implementação da lei;
- Tornar obrigação do município a assistência técnica para HIS no plano diretor;

Obs.: verificar se a lei prevê a utilização de recursos do fundo.

12) Quais são e quantos são os cortiços de Niterói (casarões de São Domingos, Ingá, Centro, etc.) E quais as condições de habitabilidade dos moradores desses cortiços? Há possibilidade de transformar estes cortiços em minha casa minha vida?

ASSUNTOS TRATADOS

Transformar cortiços habitados de forma coletiva em minha casa minha vida, requalificando-os a exemplo do projeto Mama África.

Obs.: solicitar ao município informações sobre os cortiços.

13) Que sejam incluídos no plano diretor o plano local de habitação de interesse social e o plano municipal de regularização fundiária sustentável.

- Que sejam partes integrantes da lei do plano diretor o plano local de habitação de interesse social e o plano municipal de regularização fundiária sustentável.

14) Identificação e delimitação de áreas livres (vazios urbanos) para áreas especiais de interesse social

Obs.: secretaria de urbanismo: trazer dados das áreas livres (vazios urbanos e imóveis subutilizados)

15) Levantamento da oferta hídrica – esgotamento das unidades e resíduos sólidos e drenagem (conforme apontamentos da câmara temática de meio ambiente e saneamento e infraestrutura).

- Plano diretor deve considerar a escassez de água na região/estado ao definir o uso e ocupação do solo

Obs.: Águas de Niterói enviará por e-mail as informações que trouxe à reunião sobre a oferta hídrica e esgotamento sanitário. Solicitar à CLIN informação de resíduos sólidos e à SECONSER sobre drenagem.

16) Imóveis que possuem dívidas de IPTU que superem o valor venal – levantamento de imóveis subutilizados

- Identificar imóveis vazios e estacionamentos para fins de HIS;
- Identificar imóveis com dívidas de IPTU que superem o valor venal.

Obs.: verificar definição existente no plano diretor de São Paulo para a próxima reunião → vide proposta conceito imóveis vazios (250m²)

Reforçar → buscar essa relação de imóveis com dívidas de IPTU que superem o valor venal na secretaria de fazenda para trazer na próxima reunião.

17) Atualização, identificando os novos assentamentos subnormais para criação de AEIS.

Obs.: **reforçar** → verificar a resposta à solicitação da secretaria de urbanismo ao reitor da UFF

ASSUNTOS TRATADOS

18) Que a política de regularização fundiária seja pensada e realizada em conjunto com outras políticas públicas.

19) Criação de medidas visando aumentar a captação de recursos para o FUHAB.

- Que os recursos arrecadados por meio de outorga onerosa sejam utilizados exclusivamente para habitação de interesse social faixa 1.

20) Alterar a composição do conselho gestor do FUHAB.

- Transformar em conselho paritário a exemplo do conselho gestor do FNHIS;
- O conselho deve ser eleito na conferência das cidades.

21) Busca de recursos para habitações de interesse social.

Rever a fórmula de cálculo da outorga onerosa e sua aplicação no território. Destinar 3% do orçamento municipal para HIS faixa 1 e 2% do orçamento municipal para HIS faixa 2.

22) Adotar as medidas necessárias para adequar a legislação municipal de aluguel social do município para viabilizar intervenções pontuais e casos de sinistro.

23) Adotar os meios necessários para transformar ações de subsídio em políticas de habitação social, criando critérios objetivos para auxiliar economicamente os empreendimentos e tornar concreta esta política.

- Manter a redação anterior e incluir: garantir contrapartida de infraestrutura que deve ser concedida em áreas passíveis de interesse social

24) Quando o proprietário de uma área ocupada tiver interesse em doar a área para os ocupantes, fazer a doação através da prefeitura pode ser uma opção melhor que doar diretamente para os ocupantes.

- Incluir na política de regularização fundiária viabilização para que proprietários façam a doação de áreas ocupadas para a prefeitura.

ASSUNTOS TRATADOS

25) Permanência de comunidades em áreas de APP ausentes de risco, quando estas comunidades já estão consolidadas há muito tempo nestas áreas.

- Incluir na política de regularização fundiária.

Câmara temática 3 – meio ambiente, saneamento ambiental e infraestrutura

PROJETO:	REVISÃO DO PDDU DO MUNICÍPIO DE NITERÓI			
TIPO DE REUNIÃO:	Reunião Câmara Temática 03 – Meio Ambiente e Infraestrutura		ATA Nº:	XX/15
LOCAL:	Auditório da Prefeitura	INÍCIO:	18:30 h	TÉRMINO:
Niterói, 13 e 26 de maio de 2015				

OBJETIVO DA REUNIÃO

Realização da Câmara Temática sobre os temas Meio Ambiente e Infraestrutura, proposta pelo COMPUR

ASSUNTOS TRATADOS

As reuniões foram realizadas em duas datas e tiveram diferentes participantes. Foram discutidas as diretrizes a serem seguidas nas audiências públicas a partir das perguntas norteadoras propostas pelo grupo em reunião anterior. A seguir o registro das principais contribuições:

1) Principais fatores que levam à ocupação de áreas de preservação ambiental?

- Identificar publicamente, por meio de sinalização física, facilitando a máxima transparência, e regulamentar as áreas especiais de interesse ambiental.
- Implementar uma política de fiscalização que suporte a sua proteção.

Obs.: implementar projetos e ações voltados à educação ambiental.

Em especial, mapear as áreas particulares em áreas de preservação ambiental.

ASSUNTOS TRATADOS

Levantar as áreas particulares de preservação e elencar os proprietários das áreas.

2) Drenagem – onde e como criar reservatórios de retardo (como contribuir para a redução das enchentes?)

- Revisão da legislação específica ao uso e retardo de água, atentando para incidência de enchentes em manchas urbanas.
- Rever a legislação relacionada à impermeabilização do solo.

Obs.: refletir como se implementaria a cota ambiental, seguindo os moldes do plano diretor de São Paulo, no município de Niterói, como forma de incentivo à participação comunitária na questão ambiental.

3) Resgate das Diretrizes existentes no Plano Diretor de 1992 e demais planos derivados de outras esferas.

Considerar as diretrizes após análise mais detalhada pelos membros da câmara.

Obs.: ficou acordado o envio das diretrizes para os presentes no encontro, a fim de análise mais criteriosas delas, posteriormente.

4) Educação Ambiental: ligada a projetos educacionais e culturais.

- Como incentivar a adoção de hábitos, costumes e práticas que visem à proteção dos recursos naturais;
- Fomentar a educação ambiental nas escolas públicas e particulares;
- Além disso, considerar diversos mecanismos de comunicação para campanhas e ações de educação ambiental em âmbito comunitário.

5) Considerar a crise hídrica regional (estudo do comitê de bacias e apresentação da CEDAE)

Obs.: para a elaboração de propostas relacionadas ao temas, resolveu-se aguardar a disponibilização de dados relativos à previsão de abastecimento futuro no município, a serem fornecidos pela CEDAE.

6) Atenção à Impermeabilização do solo

- Rever a legislação relacionada a impermeabilização do solo.

ASSUNTOS TRATADOS

7) Compromisso do Plano Diretor de prever os mapeamentos de risco, caso o corpo técnico não consiga concluir tal levantamento.

- Problematização das ocupações em áreas de risco.
- Levantamento geotécnico do município de Niterói, com objetivo de reconhecer as áreas de risco.
- Manter e atualizar o mapeamento das áreas de risco no município de Niterói.

Obs.: o mapeamento geotécnico e topográfico é condição para o mapeamento das áreas de risco.

8) Estudo do potencial de distribuição de água, esgotamento sanitário e suas redes frente à variação do adensamento populacional no município e projeções futuras.

Obs.: para a elaboração de propostas relacionadas ao tema, resolveu-se aguardar a disponibilização de dados de previsão de abastecimento (fornecimento de água e esgoto) futuro no município, a serem fornecidos pela Águas de Niterói.

Águas de Niterói apresentou o solicitado no dia 27 de maio de 2015 e será AVERIGUADO SUA CONTEMPLAÇÃO.

9) Monitoramento de construções em áreas de risco e de espaços territoriais especialmente protegidos.

- Identificar publicamente, por meio de sinalização física, facilitando a máxima transparência e regulamentar as áreas especiais de interesse ambiental;
- Implementar uma política de fiscalização que suporte a proteção delas.

Obs.: implementar projetos e ações voltados à educação ambiental.

Em especial, mapear as áreas particulares em áreas de preservação ambiental.

Levantar as áreas particulares DE PRESERVAÇÃO E ELENCAR OS PROPRIETÁRIOS DAS ÁREAS.

10) Governança: definições e orientações visando eficiência governamental na questão ambiental e urbanística.

- Fortalecer mecanismo de participação social (tomando exemplo de conselho municipal de políticas públicas).

Obs.: acrescentar como diretriz específica a transparência e publicização das discussões e informações institucionais.

ASSUNTOS TRATADOS

11) Priorizar a permeabilização: discussão das leis de retardo e reuso de água, bem como nas diversas áreas da cidade.

- Revisão da legislação específica relativa ao uso e retardo de água, atentando para incidência de enchentes em manchas urbanas;
- Rever a legislação relacionada à impermeabilização do solo.

Obs.: refletir como se implementaria a cota ambiental, nos moldes do plano diretor de São Paulo, no município de Niterói, como forma de incentivo à participação comunitária na questão ambiental.

12) Disposição de resíduos sólidos do município, reconhecendo o contexto regional.

- Rever o plano de tratamento de resíduos sólidos, com participação social com base na política nacional de resíduos sólidos;
- Desenvolver mecanismos para acompanhar as ações feitas a partir da revisão;
- Regularizar coleta seletiva em aglomerados subnormais;
- Priorizar a coleta seletiva, respeitando e favorecendo suas cadeias de resíduos, em associação com catadores atuantes na cidade.

Obs.: salientar a baía do caramujo como contribuinte para Baía de Guanabara.

Considerar convênio da prefeitura e cooperativas de catadores.

As cadeias da reciclagem devem ser ressaltadas para fortalecer a coleta seletiva no município.

13) Como preservar as áreas de proteção ambiental, matas ciliares etc.?

Como reabilitar áreas degradadas e reinseri-las na dinâmica urbana?

- Implementar um diagnóstico das áreas de proteção ambiental, atualizado e alinhado com sistema de informações geográficas, bem como criar uma estrutura de governança para monitoramento.

14) Como criar corredores ecológicos entre as áreas de preservação?

- Reitera-se o abordado no item anterior, destacando a recomendação de que o plano diretor garanta a criação dos corredores ecológicos.

Obs.: identificar áreas e seus potenciais.

- Entendeu-se os corredores ecológicos englobado pelo item anterior.

ASSUNTOS TRATADOS

- A ocorrência dos corredores ecológicos no município deve ter o caráter, entende-se, como fortalecimento das áreas atualmente preservadas.
- Levantou-se a possibilidade de os corredores serem apoiados pela arborização urbana, considerando as áreas de preservação ambiental de menor escala.

15) O que fazer para preservar o solo e o lençol freático?

- Reforçar políticas públicas através de legislações restritivas quanto a utilização do subsolo para construções;
- Integrar a política municipal com as demais políticas regionais de preservação e utilização de recursos hídricos;
- Aprimorar o controle de atividades potencialmente poluidoras do solo e o lençol freático, considerando as diretrizes do plano de gestão de resíduos do município e os planos de gerenciamentos das empresas.

Obs.: considerar as propostas de drenagem e impermeabilização.

Acrescentou-se ao debate o risco de contaminação dos corpos d'água subterrâneo.

A partir disso, concentrou-se em entender como pode-se controlar as atividades que contribuem para aumentar esse risco. O licenciamento atualmente já contempla esse controle, a fim de evitar essa contaminação, de acordo com sua localização, etc.

A fiscalização tornou-se o centro do debate a fim de garantir o previsto pelos licenciamentos.

Dentro do tema, os aterros sanitários foram considerados importantes à observação. Assim apontou-se os aterros sanitários, cemitérios, postos de gasolina, estaleiros e outros são tipos de ocupação que podem promover tal problemática.

Acoplou-se o tema a interface com a necessidade do município ter o seu plano específico para resíduos, entendendo que estes são influentes nesse tópico.

16) Como melhorar/identificar áreas para instalações de estações de tratamento de esgoto e resíduos nas regiões e bairros?

- Considerar o plano de saneamento e de resíduos, suas diretrizes, cenários e tendências.

Obs.: apontou-se a possibilidade de o plano diretor garantir a extensão da rede e o serviço para toda malha urbana do município. Dentro dessa questão, ressaltou-se o problema da expansão espontânea que acontece na cidade

ASSUNTOS TRATADOS

17) Como assegurar a distribuição equitativa dos serviços de infraestrutura no território?

- Considerar as tendências e novos adensamentos demográficos no município, bem como o proposto nos itens 2, 11, 12, 16, 24, 25 e 30.

18) Como incentivar a diminuição da geração de resíduos sólidos e a organização das coletas seletivas?

- Considerar o proposto nos itens 4 e 12.
- Ações de conscientização da população de consumo consciente. Nesse contexto, apoio e incentivo a feira de trocas, desenvolvendo uma economia solidária;
- Equipar a cidade adequadamente à coleta seletiva;
- Priorizar a coleta seletiva na logística de tratamento dos resíduos sólidos;
- Encaminhar o proposto para o plano de resíduos.

19) Como planejar a arborização urbana e suas qualidades ambientais (e paisagísticas), tendo atenção às ilhas de calor na cidade?

- Criar o plano diretor de arborização urbana, em prazo a ser determinado.

Obs.: considerar as áreas críticas de conforto urbano (ilhas de calor) no plano de arborização urbana.

20) Como fazer a ocupação de áreas ambientais (parques urbanos ou ambientais) em consonância com atividades hoteleiras, turísticas e lazer, respeitando o plano de manejo?

- O plano de manejo é o documento responsável pelas diretrizes de uso e ocupação do solo em unidades de conservação, e deve ser criado no prazo máximo de cinco anos a partir da data de aprovação da lei.

21) Levantamento de dados sobre a distribuição e consumo de água em Niterói.

- Considerar no ato dos licenciamentos dos empreendimentos a capacidade de suporte da região;
- A capacidade de suporte das regiões deve ser publicizada periodicamente, garantindo o acesso à informação;
- Empreendimentos que provoquem grande adensamento devem estar submetidos a condicionantes de distribuição de água;

ASSUNTOS TRATADOS

- O processo de licenciamento deve considerar, com base na licença prévia, a condicionante de abastecimento hídrico.

Obs.: Águas de Niterói apresentou os citados dados no dia 27 de maio de 2015. Esclareceu-se a previsão da capacidade de abastecimento por 10 a 15 anos.

Revelou-se a possibilidade de lançar mão de tais dados, atualizados, para servir como subsídio ao ordenamento urbano territorial.

Discutiu-se sobre os processos de licenciamento no município e como a prerrogativa ambiental pode ser priorizada nesse processo. Citou-se o que ocorre na região Oceânica, onde os empreendimentos necessitam o cadastramento ambiental.

22) Resgate das proposições (resoluções) nas conferências municipais e da região Leste metropolitana.

Obs.: esse resgate já foi realizado (conferência da cidade). Contudo, deve-se considerar também as proposições da conferência municipal de meio ambiente.

23) quais políticas de reflorestamento em espaços territoriais especialmente protegidos?

O item 13 deve ser considerado para esse tópico.

- As políticas devem estar orientadas pelos seguintes planos: plano municipal da mata atlântica, plano de recuperação de áreas degradadas (PRAD), plano de arborização urbana, e considerar os planos de manejo das unidades de conservação;
- Os planos não existentes devem ser criados.

Obs.: entender a viabilidade do plantio em diferentes ambientes (áreas) no município de Niterói.

Ressaltou-se a política de recompensação que já existe no município e o código ambiental que atualmente rege as políticas do município.

Lembrou-se dos diferentes níveis legislativos que protegem o território município no âmbito ambiental.

24) Releitura da realidade existente: rever a observação da evolução urbana de Niterói e tendência de crescimento, frente ao saneamento e infraestrutura.

- Rever a proposta dos itens 16 e 21.

Obs.: reconheceu-se que a população de Niterói não apresenta um crescimento significativo. Ao tratar de regiões, entretanto, o adensamento é mutável em recortes temporais. Entendeu-se que

ASSUNTOS TRATADOS

acompanhar tais mudanças é relevante ao passo que pode-se agir no espaço de modo a servir os novos padrões de adensamento demográfico.

25) Priorizar a coleta básica de resíduos sólidos em todas as áreas da cidade.

- Considerar o discutido no item 18 e outros tópicos que abrangem a temática;
- Priorizar a coleta seletiva, com inclusão social dos catadores, a ser monitorada e executada através do plano de resíduos.

26) Considerar a identidade da cidade e a responsabilidade de Niterói na proteção ambiental no âmbito regional.

Incluir

27) Mapeamento hídrico da drenagem pública atual e planos estratégicos para atender as tendências de evolução urbana.

Além do item 2, o mapeamento deve contemplar a identificação dos pontos críticos para drenagem.

28) Reconhecer diretrizes do comitê de bacias:

- Transportar as diretrizes do subcomitê Leste e subcomitê lagunar Itaipu e Piratininga da Baía de Guanabara.

29) reconhecimento dos saberes das comunidades tradicionais (pesqueira, quilombola e indígena) no contexto ambiental:

- Identificar e reconhecer tais populações e desenvolver políticas públicas de apoio à diversidade cultural desses grupos.

Obs.: tais saberes devem ser propagados no município, entendê-los como memória cultural e identitária.

O mapeamento, identificação e reconhecimento dessas populações foi entendido como essencial para o contexto da discussão.

Entendeu-se a praia como espaço essencial de reprodução econômica e social para tais populações.

Existem, então, usos diversos para a praia que devem ser considerados.

Pensar em áreas de interesse de comunidades tradicionais, como por exemplo a pesqueira e agrícola.

ASSUNTOS TRATADOS

30) Saneamento e infraestrutura articulada com políticas públicas de educação e saúde.

Já contemplado.

31) Trabalhar com mapeamento de bacias de drenagem

- As bacias de drenagem devem ser consideradas para o planejamento urbano municipal, através dos zoneamentos contidos nos planos urbanísticos regionais.

32) Ampliar oportunidades de acesso a parques urbanos ou ambientais, pretendendo criar mais espaços públicos de lazer.

- Identificar possíveis áreas para a criação de novos parques urbanos, contemplando principalmente áreas com déficit de espaços lazer e convivência (horto, parques, praças, etc.)

33) Considerar o centro de triagem e reciclagem do morro do céu e sua evolução. (cobrar secretaria de meio ambiente a planta do CTR do Morro do Céu)

- Cada região deve ser atendida por um CTR.

Obs.: viu-se a importância de centros de tratamentos em diversas regiões, para efetivar a política de coleta seletiva e reciclagem. A planta do CTR é de responsabilidade da CLIN e do INEA.

34) Reconhecer as nascentes prioritárias em Niterói, de topo de morro, contribuição de bacia, etc.

- Identificação e enquadramento dos corpos hídricos para proposições de ações de recuperação e preservação, levando em consideração as áreas de ocupação consolidadas.

35) Padronização do calçamento das vias de pedestres, aprimorando a acessibilidade na cidade. (uso do solo)

- Considerar essas questões no plano de arborização urbana, manual de calçadas acessíveis e demais normas existentes.

Obs.: considerar arborização urbana, bem estar ambiental e conforto urbano nesse tópico.

36) Lançar mão da arborização urbana para solucionar as lacunas dos corredores ecológicos.

ASSUNTOS TRATADOS

Contemplado pelo item 19, o qual prevê o plano diretor de arborização urbana e o plano municipal de mata atlântica.

37) promover equipamentos públicos para atender a população idosa. (uso do solo)

- Instalação de equipamentos sanitários em espaços públicos;
- Quando relacionados a praias e lagunas, considerar o projeto orla.

Obs.: preservação de restinga pode tangenciar o tema.

Entendeu-se que existe demanda de banheiros em praças e outros espaços PÚBLICOS.

Anexo 8 – Lista de presença na oficina de capacitação (Em CD ROM)
